



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

IDENILSE MARIA MOREIRA

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL: implicações da medida protetiva na vida do jovem
egresso.

FORTALEZA – CEARÁ
2013

IDENILSE MARIA MOREIRA

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: implicações da
medida protetiva na vida do jovem egresso.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosemary de Oliveira Almeida

FORTALEZA – CEARÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário (a) Leila Cavalcante Sátiro – CRB-3 / 544

M835a Moreira, Idenilse Maria.

Acolhimento institucional e qualificação profissional: implicações da medida preventiva na vida do jovem egresso / Idenilse Maria Moreira. — 2013.

CD-ROM 127 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Políticas Públicas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosemary de Oliveira Almeida.

1. Juventude. 2. Acolhimento institucional. 3. Qualificação profissional.
- I. Título.

CDD: 320.6



Universidade Estadual do Ceará
 Centro de Humanidades
 Centro de Estudos Sociais Aplicados
 Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas
 Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS
 e
SOCIEDADE

IDENILSE MARIA MOREIRA

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
 implicações da medida protetiva na vida do jovem egresso.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas e Sociedade

Aprovada em: 12/04/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
 (Orientadora)
 Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.a. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade
 Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof.a. Dra. Elenilce Gomes de Oliveira
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE



Universidade Estadual do Ceará
 Centro de Humanidades
 Centro de Estudos Sociais Aplicados
 Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas
 Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS
 e
SOCIEDADE

FOLHA DE AVALIAÇÃO

**Título da dissertação: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E QUALIFICAÇÃO
 PROFISSIONAL: implicações da medida protetiva na vida do jovem egresso.**

Nome da Mestranda: Idenilse Maria Moreira

Nome da Orientadora: Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida

BANCA EXAMINADORA:


Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
 Orientadora


Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade
 1º Examinadora


Profa. Dra. Elenilce Gomes de Oliveira
 2º Examinadora

Data da Defesa: 12/04/2013

Conceito obtido: APROVADA SATISFATÓRIO

Campus do Itapery - Bloco do Centro de Estudos Aplicados - CESA | Av Paranjana, 1.700 - 60.740-000 -
 Fortaleza-CE Brasil

Fone/Fax: 85 3101.9887 | mapps@uece.br / politicasuece@gmail.com | www.uece.br/politicaspúblicas

Dedico este trabalho a todas as crianças, adolescentes e jovens que sofrem com a violação dos seus direitos e às suas famílias que são afetadas pelas diversas questões sociais e assim são levadas ao afastamento dos filhos. Aos egressos da medida protetiva de acolhimento institucional, por sua fibra e perseverança frente às adversidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nunca me deixar perder as esperanças e por todas as bênçãos.

A minha mãe Rosália, a mulher mais forte que existe. Deu-me a vida, mostrou como vencer as adversidades e nunca mediu esforços para me ajudar a chegar onde estou.

Ao meu irmão Ismael, por ser meu amigo a vida inteira, por ser exemplo, por sempre se orgulhar de mim e apoiar minhas decisões.

Ao meu pai Francisco das Chagas Sobrinho (in memorian), pelas boas lembranças deixadas e por ter dado a base da minha educação.

Ao meu “lindo” Fábio, por ter sido sempre tão disposto a ajudar no que eu precisasse e por me estimular a acreditar que tudo daria certo com o meu trabalho.

A minha orientadora Dra. Rosemary de Oliveira Almeida, que me fez entender o que é certo e errado no crescimento como pesquisadora. Obrigada pela paciência e prestatividade.

A Professora Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, por ter me proporcionado tantas oportunidades durante o mestrado e por ser exemplo de pessoa e profissional.

A minha “abiga” Janice, pela colaboração com a execução do grupo focal e pelas ajudas oferecidas.

A minha amiga Érica que eu “amo para sempre”. Obrigada pela sua amizade e ajuda.

Ao meu prezado primo Hidelbrando pela revisão do texto.

Aos profissionais da Casa do Menor São Miguel Arcanjo que mesmo com o tempo apertado me concederam entrevistas.

Aos jovens egressos da Casa do Menor São Miguel Arcanjo por terem proporcionado a experiência mais especial da minha vida. Vocês são a alma desse trabalho e é, principalmente por vocês, que quero seguir em frente nos meus estudos e intervenções.

A Capes pelo financiamento.

Ser jovem, pra mim, é rir da vida (...). Acho que o mais importante na nossa vida é o bom humor e a paciência, porque as pessoas vão te julgar e se você tiver paciência você só sorri.

(Jovem egresso da Casa do Menor São Miguel Arcanjo falando sobre sua percepção de juventude).

RESUMO

Quando pessoas em situação de vulnerabilidade social se encontram em conjunturas que colocam em risco os seus direitos precisam de proteção seja por parte do Estado, da família ou outras instituições. Sendo assim, a medida protetiva de acolhimento institucional, garantida na Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode e tem sido utilizada como recurso temporário para a proteção dos jovens. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as repercussões da medida de acolhimento institucional e da qualificação profissional, recebida durante o tempo de abrigamento, na vida dos jovens após serem desligados do abrigo, os egressos. Durante o abrigamento em instituição, algumas atividades são desenvolvidas com os acolhidos, com vistas ao retorno familiar e comunitário. Dentre elas está a qualificação profissional, que é direito de todos os jovens, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Como metodologia foi realizada pesquisas bibliográficas sobre as categorias juventude, acolhimento institucional, qualificação profissional, políticas públicas para juventude e família. Com relação à fase empírica da pesquisa, realizamos um trabalho de campo mediante levantamento dos abrigos cadastrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes – COMDICA e percebemos que a maioria das instituições acolhedoras são não governamentais. Sendo assim, estipulamos critérios e, por meio deles, selecionamos como campo de pesquisa a Instituição Casa do Menor São Miguel Arcanjo, em Fortaleza – CE. Durante a investigação no local, coletamos dados referentes ao acolhimento institucional, realizamos entrevistas com os profissionais do Abrigo e conseguimos realizar um levantamento referente aos egressos da Instituição e um grupo focal com estes. Percebemos através dos depoimentos dos jovens que eles possuem um grande sentimento de gratidão para com a Unidade de Acolhimento, pois acreditam que Ela proporcionou melhoria na vida dos mesmos. Com relação à qualificação profissional foi possível perceber que os jovens atribuem aos cursos profissionalizantes a responsabilidade por eles terem criado um desejo de dar seguimento aos estudos. Apesar dessas questões apontadas, percebemos que os jovens, normalmente, não ocupam os cargos relacionados a qualificação profissional recebidas no Abrigo e, por vezes, não conseguem se desvincular da Instituição, ou seja, não adquirem autonomia e capacidades suficientes para seguir suas vidas independente dos muros institucionais. Os que conseguem se inserir em atividades relativas ao curso recebido acaba sendo uma minoria. Além disso, uma parcela termina passando prolongados períodos em situação de acolhimento. Outros, mesmo tendo passado pela medida protetiva de acolhimento institucional, retornam para o lar e/ou sociedade de modo precarizado e sem receber os devidos acompanhamentos. Essas e outras discussões e resultados foram desenvolvidos nessa pesquisa. Precisamos perceber o quanto as discussões sobre a juventude, não só aquelas que precisam passar por abrigos, são fundamentais para o entendimento da realidade em nossa sociedade.

Palavras-chave: Juventude, Acolhimento Institucional, Qualificação Profissional, Família e Políticas Públicas.

RESUMEN

Cuando las personas en situación de vulnerabilidad social se encuentran en situaciones que ponen en peligro sus derechos, necesitan protección, sea por las instituciones estatales, familiares o de otro tipo. Por lo tanto, la medida de protección de la atención institucional, garantizada por la Ley 8.069/90, el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia, se puede y se ha utilizado como un recurso temporal para la protección de los jóvenes. Durante la permanencia en la institución, los jóvenes desarrollan algunas actividades, con el objetivo de lo devolver a la familia y la comunidad. Entre ellas se encuentra actividad de cualificación profesional que es derecho dellos, provistos por el Estatuto de los Niños y Adolescentes ECA. Esta investigación tuvo como objetivo comprender el impacto de la medida de la atención institucional y la formación profesional recibida durante el tiempo de abrigo en las vidas de los jóvenes después de haber sido desconectado de lo abrigo. La metodología se realizaron delante de búsquedas bibliográficas en las categorías juveniles, atención institucional, la formación profesional, las políticas públicas para la juventud y la familia. En lo que respecta a la investigación empírica, se realizó una busca de instituciones registradas en el Consejo de los Derechos de los Niños y Adolescentes - COMDICA y percibimos que la mayoría de las instituciones no están bajo la responsabilidad del gobierno. Hemos establecido criterios y través de ellos seleccionamos como campo de búsqueda la institución Casa del Menor São Miguel Arcanjo, en Fortaleza - CE. Durante la investigación de campo para recoger datos sobre la atención institucional, se realizaron entrevistas a profesionales de la vivienda y llevamos a cabo una encuesta sobre los graduados de la institución. Nos dimos cuenta a través de los jóvenes que tienen un gran sentido de gratitud a la Unidad de Recepción, creyendo que Ella proporcionó una mejora en sus vidas. En cuanto a la calificación fue posible ver que los jóvenes atribuyen a los cursos de formación profesional las responsabilidades que han creado y un deseo de dar seguimiento a los estudios. A pesar de estas cuestiones planteadas, nos damos cuenta de que los jóvenes no suelen ocupar las posiciones indicadas en la calificación recibida en el refugio y la veces no se puede desvincular de la institución, es decir, no adquieren autonomía y capacidad suficientes para tener un seguimiento de sus vidas independiente de paredes institucionales. Los que logran entrar en las actividades relacionadas con el curso recibido termina siendo una minoría. Además, una parte pasa largas temporadas en el estado de acogida. Otros, incluso después de haber pasado a través de la medida de protección de la atención institucional, regrese a la casa y / o sociedad, de manera precaria y sin recibir los acompañamientos adecuados. Estos y otros resultados y discusiones se desarrollaron en esta investigación. Tenemos que ver cómo los debates sobre la juventud, no sólo aquellos que tienen que pasar a través de refugios, son fundamentales para la comprensión de la realidad en nuestra sociedad.

Palabras clave: Juventud, Recepción Institucional, Formación Profesional, Familia y Políticas Públicas.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE FIGURAS	13
INTRODUÇÃO	14
1. OS JOVENS NOS CONTEXTOS VULNERÁVEIS	32
1.1 REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE(S)	32
1.2 A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE EM CONTEXTOS DIVERSOS	35
1.2.1 Inserção no mercado de trabalho e questões relacionadas	37
1.2.2 Os jovens em família	45
1.2.3 Violência juvenil	51
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE(S)	55
1.3.1 Conceitos de políticas públicas	55
1.3.2 As especificidades das políticas públicas para a(s) juventude(s)	58
2. ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES: os significados do abrigo. ..63	
2.1 ASPECTOS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	63
2.2 A MEDIDA DE ACOLHIMENTO COMO PROTEÇÃO	66
2.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E A REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL	73
2.4 A REALIDADE SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	79
2.5 PAIS SOCIAIS OU EDUCADORES?	91
3. O RETORNO PARA O LAR E A COMUNIDADE: a realidade dos jovens egressos	96
3.1 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS JOVENS.....	97
3.2 O PROCESSO DE DESABRIGAMENTO	104
3.3 A REALIDADE DOS JOVENS COMO EGRESSOS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
BIBLIOGRAFIA	130
ANEXO	139

LISTA DE ABREVIATURAS

- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
- CEARC – Centro de Esporte, Arte e Cultura – Uirapuru
- CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru
- CMSMA – Casa do Menor São Miguel Arcanjo
- CNCA – Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- Comdica – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- Funabem – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC – Ministério da Educação
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
- PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor
- PNQ – Plano Nacional de Qualificação
- SAC – Serviços de Ação Continuada
- SAM – Serviço de Atendimento ao Menor
- SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social
- SPETR – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- UECE – Universidade Estadual do Ceará

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivos que levaram ao acolhimento de crianças e adolescentes na Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012	84
Tabela 2: Tempo de permanência na Unidade de Acolhimento Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012	86
Tabela 3: Motivos pelos quais os jovens foram desligados da Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012	106
Tabela 4: Perfil dos jovens egressos que participaram do grupo focal	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa do Menor São Miguel Arcanjo – Fortaleza (CE)	68
Figura 2: Centro de Esporte, Arte e Cultura – Uirapuru – CEARC	74
Figura 3: Prédio dos cursos profissionalizantes	102

INTRODUÇÃO

A prática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um problema social e político que desafia a sociedade e o Estado, mediante suas administrações governamentais, a apresentarem respostas efetivas e eficazes às questões implicadas. Essa medida é aplicada como forma de proteção desses sujeitos que tiveram seus direitos ameaçados ou violados de algum modo. Nesse sentido, recebem abrigo em tempo integral até que possam ser reintegrados à família. Objetivamos identificar as etapas às quais os jovens são submetidos desde o ingresso ao processo de desabrigo, dando foco às políticas de profissionalização acessada pelos mesmos durante sua permanência na instituição e como elas colaboram para a reintegração familiar e social.

Não pretendemos apenas desvendar o problema, mas, principalmente, compreender os “motivos” pelos quais as questões ocorrem de uma maneira e não de outra. Nosso pensamento leva em consideração que a ciência busca esclarecer o que já existe, como Weber (2006, p.17) afirmou: “Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que *deve*, somente sobre o que *pode* e – eventualmente – sobre o que *quer*”. Weber concebe que a ciência nos oferece conhecimento do que ocorre em nossa sociedade, mas os significados que esse conhecimento tem para nós, cabe a nós mesmos interpretarmos.

Esse estudo surgiu a partir do momento em que nos deparamos, como assistente social, com a necessidade de darmos encaminhamento a jovens adolescentes que estavam na iminência de deixar a instituição por estarem prestes a completar a maioridade, no entanto atravessavam ainda problemas no âmbito familiar. Muitas vezes não se tinha conhecimento sobre a família de origem ou esta estava ainda impossibilitada de tê-los sob seus cuidados, devido às fragilidades estruturais e subjetivas que estavam submetidas. De modo geral, as unidades de acolhimento não permanecem com os jovens que completam 18 anos.

Dessa maneira, a pergunta assombrava os profissionais: “E agora? Como/para onde encaminhar esses sujeitos?”. Essa é uma reflexão angustiante para quem atua com esse público, uma preocupação comum entre os abrigos que acolhem adolescentes. Foi, então, refletindo sobre essa questão que nos veio à tona questionar, inicialmente, em que medida as políticas encaminhadas a esses jovens estavam cumprindo seu papel no sentido de fortalecê-los como sujeitos que guiam suas vidas. Em especial as políticas de qualificação profissional,

que pretendem auxiliar o amadurecimento da autonomia e, desse modo, a reinserção social e familiar.

Durante o percurso de trabalho com os jovens, foi possível verificar que o retorno deles para suas famílias é um dos principais desafios para os que atuam com a política de abrigo e para os educandos. É muito difícil interromper o círculo do desemprego, vício, abandono e violação dos direitos de modo geral a que estão submetidas as famílias desses indivíduos. Ainda mais delicada é a situação de desligamento dos jovens ao completarem a maioridade, sendo as condições socioeconômicas um dos principais motivos para o agravamento das dificuldades desse processo de reintegração familiar. Esses casos, junto com os daqueles que não possuem referência familiar, são os mais problemáticos, visto que, quando não se conhece ou não se tem família, ou ainda quando esta é bastante pobre, fica mais difícil dar um encaminhamento a estes jovens, principalmente se eles não tiverem perspectivas de se inserir no mercado de trabalho. Essa preocupação é constante nas unidades de acolhimento, e é um desafio conseguir meios de reinseri-los na vida social.

Diante do exposto, as questões centrais que irão permeiar este estudo são: Como se desenvolve a política de qualificação profissional dos jovens abrigados, e qual a relação entre a profissionalização e uma maior qualidade frente à reintegração familiar e social? Que ações são desenvolvidas neste campo de profissionalização, e como tem possibilitado e limitado o processo de desinstitucionalização? Diante destas questões, verifica-se a complexidade e a relevância da abordagem do tema. Esperamos contribuir, de forma consistente, no aprimoramento do debate sobre as contribuições da teoria e da pesquisa sociológica sobre acolhimento institucional, convivência familiar e comunitária, juventude e profissionalização no Brasil.

Falar de uma prática com a qual já se esteve envolvida diretamente, mesmo já estando desligada profissionalmente dela há dois anos, pode trazer algum viés nas análises interpretativas. Ao mesmo tempo, falar dessa prática, tendo conhecimento do seu interior, mas esforçando-se pelo devido distanciamento, pode tornar os resultados mais ricos e contributivos para mudanças.

Esse estudo, como já nos referimos, surgiu da preocupação com o atendimento aos jovens que se encontram na iminência de deixar o abrigo por estarem próximos à maioridade. O processo de saída dos jovens em medida de acolhimento é, de fato, um enorme

desafio. Pensar o abrigo como uma instituição que assegura o direito de convivência familiar e comunitária é fundamental para a concretização dessa investigação. Em suma, o foco é compreender o processo de inserção no abrigo, em especial, de desinstitucionalização dos jovens que estão neles e são atendidos pelas políticas de educação profissional.

O acolhimento institucional é uma medida de proteção às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e necessitam se afastar temporariamente do âmbito familiar. Essa medida é determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA como breve e excepcional, sendo um recurso que precisa ser aplicado quando outras formas de proteção são esgotadas. Durante o acolhimento em abrigo, os jovens podem vir a receber qualificação profissional no intuito de fomentar o desenvolvimento para a entrada no mercado de trabalho após o desligamento institucional, que é feito após o fortalecimento da família e dos vínculos do jovem com a mesma, ou devido a maioridade completada pelo acolhido.

A pesquisa foi realizada com os profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes da Instituição Casa do Menor São Miguel Arcanjo - CMSMA, no sentido de compreender como atuam frente à questão. Além disso, foi investigado, através dos jovens egressos, os sentidos que eles dão às políticas de acolhimento e qualificação profissional, como elas impactaram na sua vida fora do abrigo e qual a situação em que se encontram após o desligamento institucional.

A Casa do Menor São Miguel Arcanjo¹ é uma instituição não governamental que acolhe crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco. Surgiu em 1983, no Município de Nova Iguaçu – RJ. Nesse ano um jovem, conhecido como Pirata, estava sendo perseguido pela polícia e se escondeu na garagem da casa do Padre Renato Chiera (fundador do Abrigo). Este, por sua vez, acolheu o jovem na casa paroquial, no entanto Pirata foi assassinado alguns dias depois. Em razão do grande número de assassinatos a jovens que viviam nas ruas, o referido Padre decidiu abrigar esses sujeitos fundando, assim, com ajuda de seus amigos italianos, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo que possui atualmente dez unidades espalhadas pelo Brasil². Em Fortaleza surgiu devido a uma doação

¹ A Casa do Menor São Miguel Arcanjo – CMSMA está situada na Avenida Alberto Craveiro, nº 2222, Bairro Castelão, Fortaleza-CE.

² Essa história pode ser confirmada no site:
http://www.casadomenor.org.br/cmsma/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=82

recebida pelo Frei Hans³ que ganhou uma grande fazenda e assim convidou, no ano de 2000, o Padre Renato Chiera para desenvolver o trabalho de acolhimento no local, dando início aos trabalhos em 2001.

A Instituição possui uma equipe técnica composta por 02 assistentes sociais, 01 psicóloga e 01 pedagoga. Esses foram os profissionais procurados para prestar informações por meio de entrevista, assim como o gestor do Abrigo. Além disso, conversas informais com outros profissionais, como por exemplo, os educadores que acompanham os jovens em sua rotina, auxiliaram no entendimento quanto à dinâmica do processo de abrigamento.

Para aprofundar essa reflexão, foi necessária a realização de investigação nos dados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza – Comdica⁴, para que se identificasse quais eram as unidades de acolhimento cadastradas no órgão que atendem crianças e adolescentes, em especial a estes. Em uma relação de entidades de medidas de proteção cadastradas (Anexo), fornecida pelo próprio Conselho, percebemos que as instituições trabalham no atendimento a crianças e/ou adolescentes de diversas faixas etárias, geralmente diferenciadas pelo sexo e idade. No Município existem 26 unidades de acolhimento institucional cadastradas no Comdica; destas, 12 não acolhem os jovens até completarem 18 anos, 04 atendem o perfil de abuso sexual, 02 àqueles que estão sob a dependência de substâncias entorpecentes, 01 atende os que têm deficiência mental, 01 os que tem câncer e 01 se configura como um centro de educação que atende a comunidade. Apenas 05 unidades, das que percebemos na relação fornecida, atendem adolescentes até 18 anos sem estarem enquadrados nas problemáticas de que os outros abrigos tratam.

Das 05 possibilidades que estavam postas, resolvemos limitar pela instituição que possui maior abrangência quanto à faixa etária, sendo a Casa do Menor São Miguel Arcanjo a única que acolhe crianças e adolescentes de qualquer idade. No entanto atende apenas o público masculino. Apesar dessa limitação de gênero, acreditamos ser importante trabalhar na referida instituição, pois atende diversos perfis de jovens que tiveram seus direitos violados. Nesse local percebemos as mais variadas formas de violência aos direitos fundamentais da infância e juventude que levam ao acolhimento institucional. Apesar do nosso olhar estar

³ Fundador da Fazenda da Esperança, instituição que desenvolve um trabalho de recuperação de dependentes químicos em 11 países. Fonte: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3679943> acesso em 06 de março de 2013.

⁴ Relação das entidades de medidas de proteção cadastradas no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comdica, presente na *Pesquisa sobre os Programas de Proteção e de Medidas Sócio-Educativas Desenvolvidos por Entidades Governamentais e Não-Governamentais no Município de Fortaleza*.

voltado especialmente para aqueles jovens que estão emancipando-se para viver na comunidade, nessa instituição poderemos visualizar se existem casos de adolescentes com longos períodos de acolhimento. Além dessas questões, o Abrigo escolhido oferece cursos profissionalizantes para os jovens em sua estrutura. Dessa maneira, o processo socioeducativo poderá ser melhor percebido. Importante destacar que a Instituição é não governamental, o que favorece melhor compreensão das políticas de acolhimento institucional que são mais comumente encaminhadas às crianças e adolescentes, visto que são maioria frente às governamentais⁵.

A pesquisa visa compreender o processo de desabrigamento e a importância da profissionalização nesse contexto. Para o entendimento da questão foram realizadas observações no campo, entrevistas com o gestor e demais profissionais do abrigo. Através de investigação nos dados dos jovens que já receberam atendimento de profissionalização e abrigamento na unidade, mas já completaram a maioria e não estão mais em acolhimento, conseguimos encontrar informações de contato que possibilitou a realização de um grupo focal. Outro aspecto relevante é a observação que vem sendo realizada de como se dá o funcionamento da rotina dos adolescentes que estão abrigados. Com o grupo focal pudemos identificar em que medida a proposta política contida nas falas dos profissionais em relação aos educandos, está de acordo com a realidade apresentada por aqueles que já saíram da unidade.

Acreditamos que seja fundamental, nesse momento, relatarmos nosso percurso metodológico com relação à pesquisa empírica, que se deu da seguinte forma: Em busca de encontrar os contatos dos egressos da Casa do Menor São Miguel Arcanjo verificamos as pastas de todas as crianças e adolescentes que estiveram na instituição desde a sua fundação, em 2001. O número de egressos totalizou 504, de onde extraímos as seguintes informações: faixa etária atual, motivos que levaram ao acolhimento, tempo de acolhimento e, por fim, do motivo o encaminhamento dado, ou seja, o “motivo” do desabrigamento.

Do número total de egressos, 271 são jovens de 18 a 24 anos, nos meses de outubro à dezembro de 2012. Deste montante conseguimos coletar, por meio de pesquisas em suas pastas, contato telefônico de 60 jovens. Para todos os casos levamos em conta o fato dos

⁵ Ainda segundo os dados do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento; no Brasil, 65,3% das instituições de acolhimento são privadas. No Nordeste essa realidade é de 84,8%, bastante discrepante das demais regiões. Apenas na Região Norte as instituições públicas são maioria, equivalem a 57,7%.

egressos selecionados possuem idade superior a 18 anos e inferior a 25 anos e terem participado de formação profissionalizante durante o período de abrigamento.

Nosso objetivo era conseguir realizar dois grupos focais com os egressos nessa faixa etária. No entanto, o resultado das tentativas de contato por telefone não foi o esperado. Dos 60 contatos verificamos que: em 49 casos o telefone estava errado, não atendia ou não existia, dado que nos mostra a inexistência de um acompanhamento aos egressos pela Unidade de Acolhimento, visto que, se estivessem realizando trabalhos com esse público, manteriam atualizadas as suas informações de contato. Ainda com relação a esses 60 egressos, constatamos que dois estão em situação de acolhimento devido a dependência química; dois outros estão presos por roubo; dois mudaram de cidade e um foi assassinado poucos meses após sair da Instituição. Desse modo, conseguimos realizar contato com apenas quatro jovens, mas apenas dois se prontificaram a participar da pesquisa. No entanto, este número seria insuficiente, visto não ser viável para fazer um grupo focal. Desse modo, buscamos o apoio de um ex-educador da Instituição com a finalidade de conseguirmos mais contatos de jovens.

A escolha do mencionado ex-educador foi devido à informação de que os egressos se identificavam bastante com ele e muitos mantinham ainda contato com o mesmo. O referido informou o telefone de mais três egressos que também se prontificaram em colaborar com a investigação. Ainda assim, a quantidade de jovens era insuficiente para a concretização de, pelo menos, um grupo focal. Dessa maneira, um dos egressos já contatado nos levou a mais um jovem e, então, após tantos obstáculos, fechamos o grupo em seis participantes.

Pelo relato, o leitor pode perceber que foram grandes os desafios para a realização do grupo focal com os jovens egressos, no entanto, do ponto de vista metodológico, percebemos que o esforço foi compensado pelo resgate dos discursos dos jovens sobre sua vida passada e atual. Os obstáculos durante o percurso nos faziam mais fortes e cientes das tramas da pesquisa que, diante do mundo complexo da vida social dos sujeitos desta investigação, nos impulsionou a buscar inserção no campo a fim de conhecer a realidade dos jovens após a saída da Instituição. As dificuldades também simbolizaram de alguma forma a revelação de uma política sem continuidade no que diz respeito a pelo menos manter o contato com os egressos para eventuais ações futuras, como ter dados para pesquisas, avaliação das ações anteriores, saber os impactos das práticas da Instituição sobre a vida de seus egressos, só para citar algumas motivações simples. Neste sentido, os obstáculos nos faz questionar sobre os resultados do trabalho das políticas públicas para estes jovens.

Os jovens apresentados nesse estudo, que participaram do grupo focal, se mostraram, em um primeiro momento, preocupados em relatar as suas situações de vida, pois não as queriam expor publicamente. Apesar disso, ficaram bastante a vontade na presença das pesquisadoras que estavam mediando o grupo focal e, no final do encontro, afirmaram que a experiência de participação no grupo focal foi muito interessante. Para preservar suas identidades resolvemos não apresentar seus nomes verdadeiros e, assim, pensamos em nomes fictícios. Desse modo, optamos por buscar nomes gregos que significassem força, visto que é assim que percebemos esses jovens, pessoas fortes e perseverantes. Os nomes escolhidos foram: Abadir, Alceu, Aglaio, Cleanto, Dirceu e Tarcílio⁶. Todas as falas de jovens apresentadas nessa investigação foram coletadas através do grupo focal realizado no dia 13 de dezembro de 2012, na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Os relatos foram apresentados em todo o corpo do texto, com a referência de nome e idade do jovem juntamente.

Com relação aos adolescentes que, entre 2012 e 2013, período desta pesquisa, estão em situação de acolhimento, verificamos em nossa investigação que todos os 08, que se encontram entre 14 e 18 anos incompletos, estão participando de pelo menos um curso de qualificação profissional. Isso nos faz refletir a respeito do interesse que esses jovens estão tendo em realizar a qualificação, visto que os mesmos não são obrigados a realizar essa atividade, no entanto são incentivados para que participem.

Importante frisar, nesse momento, que investigamos os caminhos percorridos pelas crianças e adolescentes desde a entrada na unidade de acolhimento até sua saída, o processo de abrigamento. O contato com os profissionais dos diversos setores (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia) nos ajudou a compreender como se constitui esse processo.

Para desenvolver a investigação, optamos por uma metodologia de natureza qualitativa, na busca de detalhar melhor as informações coletadas. Consideramos que não é possível compreender a realidade apenas com a quantificação. Assim, nos detemos no “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2011, p. 21). Primeiro partimos de uma análise documental e bibliográfica que foi contemplada no diálogo com autores que trabalham as categorias acolhimento institucional de crianças e adolescentes, convivência familiar e comunitária,

⁶ O significado dos nomes pode ser visto em: http://www.significado.origem.nom.br/nomes_gregos/ visualizado no dia 19 de fevereiro de 2013.

qualificação profissional e juventude. Os autores colaboraram para fundamentação teórica do estudo. Tivemos acesso, também, à bibliografia sobre a história e a missão da Casa do Menor São Miguel Arcanjo para uma melhor compreensão do nosso campo de pesquisa. O aprofundamento nas etapas do processo de acolhimento foi percebido, principalmente, através dos egressos, pois apenas eles passaram por todas as fases, ou seja, foram acolhidos, passaram pelo trabalho de fortalecimento dos vínculos, da autonomia, dentre outros e foram desligados da instituição.

O estudo de caso na referida Unidade de Acolhimento Institucional permitiu a exploração, em profundidade, de fatos e processos, coletando informações detalhadas sobre o assunto. A entrevista foi o principal instrumento para reunir informações com os profissionais que atuam na instituição. Os roteiros foram abertos, visto que, corroborando com Giddens (2005), preveem sutilezas de opinião e expressão verbal. Para o autor, através desse modo de pesquisar, os entrevistados têm mais oportunidades de expressarem seus pontos de vista utilizando suas próprias palavras. Dessa maneira, fornecerão informações mais detalhadas.

Como já foi dito, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, de forma a apresentar particularidades das situações estudadas. Foram realizadas entrevistas com os profissionais técnicos que atuam no abrigo, assim como com o gestor da Unidade, para perceber o modo como são trabalhadas as estratégias de (des)abrigamento. Os mesmos relataram informações relevantes para compreensão de todo o processo de acolhimento institucional.

Para fins de estudo, trabalhamos com os seguintes tipos de documentos: livros, teses e artigos publicados. Boa parte da bibliografia é composta por textos produzidos por escritores que aprofundam a história da proteção à infância e juventude e às demais categorias. Não pretendemos esgotar, nesse momento, as possíveis fontes utilizadas na pesquisa, mas destacar fatos históricos e alguns dos autores que abordam o tema, apontando para a relevância de se buscar na história elementos para a análise do tema em questão.

Um importante autor presente em nossa discussão é Groppo (2000, p. 08) que define juventude como uma categoria social, como uma “[...] concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos [...]”.

Durante o estudo buscamos aprofundar mais as temáticas relacionadas à juventude. No entanto, não conseguiremos compreender a categoria acolhimento institucional se não perpassarmos pelo público também infantil, visto que a medida de acolhimento é voltada para este seguimento além dos adolescentes. Uma das maiores referências quanto às questões relacionadas ao processo de acolhimento de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária é Rizzini (2006), que discute a garantia do referido direito e as situações de violação do mesmo. Além dessas questões, a autora, em outras obras, explora as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.

Ainda em relação à investigação sobre políticas públicas voltadas para a juventude, fazemos alusão à Novaes (2008), que fortalece o debate sobre juventude e exclusão social. Referenciar Fávero (2007) também colabora de modo enriquecedor o instigante tema que é a questão das políticas de acolhimento institucional e a relação dos sujeitos por ela atendidos com a violência e a pobreza, devido a ausência de políticas públicas, assim como as práticas cotidianas dos profissionais que atuam junto a esse segmento da população. Miguel Abad (2008) será fundamental na compreensão dos assuntos pertinentes às políticas públicas de juventude. Ele corrobora com a ideia de que as políticas deveriam ter por finalidade apoiar a expansão da cidadania, removendo os obstáculos práticos ao seu pleno exercício, proposta que vai na direção oposta à atual política. Para a compreensão dos aspectos relacionados às diversas formas de se pensar sobre a categoria família, Osterne (2004) e Sarti (2011) nos dá forte embasamento.

Tomando como base o Levantamento Nacional dos Abrigos para Criança e Adolescente na Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC)⁷, realizado pelo Ipea, podemos identificar que até o período de 1900, a Igreja, através das Santas Casas de Misericórdia, realizava o atendimento às necessidades de cunho social da população no Brasil. Nesse sentido, o Estado não atuava no atendimento às demandas das classes atingidas pelas questões sociais. Apenas em 1942 surgiu o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), ligado ao Ministério da Justiça, que tinha uma ação correcional e de repressão para com os jovens que estavam em situação de exclusão. Esse serviço era equiparado ao sistema penitenciário para a referida população.

⁷ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar_/capit1.pdf

Ainda segundo o Ipea, posteriormente, com a extinção do SAM (justificada devido às suas práticas repressivas), em 1964, é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que tinha como órgão nacional a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem). Em 1979 foi aprovado o Código de Menores⁸, que tratava da proteção e vigilância às crianças e adolescentes consideradas em “situação irregular”, sendo estas menores de 18 anos carentes, abandonadas ou autoras de ato infracional. Nesse sentido, abrigavam-se, sem fazer distinção, aqueles que eram órfãos, os que precisavam ser afastados do convívio familiar, os que praticavam infrações, dentre outros casos. Segundo o código de menores esses sujeitos eram “menores em situação irregular”, ou seja, não estavam atingindo um padrão tido como “normal” (PRESTES, 2011).

A década de 1980 é um marco na constituição de direitos no Brasil, principalmente com a promulgação da nova Constituição Federal. Os jovens em situação de vulnerabilidade passam a ter destaque e se cofiguram como sujeitos de direitos. A Constituição Federal passa a contemplar a proteção integral a crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de introduzir no arcabouço legal o conceito de Seguridade Social, agrupando as políticas de Assistência Social, Previdência e Saúde.

Outra importante data que necessita ser destacada é o ano de 1990, ano de constituição do nosso principal instrumento de defesa dos direitos dos jovens: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vale destacar que o ECA (Lei 8069/90), veio em substituição ao “Código de Menores”, antigo diploma legal que regulava os direitos da criança e do adolescente. O termo “menor”, instituído pelo antigo código e bastante utilizado no decorrer da história, esteve historicamente carregado de carga negativa, sendo constantemente relacionado a indivíduos infratores. O Estatuto é o principal dispositivo legal que protege a infância e juventude; ele trouxe diretrizes capazes de garantir, do ponto de vista legal, um futuro melhor para os jovens. Contudo, consideramos que o termo “juventude” é o melhor para ser utilizado, visto que nos remete à ideia de futuro, de mudanças.

A história da criança e do adolescente no Brasil nos mostra que a segregação da infância pobre em instituições se constituiu em uma estratégia de controle social sobre as classes socialmente menos favorecidas, e as consequências disso são sentidas ainda nos dias atuais através do elevado número de crianças e adolescentes em instituições. No ano de 2009,

⁸ Lei 6697/79.

o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, apontou que no Brasil existe mais de 30 mil crianças e adolescentes vivendo em unidades de acolhimento institucional e que, em todo o País, existem 1876 instituições que atendem esta demanda. Estes estabelecimentos são, em sua maioria, organizações não governamentais⁹.

Importante trilhar essa discussão definindo que o ECA estabelece que é direito fundamental da criança e do adolescente ser criado e educado no seio da família, ou seja, direito à convivência familiar e comunitária, sendo esta livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Apenas quando essa convivência é nociva aos jovens, estes são encaminhados para programas de acolhimento familiar ou institucional, nele não podendo permanecer por mais de dois anos (Art. 19 do ECA). Para a garantia deste direito, a família de origem deverá ser incluída em programas oficiais de auxílio, necessitando o Estado dar base para que ela possa ter condições de proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento sadio e completo do jovem (Art. 23 do ECA).

Sabe-se que é dever do Estado assumir a responsabilidade de elaborar e desenvolver políticas que contemplem os grupos considerados mais vulneráveis da sociedade, como as crianças e adolescentes. Importante levarmos em consideração que na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2006) define abrigo como acolhimento institucional que faz parte dos serviços de proteção especial de alta complexidade¹⁰. Sob a lógica da normatividade, a promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária devem ser garantidas através dos programas sociais existentes. É atribuição da assistência social fornecer atendimento às crianças e adolescentes que, pelos mais diversos fatores, não contam com a proteção da família e, dessa maneira, são afastados dessa debilitada convivência e acolhidos em instituições. Inserida nesse contexto encontra-se o nosso campo de investigação, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo. Entretanto, diante das diferentes manifestações do cotidiano, nem sempre a norma corresponde à realidade. É neste quadro que se constitui nosso olhar e para onde se detém nossos esforços de investigação.

⁹ Informações coletadas nos endereços eletrônicos: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/brasil-tem-mais-de-30-mil-criancas-vivendo-em-abrigos-20110518.html> e <http://www.direitolegal.org/noticias-gerais/brasil-tem-mais-de-30-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos/>

¹⁰ Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a Política de Proteção Especial de alta complexidade é destinada àquelas crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco pessoal e social. Ela deve garantir proteção integral a eles e suas famílias.

É mister destacar que a carência econômica dos núcleos familiares é um dos principais motivos para o abrigamento de crianças e adolescentes e sua prolongada permanência nas instituições, mas não é a única causa; outras motivações irão ser explicitadas no decorrer de nossa discussão. Muitas questões podem motivar o afastamento do núcleo familiar, podendo ocorrer antes mesmo do abrigamento, quando, por exemplo, os membros saem de casa para viver nas ruas. Frente às problemáticas, o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da autonomia e para elaboração de um projeto de vida para esses jovens, com vistas à saída dessa situação de vulnerabilidade social parece ser um caminho viável. Relevante destacar que essas ações podem estar relacionadas à educação e à formação profissional desse público e fortalecimento da família, ou seja, estratégias que façam com que os jovens vislumbrem uma perspectiva para além da instituição e não sejam, em sua maioria, “condenados” à perpetuação da sua condição de pobreza. A estratégia de colocação de crianças e adolescentes em abrigos não pode servir como solução para problemas de insuficiência de políticas sociais.

A instituição familiar sofreu, no decorrer da história do Brasil e do mundo, grandes transformações. Destacam-se os novos arranjos familiares que fogem da noção de pai, mãe e filhos vivendo em uma estrutura concreta, que é a casa. Agora percebemos famílias com apenas o pai ou a mãe e os filhos, famílias compostas por mais grupos, chamados de coabitação, outras com avós criando netos, enfim, uma série de outras maneiras de pensar os significados que esse grupo tem. Para Sarti (2010, p. 25) “[...] a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade”.

Na atualidade, a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal. Hoje, diversifica-se e abrange as unidades familiares formadas pelo casamento civil ou religioso, seja pela união estável; seja por grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, seja pela união de homossexuais (...). Essa nova concepção se constrói, atualmente, baseada mais no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento (...) (LOSACCO, 2010, p. 64).

Independente da maneira que esses arranjos estão formados, o certo é que, muitas vezes, quando esses grupos perdem a capacidade de proteger seus membros, as relações podem ficar fragilizadas, podendo acarretar em inúmeras consequências que podem vir a gerar a necessidade de acolhimento institucional, especialmente de crianças e adolescentes.

Em síntese, destacamos que, caso a família seja atingida pela vulnerabilidade social e não consiga apoio de políticas sociais efetivas, essa instituição pode perder sua capacidade de funcionar como mecanismo de proteção social de seus indivíduos. Desse modo, sem apoio do Estado, a única maneira de garantir a sobrevivência dos filhos é deixando-os abrigados.

Os abrigos são, nesse sentido, vistos como medida provisória no momento em que a família não possui meios de suprir as necessidades de seus dependentes, ou seja, de garantir os direitos preconizados, em especial, pelo ECA. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os abrigos precisam oferecer proteção, em caráter provisório e excepcional, àqueles que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e cuja convivência junto à família seja prejudicial. O acolhimento, de acordo com as normas contidas nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), poderá ser na modalidade de serviço de família acolhedora, casas-lar, abrigo institucional e república. Vale destacar que a instituição escolhida para a investigação busca atuar de forma semelhante às relações em um ambiente familiar, por isso é composta na modalidade de casas-lar.

Percebendo os limites e desafios que constituem os contextos em que crianças e adolescentes estão envolvidos nessa problemática de abrigamento, esta pesquisa volta-se para a compreensão de que o processo de desabrigamento de crianças e adolescentes tem início no instante em que estes são acolhidos. Parte-se do pressuposto que este é um trabalho a ser desenvolvido por toda a rede de proteção integral para que o processo de reintegração familiar seja de fato uma prioridade. A questão é: Como de fato se processa o desabrigamento? Essa questão nos remete aos pontos que buscamos discutir, pois engloba os sentidos do abrigamento, desde a chegada até a saída do jovem, inclusive os relacionados à profissionalização nesse contexto.

O objetivo das instituições é que a permanência dos jovens nela seja, idealmente, breve e excepcional, para que não passem mais que dois anos nessa situação. A infância e adolescência são pensadas fora dos muros das instituições de acolhimento, nesse sentido o trabalho dos abrigos visa a qualidade no atendimento e o fortalecimento das relações entre os jovens, suas famílias e a sociedade.

Valendo-se destes dois anos previstos em Lei, as instituições necessitam desenvolver ao máximo o potencial dos jovens para que não sejam apenas lugares onde se

pode encontrar alimentação e moradia, mas um ambiente de busca por uma oportunidade de mudança na situação de vida precária. Os esforços parecem voltar-se para a capacitação profissional dos sujeitos nas unidades de acolhimento como auxílio no retorno dos jovens para o convívio com a comunidade e a família e na futura mudança de condição social. No entanto, como se constitui essa prática? Como os abrigos estão percebendo e intervindo frente à inserção dos educandos no mercado de trabalho?

Ainda em consonância com a Lei 8069/90, no que se refere ao direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, o legislador determina que a criança não pode trabalhar e que o adolescente tem direito a profissionalização e à proteção no trabalho respeitando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. O trabalho educativo dos jovens, nos termos legislativos, é considerado a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, sendo que a remuneração não descaracteriza o caráter educativo¹¹. Em sua aplicabilidade pode ser tida, erroneamente, como mera forma de ocupar os adolescentes ou apenas uma intermediação de mão de obra, geradores de renda com a finalidade de minorar a situação financeira da família.

A profissionalização, como citado anteriormente, é um direito. Desse modo, as entidades que atuam com adolescentes buscam práticas que os levam ao ingresso em curso de aprendizagem (normalmente ofertado na própria instituição) e no trabalho educativo, possibilitando-os a consecução de seus direitos. Esta atividade não pode, nesse modelo, ser confundida com a categoria trabalho, visto que, para muitos, o trabalho ocupa um espaço significativo frente a outros tipos de atividades as quais se submetem os indivíduos. Já o trabalho educativo visa ao aprendizado, não podendo ser pensada apenas como instrumento de gerar renda, mas sim de transformação no aprendizado para uma futura inserção de qualidade no mercado de trabalho. De acordo com Giddens (2005), a falta de um emprego pode enfraquecer a confiança do indivíduo em seu valor social, visto que o trabalho envolve diversas características, sendo estas: dinheiro, nível de atividade, variedade, estrutura temporal, contatos sociais e identidade pessoal. Em suma, o trabalho, quer seja remunerado ou não, pode ser definido como:

¹¹ Conceito de trabalho educativo destacado no artigo 68, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

[...] a execução de tarefas que requerem o emprego de esforço mental e físico, cujo objetivo é a produção de mercadorias e serviços que satisfaçam as necessidades humanas. Uma ocupação, ou um emprego, consiste no trabalho executado em troca de um ordenamento ou salário regular. Em todas as culturas, o trabalho é a base da economia.” (GIDDENS, 2005, p. 306).

Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea revelam que o público jovem, de modo geral, é mais vulnerável em relação à inserção no mercado de trabalho, quanto mais, então, aqueles que se desenvolvem em um ambiente institucional, muitas vezes com práticas fragilizadas. Segundo o Ipea, a condição de inativo ou desempregado geralmente não se distribui uniformemente entre os grupos populacionais: mulheres, jovens e pessoas com mais de 50 anos tem mais dificuldade para se inserir no mercado de trabalho¹².

De acordo com Andrade e Santos (2007), “[...] o problema do desemprego entre os jovens é global e estrutural, portanto, pensar em políticas públicas para a juventude pressupõe uma análise da realidade global [...]”. Os jovens acabam sendo alvo da desestruturação do mercado de trabalho que os atinge acreditando que são o público ideal para atividades de curta duração, tornando-os mais vulneráveis. Corroborando ainda com as ideias das autoras, as políticas públicas de trabalho no Brasil, na maioria das vezes, ignoram os aspectos da vida dos jovens, contribuindo assim ainda mais para a segregação dos jovens pobres. Elas creem que, mais importante do que incluir o jovem no mercado de trabalho, é pensar políticas de inclusão social: “Necessária se faz a formulação de políticas de cunho estrutural para o ingresso dos jovens não apenas no mercado de trabalho, mas, fundamentalmente, como possibilidade de sua inclusão na sociedade” (ANDRADE e SANTOS, 2007, p. 06).

A baixa escolaridade dos jovens filhos de pobres pode ser consequência de uma inserção precoce no mercado de trabalho. Dessa maneira, estão condenados a ocupar vagas de baixa posição hierárquica e remuneração (ANDRADE e SANTOS, 2007). De acordo com Holanda (2011), a cidadania, verdadeiramente, só será alcançada quando pudermos garantir aos excluídos educação e oportunidades de trabalho. Com a economia globalizada e as inovações tecnológicas, o trabalho tem como fundamento o conhecimento e a inovação, que necessitam ser buscados em todas as etapas da educação. Ainda segundo o autor, existe uma

¹² Resultados do Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS sobre Trabalho e Renda, em fevereiro de 2011, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110216_sips_trabalhoerenda.pdf. Acesso em 06 de março de 2012.

urgente necessidade de se criar mecanismos reais de transferência de conhecimento para a população que avance sobre os mecanismos tradicionais da educação. É nesse contexto educacional que pensamos a qualificação profissional como; mecanismo de avanço do conhecimento.

Abordamos a qualificação profissional de acordo com o pensamento de Costa; Oliveira e Amaral (2012) que corroboram com a concepção de que o processo de qualificação profissional:

[...] deve englobar uma visão ampliada de formação e capacitação dos trabalhadores, partindo de uma perspectiva de educação integral que lhes possibilite a elevação dos conhecimentos gerais e uma compreensão total do seu processo de trabalho e não visando apenas o aprendizado de novas habilidades imediatas decorrentes das requisições impostas pelo capital (COSTA; OLIVEIRA e AMARAL, 2012, p. 324).

É corroborando com essa perspectiva que abordamos a qualificação profissional em relação ao processo de desabrigo de crianças e adolescentes; como uma política pública que precisa ser pensada não apenas como um aprendizado imediato. Pensar a qualificação profissional é refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento do país, importante garantir esse direito àqueles que se encontram em situação vulnerável nos abrigos e perceber de que modo está sendo encaminhado aos jovens sujeitos abrigados em instituição.

São essas discussões que irão permear este trabalho. A proposta é discutir e analisar o (des)abrigo, no sentido de saber de que forma estão sendo tratadas as questões relacionadas à qualificação profissional desses adolescentes que vivem em unidades de acolhimento, assim como a possível relação existente entre o incentivo à profissionalização e a maior qualidade do processo de reintegração familiar e social, ou seja, no desligamento. Este é o foco dessa investigação.

Foi com certa dificuldade que dividimos esse estudo em três capítulos; isto ocorreu devido ao fato dos temas estarem bastante relacionados entre si, sendo praticamente impossível trabalhá-los separadamente. Não é um exercício simples escrever cada um sem aprofundar a relação com o outro, mas também não ficaria viável falar sobre tudo ao mesmo tempo. Nesse sentido, essa divisão busca facilitar a compreensão do leitor, mas sempre pensando numa perspectiva de totalidade, tudo está intimamente relacionado. Sendo assim, para facilitar a compreensão, apresentaremos brevemente o que cada um vai focar.

O primeiro capítulo dedica-se à contextualização da realidade dos jovens no Brasil, especialmente daqueles que podem necessitar de acolhimento institucional. Nesse sentido, fazemos uma reflexão sobre as políticas públicas para essas juventudes. A discussão será fundamental para o seguimento dos demais capítulos, pois foca naqueles que são o objeto de estudo: os jovens. Sendo assim, fazemos uma aproximação, criamos intimidade com a realidade desse grupo, para fins de compreensão de suas realidades que criam demandas para as unidades de acolhimento. Além disso, é importante para refletirmos sobre a realidade dos jovens egressos da medida de acolhimento institucional.

O segundo capítulo traz as discussões sobre os processos de abrigar. Como se realiza o acolhimento institucional e como essa política funciona será nosso foco nesse momento. Nesse espaço conseguiremos compreender o que o acolhimento significou para os jovens e como os profissionais estão atuando frente a esse processo, especialmente no que tange à qualificação profissional. Junto com a categoria acolhimento institucional exploraremos a categoria família, visto que não é viável falarmos de um sem que liguemos à outra. Buscamos nesse momento identificar e refletir sobre as motivações que levam à institucionalização dos jovens e como se dá a política de abrigamento.

Por fim, no terceiro capítulo será possível aprofundar quais resultados podemos visualizar sobre a situação socioeconômica dos egressos da medida de acolhimento, ou seja, quais as repercussões do atendimento recebido pelos egressos na unidade de acolhimento e como as políticas públicas são acessadas por esses jovens. Buscaremos identificar como a profissionalização contribuiu para esse processo de abrigamento/desabrigamento e em que contexto atualmente os jovens egressos se encontram.

Para o entendimento da temática em questão, durante a pesquisa levamos em consideração em que medida a atenção dada à profissionalização dos adolescentes abrigados está colaborando com o processo de reinserção familiar e social. Consideramos possível verificar essa questão mediante o estudo de caso na Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Menor São Miguel Arcanjo, visto que esta, além dos motivos já mencionados, possui grande capacidade de abrigamento (podendo chegar a ter 60 crianças e/ou adolescentes) e que possui estrutura para qualificação profissional dos jovens educandos.

Muitos estudos foram e estão sendo desenvolvidos a respeito dos abrigos, mas são poucos os que têm se detido de forma aprofundada sobre as políticas de profissionalização

dos adolescentes em medida protetiva de abrigo. Aqueles que abordam as questões relacionadas à temática de profissionalização de jovens em instituições dirigem sua atenção para os que estão em cumprimento de medida sócio-educativa.

Essa pesquisa visa identificar elementos que possam contribuir com as discussões sobre a temática de institucionalização e desinstitucionalização e capacitação profissional, o sentido da qualificação profissional frente ao direito de viver em sociedade, no seio familiar. Isso poderá ser realizado identificando limites e possibilidades de tal assistência, a fim de despertar a atenção dos poderes públicos para construção de ações voltadas para esses sujeitos. Quem sabe a realidade dessa população seja transformada, possibilitando que o Estado, a família e a sociedade garantam e efetivem os direitos das crianças e adolescentes.

Gostaríamos de encerrar nosso primeiro momento nos inspirando em Giddens (2005, p. 510), que afirma: “[...] a sociologia é um esforço científico; envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, análise de dados e avaliação de teorias à luz das evidências e do argumento lógico”. Dessa forma, buscaremos incessantemente responder, através da investigação empírica, da análise de dados e do pensamento teórico, nossos objetivos. Esses caminhos são necessários para a construção do conhecimento, sendo que este não se encerra, pois “toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono etc.” (NETTO, 2009, p. 675).

CAPÍTULO I

OS JOVENS NOS CONTEXTOS VULNERÁVEIS

De certa forma o futuro começa todos os dias (...).
Jean Maninat¹³.

Esse capítulo é produto da necessidade de compreendermos a realidade das políticas públicas que são voltadas ao público jovem e as especificidades e necessidades desses sujeitos em uma fase repleta de contradições, principalmente com relação àqueles que se encontram em contextos adversos em nossa sociedade, como os de institucionalização. Aprender a complexa realidade à que estão sujeitos os jovens e suas famílias e o modo como são pensadas as políticas para atendê-los são os principais objetivos do presente capítulo. As questões relacionadas à juventude são fundamentais para o entendimento de diversas questões latentes na sociedade.

1.1 Reflexões sobre a categoria juventude(s)

Conceituar juventude é um desafio, visto que o termo é repleto de análises. Compreender a categoria em questão significa considerar seus aspectos sócio históricos, psicológicos e biológicos. Apenas um dos aspectos, isoladamente, não contempla de modo aprofundado o conceito de juventude, como por exemplo, a utilização do critério etário que, por si só, não é perfeito.

Alguns estudiosos, Groppo (2000), por exemplo, defendem a existência de vários tipos de juventude, com histórias, condições socioeconômicas e culturais diferentes, ou seja, existem juventudes (no plural). Não existe uma homogeneidade de experiências e comportamentos dentro desta categoria. Corroborando com essa ideia, Costanzi (2009, p.19) acredita que “[...] existem, na verdade, juventudes diversas, imersas em distintos cenários [...]”. Nesse sentido, se considerarmos especialmente um recorte de classe social, percebemos esses contrastes.

Ainda em busca de desenvolver uma reflexão sobre a categoria, percebemos que um importante enfoque que é dado à juventude é vê-la como uma etapa preparatória para a vida adulta, como uma transição. Nesse sentido há um destaque para as políticas de

¹³ Diretor Regional da Organização Internacional do Trabalho - OIT para a América Latina e o Caribe.

qualificação profissional. Para Dayrell (2007, p. 158) “[...] a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”. Esse enfoque da juventude como fase de preparação é bastante criticado, já que limita o segmento juvenil como uma etapa transitória, esquecendo que existem, nesta fase, necessidades específicas, que devem ser tratadas no presente. No entanto, sendo vista como transição ou como um momento particular, o importante é que sempre seja levada em consideração a heterogeneidade da categoria.

Embora considerar a juventude como projeção para o futuro seja muito importante para as questões relacionadas ao desenvolvimento de um país, a médio e longo prazos, é igualmente importante entendê-la enquanto tempo presente e de fruição de uma época especial e única da vida dos indivíduos. Portanto, é necessário que as análises sobre a juventude conciliem estas duas óticas (COSTANZI, 2009, p. 24).

Vale ressaltar que a juventude está cada vez mais complexa, visto que as alterações no mundo, de acordo com as gerações, foram diversas, por isso esse padrão de transição está se tornando inapropriado. Na realidade a juventude possui uma identidade que os diferencia de outros grupos. Segundo Pochmann (2011, p. 219), ser jovem é viver “[...] num ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gostos específicos no vestir, relacionamento em grupo, namoro, dança, música, entre outras medidas sempre em modificação”.

Apesar dessa identidade singular, a juventude apresenta em seu contexto uma grande heterogeneidade. Dessa maneira, tantos estudiosos acreditam na existência de diversas juventudes. As diferenças entre os jovens se dá pelo fato de serem de culturas diferentes, possuírem condições socioeconômicas distintas (e assim também alguns recebem uma educação de qualidade e outros não, ou seja, recebem acesso distinto às condições básicas de modo geral), serem homens ou mulheres, dentre outras.

Além da juventude ser enxergada como uma etapa, ela é também entendida, por muitos, como uma etapa problemática, o que acaba estigmatizando os jovens. Os jovens são vistos como causadores dos problemas de desordem social. É um grupo que apresenta alto índice de homicídios e de desemprego, todavia a vulnerabilidade é trabalhada a medida em que os problemas afetam a ordem social. Os jovens egressos que participaram do grupo focal passam por todas as dificuldades comuns aos jovens em situação de vulnerabilidade e também pelo agravamento de terem necessitado de abrigo em instituição, o que os estigmatizam ainda

mais. Eles afirmam que: “Hoje a sociedade vê o nosso estilo assim, o nosso temperamento, aí acho que eles não pensam o que nós passamos (...)” (ABADIR, 18 anos).

É muito difícil lidar com a sociedade, tem a questão da desconfiança. Tem a questão de que quando a gente passa por uma mulher e ela segura a bolsa, dá vontade de tomar só de mal, se fosse no passado eu tomava só de mal mesmo. Dá vontade de esculhambar na hora, mas a gente tem que aprender a lidar com a sociedade, entendeu? (TARCILIO, 18 anos).

Para Novaes (2008), a definição do que é ser jovem, e de até quando alguém pode ser considerado jovem, muda com o tempo, espaço, economia, gerações, entre outros. O aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitiu o alargamento do que pode ser chamado de juventude.

Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos (...) (NOVAES, 2008, p. 121).

Groppo (2000) destaca a importância de relativização do critério etário, pois os comportamentos mudam diante das questões de classe social, grupo étnico, contexto histórico etc. Ele corrobora com a concepção de que o comportamento do adolescente é de transição e depende da posição que este indivíduo se encontra na sociedade. Entretanto, fortalece que a sociologia não consegue definir um conceito para juventude. Ou seja, o conceito sociológico foi criado, mas a própria ciência não o consegue explicar. Normalmente o termo é esclarecido como tendo início junto a aparição da puberdade, no entanto o final é bem mais difícil de ser delimitado, pois vai depender do sistema sociocultural e também econômico.

Para Groppo (2000, p. 12), a importância do aprofundamento dessa categoria social se dá “para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações”. A adolescência e a juventude, provavelmente, diferem-se pelo fato da primeira estar mais próxima à infância e a segunda à vida adulta, à maturidade. Não podemos perder de vista a necessidade dessas categorias estarem combinadas com outras tantas categorias sociais, como por exemplo, à família, à qual levantaremos discussão ainda neste capítulo.

A adolescência é, portanto, o período situado entre a infância e a vida adulta e vai se configurar basicamente numa série de mudanças em todos os níveis dos ser, adicionada da experimentação de todas essas novidades físicas,

hormonais, intelectuais, culturais, emocionais, familiares, sociais, morais, etc” (PIGOZZI, 2002, p. 26).

Os problemas relacionados à uma vida fragilizada dos jovens são consequências sociais. A juventude de modo geral, através da modernidade, foi considerada como “estágios perigosos e frágeis da vida dos indivíduos [...]” (GROPPO, 2000, p. 58). Essas implicações estão ainda mais fortes se visualizarmos aqueles que estão em situação de rua ou em instituições de acolhimento. A juventude vem sendo atingida por inúmeras problemáticas sociais de modo mais severo do que outros segmentos geracionais, por isso a importância desse momento ser protegido pela família, sociedade e Estado. Essa fase de definição identitária não é considerada tranquila, pois pode acarretar problemas e conflitos com os pais. Se essa fase é desprotegida, pode acarretar sérios problemas, especialmente os relacionados aos vínculos, à afetividade com seu grupo, podendo acarretar inclusive em uma saída precoce de casa para as ruas e/ou em uma futura institucionalização.

Querendo ou não o que levava a gente a viver nas ruas e também a fazer coisa errada era por causa dos problemas, de uma família pobre, sem condições, cheia de problema. Às vezes até o bairro que você vivia apoiava as coisas erradas, porque tinha a criminalidade, as más influências, a falta de estrutura do bairro também (CLEANTO, 18 anos).

Esses rompimentos com a família e a comunidade acarretam problemas diversos para os jovens, pois o desenvolvimento nessa fase não acontece de modo isolado, mas em vários contextos. Nas ruas, essa perspectiva pode ser mais arriscada para o desenvolvimento do jovem. O trabalho das políticas é importante no sentido de que os laços não passem por processos de quebra, de fragilização, mas a realidade nos mostra que esses problemas ocorrem e por isso existe a necessidade de abrigos. Nessa perspectiva, o trabalho dos abrigos e seus parceiros é reconstruir, fortalecer os elos que foram rompidos anteriormente, é dessa maneira que o trabalho é idealizado.

A juventude tem sido alargada, fator observado principalmente entre as classes médias. Isso ocorre pelo desejo de uma melhor preparação para a vida adulta, especialmente pelo desejo de maior independência econômica.

O prolongamento dos estudos devido às necessidades competitivas mais acirradas na sociedade atual tem contribuído para que os jovens, especialmente os da classe média e alta, saiam da casa dos pais cada vez mais tarde (PIGOZZI, 2002, p. 29).

Essa característica dificilmente se aplica aos jovens abrigados nas unidades de acolhimento, pois se espera que estes possam se inserir o mais breve possível no mercado de trabalho e ajudar suas famílias marcadas, na maioria das vezes, pela pobreza e vulnerabilidades sociais. Sabe-se que os jovens que começam a trabalhar mais cedo, como na infância e adolescência têm piores salários quando adultos: “após ter representado essencialmente um período de latência, a juventude tornou-se, no século XVIII, a fase de educação e preparação à condição de adulto” (CORDEIRO, 2009, p. 45). Essa e outras questões serão aprofundadas no tópico seguinte.

1.2 A situação da juventude em contextos diversos

Os temas relacionados à juventude ganharam amplitude no Brasil e no mundo nos últimos anos, muito pelo fato de que os jovens são vistos como potencializadores do crescimento econômico e necessitam de políticas voltadas para sua maior qualificação e inserção no mercado de trabalho com maior qualidade.

Sentimos, neste momento, necessidade de abranger nosso olhar para uma apresentação da situação em que o jovem se encontra em nossa sociedade, dando foco, inicialmente, às questões relacionadas ao trabalho e à família. No decorrer da pesquisa empírica sentimos a necessidade de compreendermos também aspectos relacionados à violência, devido ao contexto de vida apresentado pelos sujeitos durante o grupo focal e por outros dados da pesquisa na Instituição. Sabemos da relevância das temáticas diversas relacionadas ao nosso objeto de estudo, tais como: lazer, cultura, saúde, participação, dentre outras. No entanto, este tópico centrará seu olhar, especialmente, para a apresentação das características da inserção dos jovens no trabalho, que é um indicador que nos ajuda a compreender bem o contexto social dos jovens em nossa sociedade e, conseqüentemente, daqueles que são nosso foco nessa pesquisa: os egressos de acolhimento institucional. Além disso, o estudo da família ajuda a compreender os motivos da situação social em que os jovens estão inseridos nos mais diversos contextos, inclusive os de violência. Buscamos compreender essas categorias – trabalho e família – ao lado das políticas públicas. Para Freitas e Papa (2008, p.08) “é o momento de afirmar as políticas de juventude como um direito dos jovens, e o atendimento desses direitos exige um olhar atento para as suas especificidades”.

1.2.1 Inserção no mercado de trabalho e questões relacionadas

De acordo com o IBGE, em 2008, existia no país um contingente de 34,6 milhões de jovens de 15 a 24 anos¹⁴. Apesar de, durante nosso debate sobre a categoria juventude, considerarmos esta como sendo até os 29 anos, o referido dado é importante, visto que nossa pesquisa empírica foi realizada com jovens que estavam dentro desta faixa etária. Vale destacar que se considerarmos até os 29 anos tínhamos um contingente em 2006 de 50,5 milhões de jovens¹⁵.

A análise da inserção laboral dos jovens é fundamental, pois se constituiu em um dos fatores essenciais para a definição do amadurecimento da identidade dos mesmos. Muitos em nossa sociedade creem na importância da ocupação produtiva para esses sujeitos, pois acreditam que sua ociosidade representa um perigo. Além disso, e além do aspecto financeiro, o trabalho faz com que o jovem passe uma imagem para a sociedade de “sujeito de respeito”, de “cidadão”. O trabalho está no centro da imagem das pessoas, inclusive dos jovens.

As expectativas e atitudes com relação ao trabalho, emprego e desemprego dão dimensão privilegiada para apreender a crise e a mutação das referências culturais entre os jovens. O modelo cultural da sociedade industrial se caracteriza pela centralidade da ética do trabalho. Além disso, o mercado de trabalho é o campo em que se exercem mais diretamente as coerções materiais e simbólicas da competição. Examinando os “modos de gestão de si”, pudemos constatar que para numerosos jovens, a experiência ou inexperience do mercado de trabalho constitui momento decisivo da sua redefinição identitária (BAJOIT e FRANSSEN, 2007, p. 93).

Realizar uma inserção do jovem em formas de trabalho decente é um dos grandes desafios para as políticas de juventude, visto que grande parte que não está em situação de desemprego, encontra-se em trabalhos precários ou inseridos na economia informal. É também uma realidade o fato de que milhões de jovens não estão estudando e nem trabalhando. Em suma, a realidade dos jovens atualmente não está favorável, visto que uma boa parte não está sendo inserido com qualidade no mercado, ou seja, a precariedade no trabalho faz parte do cotidiano de muitos desses sujeitos.

A inserção de uma porcentagem significativa de jovens brasileiros de ambos os sexos no mercado de trabalho é precária, e se caracteriza, entre outros aspectos, por elevadas taxas de desemprego e informalidade, bem como por baixos níveis de rendimento e de proteção social. Isto significa que a

¹⁴ Dados coletados no Mapa da violência 2011: Os jovens do Brasil.

¹⁵ Dado extraído do documento Trabalho decente e juventude no Brasil – 2009.

juventude brasileira continua sendo afetada por um elevado déficit de trabalho decente (COSTANZI, 2009, p. 38).

Infelizmente, muitas questões que assolam a juventude, especialmente com relação ao trabalho, perpassam, de certa forma, pela fragilidade na educação, o que impede o exercício de seus direitos e compromete a vida, não só neste momento, mas também futuramente.

Vale destacar em nossa discussão que é uma realidade o fato dos jovens em nosso país estarem conciliando o estudo e o ingresso no mercado de trabalho, muitos pela necessidade de colaborar com as condições econômicas de suas famílias e outros pela busca em construir sua autonomia econômica. O mercado demanda tanto maior escolaridade quanto experiência profissional e qualificações. “Boa vontade a gente tem, mas o que exigem mais da gente é formação e experiência profissional, porque a maioria das pessoas agora tem faculdade. A dificuldade é essa” (AGLAIO, 24 anos). Esse fato nos atina para questionar as políticas públicas no sentido de perguntar por proposições que percebam as necessidades e criem, dessa maneira, mecanismos de conciliação entre a educação e o trabalho. Para Leite (2008, p. 158), “por meio de uma política pública ampla, integrada, que enfrente o desafio do mercado [...]” poderemos romper com a cultura de que se você não tem experiência não tem chance de se inserir.

O grande problema com relação à necessidade de inserção no mercado de trabalho, especialmente para os jovens de baixa renda, é que acaba, muitas vezes, sendo um empecilho para a elevação da escolaridade e da qualificação. É observado que quanto mais cedo se adentra ao mercado, mais precária é a referida ocupação e maior é o prejuízo com relação à educação. Levando em consideração essa perspectiva, a situação de pobreza acaba se perpetuando, ou seja, a necessidade que muitos possuem de trabalhar comumente ocasiona uma inserção precoce no mercado, que por sua vez é a principal causa da aceitação de uma condição precária de trabalho, comprometendo assim suas chances de um futuro mais digno em um bom emprego.

Estudos nos mostram que o nível de escolaridade dos jovens é mais elevado do que o da população adulta, mas, mesmo assim aqueles estão mais sujeitos às formas precárias de trabalho: “[...] 24% dos adultos e 44% dos jovens tinham entre nove e 11 anos de estudo [...]” (COSTANZI, 2009, p. 27). Podemos perceber, dessa maneira, que a juventude tem se

preocupado em elevar seu nível educacional, especialmente pela exigência do mercado de trabalho. Apesar da elevação da escolaridade, devemos ressaltar que nem todos os que pertencem a esse grupo tem acesso igualitário à educação. Existe uma diferenciação feita devido à renda, raça/cor, gênero, região (rural e urbana) e por região do país. Uma análise da situação do jovem no Brasil feita por Costanzi (2009) nos mostra que as oportunidades para os jovens negros e pobres e para os que vivem no campo e nas regiões norte e nordeste são bem mais reduzidas. Esse aspecto colabora com a perpetuação das desigualdades e da pobreza.

No caso dos jovens que passaram por abrigo, geralmente eles possuem um histórico educacional e de qualificação debilitados devido às suas circunstâncias de vida, tanto pela fragilidade dos laços familiares como por consequências de políticas educacionais fragilizadas. Esses aspectos os tornam ainda mais suscetíveis ao trabalho precoce em situações precárias ou ao desemprego: “A maior dificuldade é porque a gente começa a correr atrás do prejuízo muito tarde, né? Eu queria ter terminado meus estudos antes, a falta de experiência atrapalha também” (DIRCEU, 23 anos)

Preocupante é também a problemática do desemprego, visto que eles são quase metade dos desempregados existentes no país. “A condição de inativo ou desempregado geralmente não se distribui uniformemente entre os grupos populacionais: mulheres, jovens e pessoas com mais de 50 anos tendem a ter mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho [...]” (BRASIL, 2011, p.02). Ainda de acordo com a pesquisa, 24% dos jovens de 18 a 29 anos do sexo masculino nunca teve atividade remunerada na vida; esse número cai para 7% entre os adultos de 30 a 49 anos. Essa questão está fortemente relacionada com o fato do jovem possuir pouca experiência profissional ou experiência na informalidade. Em relação ao grupo dos adultos que tem escolaridade mais baixa, no entanto mais chances de estar empregado, os jovens estão em desvantagem devido a valorização da experiência pelos empregadores.

Com efeito, enquanto em 2006 a taxa geral de desemprego (para os trabalhadores de 15 anos e mais) era de 8,4% e a dos adultos de 5,6%, para os jovens essa cifra se elevava a 17,8%, sendo, portanto, aproximadamente 3,2 vezes superior à dos adultos e 2,1 vezes superior à taxa geral de desemprego (COSTANZI, 2009, p. 52).

Fazendo um paralelo entre a educação, o trabalho e a condição socioeconômica dos jovens e suas famílias, percebe-se que os filhos de famílias com renda *per capita* maior têm mais chances de possuir uma escolaridade mais elevada e de prorrogar sua entrada no mercado de trabalho. Estes sujeitos quando adentram o mercado, diferente da maioria que possui baixa renda, em grande parte das vezes, possuem maior qualificação e escolaridade, pois tiveram chances de se preparar para uma inserção com qualidade.

Não podemos esquecer, nesse contexto, daqueles jovens que trabalham porque são as pessoas de referência do lar. Existem os que colaboram com o sustento familiar e os que são os principais responsáveis pela renda domiciliar. Esta posição atribui aos sujeitos maiores responsabilidades, já que não é, normalmente, uma situação voluntária, mas sim de necessidade. Costanzi (2009, p. 36) nos mostra que “em síntese, 6,1 milhões de jovens de 15 a 24 anos (17,7% do total) eram considerados pessoas de referência do domicílio ou cônjuges da pessoa de referência [...]”.

Vale refletir que o trabalho costuma ser associado à questão da cidadania (LARANJEIRA, 1999), tendo então um forte significado de inclusão, de aceitação dos sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos jovens abrigados. Independente da maneira que o trabalho é encaminhado para esses sujeitos, do ponto de vista institucional, é a máxima que os jovens precisam aceitar para serem reconhecidos socialmente como “cidadão trabalhador”, como costumamos ouvir falar, e não como aqueles que estão ociosos, podendo desenvolver as potencialidades ruins que estão “vinculadas” à juventude.

Existe uma exigência tanto da família quanto da própria sociedade que o jovem pobre trabalhe. Segundo o Gestor da Casa do Menor, “[...] se o jovem tem condições de colaborar com a família, a família o aceita melhor [...]”. A sociedade vê o jovem que trabalha como uma “ameaça a menos”, pois se não o estivesse fazendo, na mentalidade de grande parcela da população, estariam cometendo atos errados. De acordo com Cordeiro (2009, p. 47), “o estabelecimento de imagens sociais sobre a juventude conduz à construção de uma visão seletiva e negativa do jovem e da criança pelo afastamento em relação aos padrões estabelecidos na era moderna [...]”. Enquanto isso, os que têm recursos financeiros mais elevados podem alargar seu período de preparação para o trabalho e a vida adulta sem serem compreendidos como uma ameaça social.

[...] podemos compreender que, em larga medida, a entrada no mercado de trabalho na infância e na adolescência é determinante não apenas do perfil da estratificação social no país, mas também da perpetuação de um ciclo de pobreza, uma vez que as famílias que recorrem a essa estratégia de sobrevivência, através da decisão da utilização da mão-de-obra na composição da renda familiar, limitam as oportunidades de mobilidade ascendente de seus membros mais jovens (BRITO, 2009, p. 20).

Para o referido autor, a entrada precoce no mercado de trabalho e o baixo alcance educacional são fatores que reafirmam ciclos de pobreza das famílias carentes, ou seja, há uma forte relação entre a educação e o desenvolvimento econômico. Nesse sentido crê que os maiores salários são pagos aos trabalhadores com maior produtividade e que possuem maior escolaridade. Frigotto (2011, p. 181) destaca que a entrada precoce no mercado de trabalho “não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se constituiu no Brasil”.

A vida adulta, ou pelo menos as responsabilidades econômicas que esta representa (pois a independência financeira pode ser considerada como uma das principais características de uma vida adulta), costuma chegar bem mais cedo para aqueles que não têm uma base firme de proteção social e educação, das políticas públicas em geral e da família. Uma grande motivação para a inserção precoce no mercado de trabalho é a necessidade de apoiar financeiramente a unidade doméstica.

Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares [...] (FRIGOTTO, 2011, p. 197).

Diversas vezes a vida desses jovens se assemelha com a de seus pais, ou seja, a possibilidade de ascensão social é bem mais difícil, visto que é tida em nossa sociedade muitas vezes como responsabilidade apenas do indivíduo. Essa culpabilização pode ser percebida, por exemplo, quando a responsabilidade pela condição de desempregado é posta no “indivíduo sem qualificação”, como se o fato das pessoas terem uma determinada formação profissional fosse garantida para a entrada no mercado de trabalho, como se fosse, nas palavras de Demo (1999), uma “tábua de salvação”.

A educação profissional tem sido apontada como tábua de salvação. Se o trabalhador é expulso do mercado porque não tem qualidade educativa adequada, urge buscá-la onde possível, aparecendo os aspectos da educação profissional como áreas preferenciais, indubitavelmente, sem um mínimo de estudo e principalmente sem constante estudo não é mais possível

acompanhar o dinamismo competitivo da economia intensiva de conhecimento, mas educação profissional está longe de ser tábua de salvação [...]. A educação profissional é imprescindível como mecanismo de competição, mas no fundo nada garante além de possível preparação, e isto desde que seja efetivamente educação, e não só treinamento (DEMO, 1999, p. 124).

Não podemos afirmar que o problema do desemprego e dos baixos salários é um problema de escolaridade. Mesmo os jovens que fazem cursos profissionalizantes não terão, em grande proporção, emprego, pois o desemprego não é um problema puramente educacional (NOVAES, 2008). Os efeitos da inserção do jovem no mercado de trabalho é considerado um motivo de conflito entre pais e filhos, especialmente os mais pobres.

Nesse contexto é importante refletirmos que, de acordo com Demo (1999), a qualificação profissional não produz emprego propriamente, pois é uma preparação e não necessariamente uma inserção; torna o trabalhador apenas mais selecionável, visto que pode ser tida como uma estratégia de competitividade: “a educação é um investimento incerto e a longo prazo, que por si só não garante uma posição no mercado de trabalho” (ARRUDA, 2011, p. 126); e barateia o estoque crescente de gente mais bem preparada, pois com mais trabalhadores bem preparados, entra em cena a lógica do exército de reserva. A questão posta por Demo (1999), de que a educação não é treinamento, pode ser interpretada de forma que a concepção de educação seja vista como permanente. É importante o reconhecimento da educação profissional não como um evento superficial, pois não é apenas instrução ou decoração de conteúdo, mas sim como um fenômeno de emergência criativa. No caso da Instituição aqui investigada, não podemos considerar que ofereça uma educação profissional, mas sim qualificação, visto que sua estrutura foge dos padrões de educação continuada e de longo prazo apontados aqui por Demo (1999) e Arruda (2011).

Com relação à qualificação profissional, percebemos que não existe uma atuação de credibilidade com relação a esse fenômeno para alguns profissionais da Unidade de Acolhimento. Pela fala da Psicóloga, por exemplo, que disse acreditar que os cursos ajudam na socialização com a comunidade, no entanto, não se configuram como estratégias eficientes para uma melhor qualidade do desabrigoamento: “Para um convívio maior com pessoas da comunidade os cursos ajudam sim, porém não vejo como os cursos profissionalizantes da Casa do Menor podem contribuir com a reinserção familiar nos casos que atendemos atualmente”.

Ao levantarmos essas questões com relação a inserção laboral da juventude nos vem a mente indagar como seria uma participação ideal para esse grupo, visto que não adianta ter um número elevado de jovens no mercado de trabalho se os mesmos tem baixa escolaridade e também não é desejável que a taxa de inserção seja baixa, pois indica um descrédito quanto a capacidade dos jovens em desenvolver atividade laborais decentes. O ideal é que, independente do trabalho, os jovens possam ter uma formação continuada, elevando sua escolaridade e melhorando a qualificação.

A dificuldade na conciliação entre educação, qualificação profissional e trabalho se deve ao fato de que muitos jovens cumprem uma carga horária superior a ideal que, acumulada com a carga horária de estudo, torna a jornada bastante extensa. Aqueles que têm jornadas de trabalho menores têm mais chances de prosseguir estudando, frente aos que possuem uma jornada mais prolongada. “As elevadas jornadas de trabalho têm um impacto claramente negativo na possibilidade de conciliação entre escola e trabalho no Brasil [...]” (COSTANZI, 2009, p. 44). Não podemos colocar a responsabilidade da evasão escolar apenas no trabalho, visto que, principalmente aqueles que possuem baixa renda, recebem uma educação de baixa qualidade e não muito atrativa. Outro fator que colabora com a evasão escolar é a dependência de drogas. Muitos jovens deixam de participar da vida em comunidade e na família devido ao uso de substâncias entorpecentes. Esse é também um dos motivos que levam os jovens a necessitar de acolhimento institucional.

Assim, eu nunca dei valor aos meus estudos, né? Eu me aproximei do crime, aí quando eu ia pro colégio eu ia tão lombrado de um jeito que a professora pedia pra eu ir embora. A professora dizia assim: Meu filho vá embora vá! Aí eu dizia: A senhora num vai botar falta em mim não? Aí ela: Não, boto não. Aí eu: Opa! Obrigado! Eu não sabia o que eu tava perdendo, entendeu? (TARCILIO, 18 anos).

Outra questão preocupante é a existência de um grande contingente de jovens que não trabalham nem estudam. O aumento numérico da população jovem no país que não exerce nenhuma das duas atividades chama a atenção.

[...] observou-se entre 2000 e 2010 um aumento no número de pessoas de 15 a 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam. Eram 8.123 mil pessoas em 2000, ou seja, 16,9% da população jovem, número este que passou para 8.832 mil em 2010. Este aumento foi relativamente maior que o crescimento da população de 15 a 29 anos, o que resultou em um incremento também dessa proporção, para 17,2% (CAMARANO e KANSO, 2012, p. 37).

Na medida em que a idade se eleva, a quantidade dos que não estudam e não trabalham também sobe. Essa problemática nos remete a ideia de que os que deixam a escola também, por vezes, não conseguem espaço no mercado de trabalho. Camarano e Kanso (2012) analisam essa perspectiva e nos levam a questões que motivam esse acontecimento, visto que, ao sair da escola, esperamos que o jovem adentre ao mercado de trabalho. Quando ocorre do jovem não participar de nenhuma das duas atividades (estudo ou trabalho) as perguntas que nos assolam são as mesmas que Camarano e Kanso (2012, p.01) apresentam:

“[...] esses jovens que estão em condições de vulnerabilidade não procuram trabalho por desalento? Não estudam por falta de renda e de perspectivas futuras ou estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem a posição desejada no mercado de trabalho? [...]”.

Existem também aqueles que desistem de procurar emprego por diversos motivos. De acordo com o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS, 46,56% dos jovens inativos desistem de procurar emprego devido ao fato de que nunca têm a qualificação/experiência exigida nas seleções de trabalho. Ainda de acordo com o SIPS, 53,63% dizem que o salário oferecido é sempre muito baixo.

Em resumo, podemos considerar que, com relação ao mercado de trabalho, a juventude é atingida com maior intensidade pelos problemas que ele pode gerar. Mesmo com uma escolaridade mais elevada do que a dos adultos, não acessam de forma igualitária ao trabalho. Pior ainda é a situação dos que estão em desvantagem por serem jovens e por possuírem outras características excludentes, como, por exemplo, o fato de serem negros. A precariedade não atinge apenas os jovens, no entanto este grupo é mais severamente afetado pelas questões sociais. As ocupações precárias em que muitos jovens se inserem não colaboram com a qualificação profissional, muito menos com as chances de uma futura inserção profissional melhor. Em outras palavras, o desemprego, a informalidade e a precariedade do trabalho atingem os jovens com maior intensidade e estão fundamentalmente ligados aos níveis de escolarização, ou seja, se o sujeito é jovem já está mais propício a vivenciar essas formas de ocupação, se o nível de escolaridade é baixo, então há uma maior chance ainda.

1.2.2 Os jovens em família

O objetivo deste tópico é traçar um perfil socioeconômico familiar onde estão inseridos os jovens de nosso estudo, sabendo que existem vulnerabilidades e potencialidades que podem ser exploradas no contexto da família onde eles se encontram. As questões aqui apreendidas ajudarão a compreender as motivações que levam à violação dos direitos da infância e juventude e, conseqüentemente, ao acolhimento institucional. Além disso, poderemos lançar olhar para uma categoria que é central em nossa sociedade e foco das políticas de assistência: a família.

Em outras palavras, a discussão sobre família é essencial para o entendimento de muitas questões sobre a juventude e exclusão social, por isso é fundamental entendê-la como peça fundamental e como foco das políticas públicas, pois a vulnerabilidade dessa instituição, via de regra, acarreta na violação de direitos dos jovens que fazem parte dela. Conhecer o papel que o jovem desempenha dentro do âmbito familiar ajuda na compreensão dos seus significados como um todo, visto que é na família que temos nosso primeiro contato em sociedade e as condições necessárias para se desenvolver como sujeitos. Para Sarti (2011), uma das grandes dificuldades na compreensão da categoria família é o fato de termos uma tendência a fazer uma projeção da categoria com a nossa realidade vivida, ou seja, fazer um estranhamento não é fácil devido às nossas referências.

A melhoria dos problemas que assolam nossa sociedade de modo geral requer políticas públicas abrangentes voltadas para a família, respeitando nosso texto constitucional que assegura a assistência através do Estado e que consiga enxergar os diversos arranjos familiares existentes. As intervenções pontuais dificilmente contribuirão plenamente com a cessação dos problemas que, muitas vezes, levam as crianças e adolescentes para abrigos. Para um trabalho amplo e de impacto na vida desses sujeitos é importante que toda rede de assistência esteja integrada, envolvida em detrimento de um objetivo comum: o fortalecimento da família.

Muitas crianças e adolescentes encontram-se em situação de vulnerabilidade no Brasil, grande parte delas devido à pobreza em seu contexto familiar. Ainda percebemos problemas relacionados ao trabalho infantil, à violência, à mendicância, ao abuso sexual, dentre outros. Para Sarti (2011, p. 118) “[...] é precisamente a partir das referências familiares que este indivíduo se constitui socialmente [...]”. Por esses e outros tantos motivos é que

existe necessidade latente em compreender como a família está inserida, principalmente, no contexto de abrigo. Essa categoria de análise é fundamental na nossa pesquisa, pois é um campo privilegiado para percebermos as relações existentes entre indivíduos e sociedade.

Aqui, repensamos a categoria família em seus múltiplos moldes e em seus contextos. Sobre essas questões, pode-se dizer que é unanimidade entre os estudiosos a aceitação de que a categoria possui uma multiplicidade de formas e sentidos. Aquele modelo nuclear burguês de família, centrado na criança, no lar e no patrimônio, sempre foi disseminado na sociedade como uma verdade a ser seguida por todos nós, no entanto esta percepção está em declínio (OSTERNE, 2001). Antes, aqueles que não respeitavam esses padrões eram tidos como “desestruturados”, ou seja, se na família não existisse pai, mãe e filhos morando no mesmo espaço era considerada desestruturada aos olhos da sociedade. Dessa forma, aqueles que não seguiam os padrões poderiam “contaminar” a sociedade, como é o caso das crianças em situação de abandono.

No século XVIII, então, com o aparecimento da escola, da privacidade do lar, da ênfase na igualdade entre os filhos, da manutenção das crianças junto aos pais no núcleo conjugal do sentimento de família em íntima relação com o sentimento de classe, valorizado pelas instituições, sobretudo pela igreja, inicia-se a delinear-se o que convencionou chamar de família nuclear burguesa (OSTERNE, 2001, p. 53).

Atualmente existem vários modos de arranjos familiares como, por exemplo, as famílias monoparentais. Essa forma de constituição do lar é bastante comum também entre aqueles que necessitam de acolhimento em instituições. Normalmente essas famílias não contam com a presença do pai, apenas a mãe é a responsável pelo sustento e atenção.

Diante dessa realidade, podemos compreender então que estudar a categoria família é bem mais complexo do que parece, diante dessa multiplicidade de arranjos existentes. A percepção de laços apenas por consanguinidade é rebatida pela atenção que agora é posta à afetividade, sendo esta considerada um sentimento que constitui a família. Isso não significa que a consanguinidade não seja importante, essa é uma questão praticamente incontestável. Nesta instituição percebe-se a preocupação com a criação dos filhos, ou seja, a afetividade com os filhos parece ser o principal sentimento presente no lar.

A família não se define, portanto, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou pela

inexistência, de sentido. Se os laços biológicos unem as famílias é porque são, em si, significantes [...] (SARTI, 2011, p. 121).

Como já foi explanado, a definição dominante de família nos remete, quase automaticamente, à imagem de pai, mãe e filhos vivendo em um mesmo lar, sendo este modelo unido por consanguinidade e aliança. Outra característica que se espera é que os sujeitos habitem o mesmo teto, ou seja, a casa (estrutura física) passa a ser um elo na determinação do que se compreende por família. No entanto, a decadência desse modelo torna inviável a padronização do que seria uma “família ideal”.

Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abalam de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo adequado. Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. [...] Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade (SARTI, 2010, p. 25).

A ideia de mãe, sozinha, criar seus filhos garantindo-lhes meios para sua sobrevivência se choca com o fato de que o Estado não assume a oferta de equipamentos, como creches em tempo integral, por exemplo, que poderia aliviar a jornada das mães e colaborar com a proteção dos filhos. Diversas vezes essa mulher necessita deixar seus dependentes sozinhos, entregues à sorte, para trabalhar. Essa situação pode ser considerada como negligência e pode acarretar outras formas de vulnerabilização dos filhos, tais como situação de rua, violência, entre outros. O “simples” fato de deixar os filhos sem os cuidados de um adulto pode ocasionar a necessidade de abrigo. Além de necessitarem ausentar-se dos cuidados para com os filhos, sem ter com quem possa dividir tal responsabilidade referente aos cuidados, um fato interessante a ser contemplado é o empobrecimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Estas possuem funções menos valorizadas e remuneradas, então, na situação em que muitas se encontram (tentando prover os mínimos necessários aos seus dependentes), as mães estão sujeitas à baixa remuneração.

De acordo com Hirata (2003), a precariedade e a vulnerabilidade no emprego são maiores no grupo das mulheres. Refletindo sobre todos os aspectos mencionados aqui, podemos perceber que muitas situações estão ligadas entre si, podendo resultar no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, tais como as questões de gênero visualizadas especialmente nas famílias monoparentais, a pobreza e a precariedade das políticas públicas na atenção a esses sujeitos. Todos esses aspectos podem acarretar a violação de direitos dos jovens e, conseqüentemente, sua institucionalização. É bastante complicado

conciliar a esfera pública e privada, ou seja, o trabalho e a família, em um contexto tão adverso. Sendo as mulheres, historicamente, as principais responsáveis pelos cuidados do lar e, nessa conjuntura, a provedora, fica difícil conciliar os dois papéis.

Osterne (2004) corrobora com a concepção de que a população mais pobre, no decorrer da história, vivia semelhante às medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. Ainda hoje, é essa população que mais “abre mão” da convivência com os filhos. Fazendo uma maior análise de gênero, historicamente foi criado no imaginário da sociedade que o correto seria o homem pertencer ao mundo externo à casa, já a mulher ser destinada ao lar. Quando as características fogem a esse padrão, as famílias poderiam, até nos tempos mais modernos, ser consideradas “desestruturadas” ou “incompletas”.

A família, no nosso cotidiano, constitui-se com um significado abrangente. É um âmbito que não está isolado de outros setores da vida social, como por exemplo, da escola, mas torna-se um ambiente fundamental na construção dos indivíduos. Esse é um dos aspectos que a torna tão importante de atenção neste e em outros estudos. Essa categoria, no entanto, está envolvida no processo de constituição da sociedade capitalista e é sujeita às determinações desse modo de produção. Ela é produtora de trabalho e também unidade de consumo.

Sem esquecer a importância da determinação econômica originada na necessidade de reprodução das condições de produção, Durham analisa que a família submetida à lógica do capital, despojada dos meios de produção, obriga-se a adquirir as mercadorias necessárias à sua subsistência através da venda individual da força de trabalho de seus membros componentes [...] (OSTERNE, 2004, p. 55).

Desse modo, ao faltar emprego e/ou condições de acessar o trabalho, à família pode faltar os meios necessários para sua subsistência, acarretando em diversas expressões da questão social. Sendo assim, as condições objetivas da situação de classe social interferem diretamente na organização da vida familiar.

A família é uma instituição presente em todos os segmentos sociais, no entanto, ao ser relacionada à sua condição de classe, passa a ter conteúdos específicos. Destaca-se apenas o cuidado em não pensar que a identidade social dos pobres se constitui somente pela sua condição de classe. A família segue padrões distintos com relação a hábitos, costumes, crenças, princípios, dentre outros. A família, no entanto, pode ser surpreendida pelos seus próprios membros que tem ações também individualizadas e reagem de modo diferente aos

estímulos tanto das relações internas quanto externas. Nesse sentido, o discurso dos jovens, por vezes, pode “abalar o discurso oficial” (SARTI, 2011, p. 123), pois eles buscam construir suas referências também fora do lar, através de seus grupos. Muitas vezes, no interior de sua família, o jovem não se sente “em casa” da mesma forma que quando está com seu grupo na esfera pública. Esse distanciamento também pode levar à condição vivenciada por muitos em contexto de abrigo que é a situação de rua, exatamente por não se identificar com seu grupo criado pelos laços sanguíneos e assim criar conflitos que tornam a convivência difícil. A pesquisadora Osterne (2004, p. 65) expressa de forma relevante sua opinião quanto ao que define por família:

A família seria, portanto: [...] algum lugar seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que possa ser pensado como local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar autocontrole, repreender, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante.

As palavras da pesquisadora parecem contemplar exatamente o que se espera de um lar. Acreditamos que o fato do indivíduo não se sentir parte integrante do grupo, pode acarretar consequências sociais, mesmo em famílias que não são pobres. Talvez esse seja um dos motivos que pode levar a criança ou o adolescente a, muitas vezes, abandonar suas casas para viver experiências nas ruas e nas instituições, ou a sofrerem negligência, abandono e outras formas de violação de seus direitos. Só não podemos perder o foco de que muitas vezes a negligência é resultado de condições de vida que vão além do controle dos pais. Não podemos confundir, no entanto, simplesmente, a negligência com descaso dos responsáveis ou falta de cuidados básicos (AZEVEDO, 2004). Essa e outras problemáticas necessitam ser situadas dentro de um contexto mais amplo, que conta com outros determinantes, como por exemplo, o gênero e a classe social.

Corriqueiramente e através de pesquisas¹⁶ percebe-se que a família é a principal violadora de direitos das crianças e adolescentes, no entanto é essencial situar este quadro em campos mais profundos de análise. Sendo assim, a família torna-se categoria fundamental no sentido de compreender todo o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

¹⁶ Ver pesquisa da BARROS; et al, disponível em: http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/criancas_e_adolescentes_em_busca_de_protecao.pdf

A desigualdade social e a pobreza geram inúmeras consequências para a família em sua totalidade, em especial para aqueles que nelas são mais vulneráveis por estarem em situação peculiar de desenvolvimento: as crianças e adolescentes. Estes necessitam de proteção no lar para perpassarem estas fases da vida com maior qualidade no desenvolvimento. Para que seja possível à família ofertar aos seus dependentes todos os direitos que lhes cabem, a presença do Estado é peça fundamental através da oferta de políticas públicas para todos os indivíduos, em especial aos mais vulneráveis às questões sociais, que podem ser reflexo de uma vida repleta de carências afetivas e materiais.

A família necessita possuir meios de assegurar uma boa vivência aos seus dependentes. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente e outros documentos legais protegem a infância e a juventude (que antes eram vistas apenas na perspectiva da adolescência), visto que, formalizam a responsabilidade que o Estado tem de prover um padrão de vida digno a todos. Uma boa condição de vida para as famílias é peça fundamental para o mantimento de seus filhos juntos a si. Diante de documentos, tanto nacionais como internacionais, fica clara e reconhecida a importância da família no cuidado com seus membros. As questões relacionadas à juventude não são possíveis de análise profunda sem que nos detemos a estudar as implicações da família. Esta tem passado, no decorrer da história, por inúmeras transformações.

Como a família vem sendo um ponto forte em nossa discussão, é válido destacar que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que busca consolidar os direitos sociais reconhecidos na LOAS, tem suas ações sócio-assistenciais centralizadas na família, pois é tida como espaço de socialização primária e protetora de seus membros, mas que também precisa ser protegida (PNAS, 2004). Desse modo, as famílias que vivem em condições vulneráveis e de risco, como a maioria que tem filhos abrigados, são protegidas pela política de assistência social.

Um grande contingente de famílias está vivendo em situação de vulnerabilidade a diversos riscos sociais, como é o caso da violência, no entanto sua importância, com relação à proteção dos seus jovens, tem sido, apesar de tudo, cada dia mais reconhecida. Nesse sentido, para cumprir sua função na proteção de seus membros, é necessário que a família possua condições para isso. Sabemos que a pobreza não justifica, por si só, as formas de violência na esfera familiar, senão não existira violência no âmbito dos mais afortunados economicamente e não existiriam lares pobres sem violência, no entanto não há como desconsiderar esse fator

como um ponto significativo. Via de regra, os indivíduos que adentram à criminalidade possuem um histórico familiar permeado por dificuldades afetivas e/ou econômicas. A relevância em encerramos a discussão de família explanando um pouco sobre violência serve como elo para o próximo ponto a ser discutido que é justamente a relação entre a juventude e a violência.

1.2.3 *Violência juvenil*

Não é à toa que a temática em relação à juventude nas políticas públicas tem sido fortemente considerada em nosso atual contexto, pois a violência tem aumentado de maneira significativa nas últimas décadas, o que “nos indica que não é por acaso que o tema da relação juventude, trabalho e educação representa [...] uma preocupação específica no âmbito das políticas públicas do Estado brasileiro [...]” (FRIGOTTO, 2011, p. 183). De fato, a violência se constitui como uma das principais problemáticas que enfrentamos em nosso país.

A relevância desse tema para nossa investigação se deve ao fato de que, durante a coleta de dados sobre os jovens egressos da medida de acolhimento, percebemos que todos, de alguma maneira sofreram violência, seja ela física ou psicológica. Como não podemos dizer que a violência significa apenas a agressão física, podemos incluir que a negligência sofrida pela família, sociedade e Estado também se configura como uma. Outro aspecto que nos fez atentar para esse assunto foram os depoimentos dos egressos durante o grupo focal. Os mesmos relataram suas vivências e experiências, por vezes, violentas, não apenas como vítima (apesar de que, de algum modo, já haviam sofrido a violência), mas também como causadores.

Segundo dados do Mapa da Violência 2011, que trata dos jovens no Brasil, “[...] na população *não jovem* só 1,8% dos óbitos são causados por homicídios, entre os jovens, os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes [...]” (WAISELFISZ, 2011, p. 18). A elevação da violência no nosso cotidiano, principalmente entre os jovens, é tida como uma das grandes problemáticas da nossa vida em sociedade, essa violência se manifesta nas diversas esferas da vida social. “A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo todo, como o evidenciam diversas pesquisas de opinião pública” (WAISELFISZ, 2011, p.09). As “causas externas de morte”, em 1980 representavam um pouco mais da metade das mortes juvenis no país (52,9%). “[...] em 2008, dos 46.154 óbitos

juvenis registrados no SIM/SVS/MS, 33.770 tiveram sua origem em causas externas” (WAISELFISZ, 2011, p. 18). Percebemos, desse modo, que o percentual foi elevado drasticamente.

Ainda segundo o Mapa da violência de 2011, a partir dos 13 anos o número de homicídios cresce até atingir sua máxima que se dá aos 20 anos. O período mais crítico, em expressão numérica é dos 15 aos 24 anos, sendo esta a faixa etária que está envolvida na nossa investigação empírica.

Até 12 anos de idade, o número de vítimas é relativamente baixo. Como máximo, nos 12 anos, foram 70 as vítimas em 2008. A média de homicídios, nessa faixa de 0 a 12 anos, foi de 32,6 vítimas no ano por idade simples. A partir dos 13 anos, o número de vítimas de homicídio vai crescendo rapidamente, até atingir o pico de 2.304 na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo lenta e gradativamente. [...] É na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens (WAISELFISZ, 2011 p. 52-53).

Além da violência reconhecida através dos homicídios e da agressão física, Diógenes (2012) nos esclarece que a violência pode ser interpretada pela sociedade como alguma ação juvenil que se choque com as regras de normalidade da sociedade. Percebemos, dessa maneira, através do discurso dos jovens egressos que até o modo de vestir, que não seja de acordo com os padrões estabelecidos, podem gerar um conflito com o meio, podendo, assim como a interpretação de Diógenes (2012), ser tida pela comunidade como uma violência, simplesmente por fugir aos padrões.

Um dia fui ao supermercado comprar cerveja, aí tinha um cara de uns 17 anos vestido com uma roupa meio estranha, de veludo e vermelha. Ele tava olhando umas coisas e um outro homem perguntou assim: “Ei macho, tu tem dinheiro pra pagar isso aí?”. Isso só por causa do jeito dele de se vestir (ABADIR, 18 anos).

Não podemos desconsiderar que a não aceitação dos modos de ser do jovem ou de qualquer outro sujeito, que não implique em prejuízos, também é uma forma de violência e acarreta numa interpretação falha das necessidades que as juventudes possuem.

Se praticamente qualquer ato que pareça comprometer a ordem pública se consubstancia como prática de delinquência juvenil, acabamos constituindo políticas públicas de juventude de costas para os significados que os grupos juvenis atribuem às suas experiências e para uma cultura de violência que

ultrapassa atos, linguagens e reações localizadas (DIÓGENES, 2012, p. 109).

Outro ponto fundamental apresentado pela autora, que nos chamou atenção devido a relação com a fala dos jovens investigados, é a vontade que muitos têm de serem considerados “o bichão da favela”. O poder que essa violência representa cria um fascínio nos jovens (DIÓGENES, 2012). Esse fascínio pode se dar devido ao fato de que a violência colabora com a não invisibilidade do sujeito, que por tantas vezes foi desprezado pelos olhares da sociedade e/ou estigmatizados.

Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. [...] O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula [...]. Outra forma de invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis [...] (SOARES, 2011, p. 133).

Esse indivíduo passa a ser visto com “respeito” que é gerado, na verdade, pelo medo, pelo temor dos outros e pela admiração dos outros jovens que desejariam estar no lugar do “bichão”. Um jovem, ao falar da importância do estudo, diz que, antes de mudar sua percepção sobre a relevância de se ter uma formação educacional; “a única coisa que você pensa é em ser bandido, botar um revólver na cintura e dizer que é homem, ser mais valente que os outros porque tá com um revólver, esse é o seu sonho [...]” (CLEANTO, 18 anos). Essa não é a percepção de apenas um jovem de modo isolado, mas sim de diversos que estão invisíveis em nossa sociedade. É como se a arma fosse o instrumento que faltava para se chegar a visibilidade.

Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada. (...) Antes da arma, do gesto ameaçador, do sentimento que ela desperta, era como se o corpo do garoto não existisse (...). Pois agora tudo mudou. Num passe de mágica, o mundo ficou de cabeça para baixo: quem passava sem vê-lo obedece-o. Invertem-se posições (...) (SOARES, 2011, p. 141-142).

Outra questão importante a ser ressaltada é a possibilidade de ter, através da violência, acesso a bens e serviços que desejam e que dificilmente poderiam acessar tão facilmente por outros meios lícitos. Apesar desse aspecto, os jovens, durante o grupo focal, afirmaram que quando “tiravam algo de alguém” não valorizavam, porque conseguiram de

um modo fácil aquele bem, no entanto quando compravam com o dinheiro recebido pelo trabalho, sabiam valorizar:

No meu primeiro emprego, no meu primeiro salário, eu comprei um tênis né? Aí eu cheguei em casa, tomei banho aí olhei pra caixa do tênis, aí abri, olhei e fiquei pensando: É! O meu primeiro objeto que eu tive com o meu suor. Fiquei olhando e soube valorizar, porque fui eu que suei, eu que comprei. Quando a gente toma algo de alguém nem valoriza assim (CLEANTO, 18 anos).

Na realidade, não é só a necessidade de vestir uma roupa para se agasalhar, ou calçado para proteger os pés. Vai além disso, o jovem não sente necessidade de vestir o agasalho, mas sim a marca do produto em si. Nesse aspecto a mídia tem forte influencia, pois cria as necessidades, faz com que o objeto desejado não seja visto apenas por sua utilidade, mas como algo que vai fazer com que o sujeito seja visto, pertença ao grupo. Então o objeto cobiçado se torna algo fundamental na vida do sujeito, sem aquilo é como se ele não existisse, sem aquilo ele não é valorizado.

A realidade de saída da prática de ato infracional não é tão comum entre a população jovem em nosso país, mas poderia ser se as políticas públicas fossem de fato pensadas na perspectiva do jovem, não apenas como medida pensada para perpetuar a ordem social, mas como medidas de prevenção e disseminação de uma ordem societária mais justa.

Para elaborar propostas de ação social e políticas preventivas – certamente as mais importantes -, é preciso, antes de mais nada, exorcizar espectros e estigmas, preconceitos e simplificações. É preciso, com urgência e coragem intelectual – e ousadia ética, eu acrescentaria -, debruçar-se sobre o drama da juventude brasileira e esforçar-se por compreendê-lo, abrindo a cabeça e o coração. É nosso dever pelo menos tentar (SOARES, 2011, p.132).

É fundamental discutir além da violência vivenciada nas ruas, aquela sofrida no ambiente doméstico. Os que mais sofrem as consequências dessa violência são as mulheres, crianças e jovens. Muitas vezes esse problema acarreta na saída do jovem para as ruas e sua colocação em piores situações, tais como, moradia de rua, uso de drogas, prática de atos infracionais, abuso, mendicância, dentre outros. A vivência da experiência de violência doméstica pode fazer com que o jovem seja transformado em um adulto também agressor, visto que aprende a ser violento.

Parece que, em nosso país, de modo geral, no imaginário do senso comum, apesar de estarem sempre afirmando que “o jovem é o futuro da nação”, só se fala com fervor sobre a

problemática da violência juvenil para pedir a redução da idade de imputabilidade penal (SOARES, 2011). Fecha-se os olhos para os direitos dos jovens e abre-se apenas para a percepção de sua existência como ameaça, ao invés de lançar um olhar de defesa dos seus direitos.

Ao realizarmos uma busca aos egressos da Unidade de Acolhimento investigada, deparamos-nos com mortes violentas de rapazes muito novos e com a prisão de outros. Competir com o crime não é fácil, pois para os jovens o crime oferece muitas vantagens. Nesse sentido, as políticas públicas de juventude tem o desafio de oferecer vantagens mais atrativas do que as drogas. Isso será possível através do comprometimento Estado e da sociedade.

1.3 Políticas públicas para juventude(s)

Diante do quadro de exclusão e desigualdades dos jovens, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho e à educação, precisamos debater a importância da adoção de políticas capazes de melhorar as oportunidades para os jovens e suas famílias no Brasil. Mostramos acima que são diversas as questões sociais que assolam a juventude. Aqui, debateremos sobre como as políticas podem colaborar com mudanças significativas na realidade apresentada.

As políticas públicas, quando elaboradas e fundamentadas nas questões inerentes à juventude, podem colaborar com o acesso desses sujeitos ao trabalho decente, sendo fundamental para que se desenvolvam como pessoas e futuramente consigam melhores inserções ocupacionais. Diante do contexto que apresentamos, é necessário o fortalecimento das políticas voltadas para a juventude, considerando, fundamentalmente, as suas diversidades.

1.3.1 Conceitos de políticas públicas

Em um primeiro instante acreditamos ser importante conceituar Políticas Públicas, na busca em compreendermos melhor como elas são constituídas para a juventude. A categoria em questão possui inúmeras definições, visto que diversos são os estudos para a sua análise. Assim como a categoria juventude, Políticas Públicas não possui apenas uma definição.

Para Simão; et al (2010), o setor público é o responsável por exercer constantemente as Políticas Públicas, e é através delas que ele devolve para a população seus impostos, taxas e tarifas.

Os retonos consistem na solução de problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infra-estrutura, entre outros, pela atividade dos órgãos públicos, que se articulam visando atender os anseios do Estado. Portanto, é necessário estabelecer qual o objetivo e verificar se este está sendo concretizado, bem como se a Política Pública está sendo eficiente para alcançá-lo (SIMÃO; et al, 2010, p. 36).

Diante de diversos conceitos existentes acreditamos, corroborando com Pereira (2002), que o conceito de Políticas Públicas não restringe as ações como exclusividade do Estado, a palavra “pública” nos remete à ideia de algo que é comum a todos, de acesso de todos, sendo, nesse sentido, o Estado e a sociedade inseridos nesse contexto. É chamada Política Pública, pois como pública é pautada de acordo com os interesses comuns e não com os de quem governa. Como “política”, porque é formulada através de estratégias e planos para contemplar as necessidades da sociedade. Pereira (2002, p. 07) explica que:

Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra “pública” que acompanha a palavra “política”, não tem uma identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res publica*, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete, simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado [...].

Para a autora a Política Pública se configura como ação coletiva que visa concretizar direitos sociais. O que é previsto em lei é aplicado por meio de Políticas Públicas, que são operacionalizadas através de programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2002).

Se, nesse sentido, as Políticas Públicas servem para concretizar aquilo que é assegurado em lei, então podemos compreender que as políticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e de qualificação profissional dos jovens em acolhimento são políticas públicas, mesmo sendo geridas pelo sistema privado, como é o caso da Instituição lócus desta pesquisa, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

Simão; et al (2010) nos sugere que o Estado é o agente responsável em proporcionar bem-estar para a sociedade, já o governo coloca em prática os objetivos através

da elaboração de Políticas Públicas. Para tal fim, o governo planeja e formula políticas, programas e projetos. A contribuição do setor privado é justificada no sentido de que é também agente responsável pelo desenvolvimento. Por mais que a Instituição investigada não tenha gestão pública, a finalidade é semelhante a uma que tenha esse tipo de gestão e os recursos que ela recebe são tanto do governo como da sociedade, no entanto o trabalho de qualificação profissional é desenvolvido por meio do financiamento feito pelos empresários. Frente a este último aspecto, podemos perceber que as políticas de qualificação oferecidas pelo Estado não estão alcançando todos os jovens que se encontram em acolhimento institucional. As Políticas públicas costumam receber recursos públicos, no entanto, as de qualificação profissional no Abrigo investigado não são contempladas, mesmo assim, o acesso a esse serviço pode ser feito pela comunidade, inclusive egressos, e pelos jovens em acolhimento.

As Políticas Públicas são voltadas especialmente para aqueles que estão mais fragilizados e atingidos pelas questões sociais, ou seja, grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, torna-se indiscutível a necessidade de Políticas Públicas para a juventude, por esta se mostrar um grupo que está sendo fortemente afetado por questões relacionadas, principalmente, à violência e ao acesso ao mercado de trabalho, sendo esta uma das questões fundamentais desta investigação. Para Teixeira (2002, p. 03), as Políticas Públicas:

[...] visam responder demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.

Como visam responder demandas, as Políticas possuem uma capacidade de causar impacto, pois buscam assegurar direitos básicos. A questão da demanda faz com que surjam atores da sociedade civil que são capazes de propor ações para toda a coletividade, transformando assim as necessidades em direitos (SPOSITO, 2008, p. 59). A análise de algumas questões do cotidiano dos jovens foi importante para compreendermos quem são esses atores que demandam por políticas públicas. Um melhor aprofundamento sobre a temática de políticas para a juventude será desenvolvida em seguida.

1.3.2 As especificidades das políticas públicas para a(s) juventude(s)

As discussões sobre juventude vêm ganhando, nos últimos 10 anos, uma grande visibilidade nos mais diversos espaços de debate e na agenda pública brasileira. Uma das causas desse fenômeno, apontada pelos que pesquisam a temática, é o aumento do número de jovens no país.

Além do aspecto demográfico, acredita-se que o jovem é reconhecido como “[...] fator determinante na estratégia de desenvolvimento da sociedade, pois detém enorme potencial modificador da realidade [...]” (CLEMENTINO, 2011, p. 15). Nesse sentido, o não investimento neste segmento acaba limitando o desenvolvimento. Outro fator que colabora com a ampliação da visibilidade do assunto é o fato da juventude ser um dos grupos mais afetados pelas desigualdades, constando em seu histórico um déficit de políticas públicas que lhes assegurem oportunidades (CLEMENTINO, 2011).

A história de nosso país nos mostra a inexistência de uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, ao contrário das crianças, por exemplo, que possuem uma legislação específica, construída historicamente (ABRAMO, 2007). Ainda segundo a autora, é um fenômeno recente a preocupação em formular políticas governamentais com os jovens e, geralmente, estas são pensadas através de programas de formação profissional e de oferta de serviços de saúde, cultura e lazer. O Brasil, em 2005, criou a Política Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude - Conjuve¹⁷. No entanto, já faz algum tempo que ONGs e associações beneficentes voltam seu olhar para os jovens e lhes oferecem projetos e programas.

¹⁷ Segundo o que consta no site oficial: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre> visualizado em 07 de fevereiro de 2013, o Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. É composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos. Já a parcela da sociedade civil, que é maioria no Conjuve, reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os integrantes do Conselho vão desde membros do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas; de jovens trabalhadores rurais e urbanos a negros, indígenas e quilombolas; de jovens mulheres a jovens empreendedores; de representantes do hip hop a integrantes de organizações religiosas, entre outros.

A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família com baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os “meninos de rua”), adolescentes submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência etc (ABRAMO, 2007, p. 75).

É perceptível a preocupação em conter o risco em potencial que esses jovens apresentam. Não estamos questionando a intenção dessas instituições, no entanto percebemos algo que já chegamos a debater anteriormente que é o mantimento da ordem, enquanto que o ideal seria voltar as políticas para a formação integral desses sujeitos. Para Abramo (2007, p. 79):

[...] a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social [...], seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural.

Na percepção de Abad (2008), a política pública é o que o governo opta por fazer ou não fazer diante de uma situação. É uma maneira de concretizar a ação do Estado com recursos dele e constitui certa ideologia de mudança social. Vale destacar que nem todas as ações do Estado voltadas para os jovens são políticas de juventude. Alguns estudiosos defendem que existe a necessidade de políticas públicas voltadas para esse público, no entanto, outros creem que as demandas desses sujeitos já estão contempladas nas políticas universais de diversos setores, tais como educação, esporte, cultura etc.

Um aspecto que é bem discutido pelos que pesquisam sobre políticas públicas de um modo geral é a questão da focalização versus a universalização. Nesta, todos têm direito a acessar os serviços públicos que garantem seus direitos, naquela o público é aquele que possui maior desvantagem socioeconômica. A universalização tem custo bem mais elevado, mas garante os serviços a todos, já na focalização, os recursos são concentrados em uma população específica de beneficiários. Para Sposito (2008, p. 58) “Não usufruímos de políticas de caráter universal [...]”. O desafio em universalizar as políticas públicas, de modo geral, é a preocupação com o recurso que será gasto, visto que o público a ser atingido seria bem mais elevado.

Tais políticas ainda são executadas com base em segmentos da população – crianças, gestantes, portadores de necessidades especiais, afro-descendentes, pessoas em conflito com a lei, mulheres, idosos, jovens -, enfim, os designados “minorias”, discriminados, em situação de risco ou vulnerabilidade social [...] (ANDRADE e SANTOS, 2007, p. 90).

Na perspectiva de políticas públicas para a juventude, Abad (2008) explana que elas são demandadas pelos problemas de exclusão desses sujeitos na sociedade. Desse modo, pensando em dar encaminhamento a essas problemáticas que envolvem juventude, “buscou-se facilitar a sua integração no mundo adulto, usando, por exemplo, a produção de renda, como veículo e concretização da cidadania plena” (p. 21). Desse modo retomamos a reflexão de que para as juventudes menos favorecidas socialmente essa etapa da vida pode ter fim com a adolescência ou até antes; já para outras juventudes, de diferente sorte, essa fase pode ser prolongada até os 29 anos.

Para analisarmos políticas públicas de juventude é necessário que percebamos os atores que as demandam e seus diferentes contextos, ou seja, se são os próprios jovens que demandam essas políticas ou apenas elas são impostas “de cima para baixo” (SPOSITO, 2008).

Se olho em direção aos estudos sociológicos, observo que a juventude, como construção social, situa-se num terreno arenoso de difícil resolução. Ao compreender a juventude como problema social e como problema de investigação sociológica [...] é preciso levar em conta o intrincado e diferenciado movimento de compreensão dos contextos dos indivíduos [...] (CORDEIRO, 2009, p. 43).

As políticas públicas para os jovens, com relação à qualificação e inserção no mercado de trabalho, necessitam ser pensadas no intuito de priorizar uma formação educacional de qualidade, para que assim possam proteger seus direitos e combater a pobreza de modo geral. Vale ressaltar que é fundamental perceber os jovens como sujeitos de direitos e dar ouvidos às suas vontades.

Não podemos esquecer a importância do fato de que os atores que demandam as políticas são os jovens, nesse sentido devem ter participação nas decisões, não sendo articulado apenas pelo mundo dos adultos. Para León (2008), a participação dos jovens os torna visíveis e tendem a tornar legítimas as necessidades e os espaços que demandam.

De modo geral, as políticas voltadas para a população jovem e suas famílias, especialmente aos menos favorecidos economicamente, precisa pensar numa perspectiva de

inclusão. Andrade e Santos (2007, p. 89-90) compreendem que enquanto não percebermos que o “problema do desemprego entre os jovens é global e estrutural” e não analisarmos a realidade como um todo e “traçarmos caminhos que possam contribuir para a revisão total da estrutura da sociedade capitalista”, então “continuaremos desenvolvendo políticas paliativas e assistencialistas” que contribuem muito pouco para que haja uma participação ativa na vida e trabalho.

Percebemos, em nossas observações e conversas com os profissionais da Instituição investigada sobre o cotidiano dos jovens, que, apesar dos educandos utilizarem-se dos serviços públicos, como é o caso da escola, eles não costumam ser inseridos em programas e projetos do governo voltados para o público jovem. Essa situação também foi constatada entre os jovens egressos, visto que ao serem questionados sobre a participação em políticas públicas, os mesmos não souberam aprofundar o debate e afirmaram que não participavam de nenhum projeto ou ação voltados para a juventude. Apenas um dos egressos ainda realiza curso de qualificação profissional oferecido pelo Abrigo e um outro jovem do grupo realiza qualificação em outra Instituição privada.

Nesse sentido podemos identificar que os projetos lançados para o universo social dificilmente atingem aqueles que estão sob medida de acolhimento institucional. Podemos considerar aqui como uma falta de articulação entre as políticas de atendimento aos jovens. As atividades de profissionalização são realizadas no corpo da Instituição, mas os adolescentes que realizam os cursos são encaminhados para trabalharem como jovens aprendizes em empresas que tem parceria com a unidade de acolhimento e que financiam os cursos.

Ao lançarmos nosso olhar para as discussões sobre políticas públicas para a juventude é possível perceber que o governo tem visto a formação profissional como principal estratégia para enfrentar o desemprego, ou seja, o trabalho é tema central nesse contexto. Desse modo, percebe-se uma postura das políticas brasileiras: a visão de que mudanças no comportamento do sujeito pode ser a “salvação” dos que estão desempregados, como se coubesse somente a eles se adaptar às vagas disponíveis (ANDRADE e SANTOS, 2007). Para as referidas autoras, as políticas precisam ser pensadas de modo mais amplo, articuladas com políticas macroeconômicas. Os jovens egressos acreditam que seus desejos precisam ser respeitados para que possam ser felizes profissionalmente:

[...] Tem uma cobrança muito grande em cima do jovem. Você não tem que se cobrar, assim, você tem que ter responsabilidade, tem que se especializar, mas assim, a gente não pode se cobrar, por que a vontade de fazer alguma coisa é natural, como uma vocação. Às vezes você vai e faz algo porque o mercado de trabalho exige que você tenha qualificação, aí você vai pra uma área que não gosta, aí só que amanhã você é um profissional frustrado. Aí desse jeito você acaba fazendo besteira, porque vai fazer as coisas do trabalho no automático (TARCILIO, 18 anos).

Frigotto (2011) destaca que as políticas necessitam atacar as estruturas que produzem as desigualdades, tentando assim não expor a juventude às situações de risco mais diversas.

O desafio mais complexo e, ao mesmo tempo, urgente é a definição da políticas públicas que garantam direito digno de vida a um contingente de jovens, especialmente das periferias das grandes cidades, empurrados para a mendicância, a prostituição, as atividades do tráfico ou para [...] atividades criminosas [...] (FRIGOTTO, 2011, p. 210).

Acreditamos ser válido finalizar esse tópico com o pensamento de Cohn (2011, p. 168) que, ao explicar sobre as políticas públicas de juventude, idealiza que: “[...] falar em políticas públicas de juventude implica falar em políticas que garantam – se eficazes – o acesso a condições de vida e futuramente de trabalho dignas a um quinto da população brasileira [...]”. É isso que almejamos para os jovens, inclusive para aqueles que estão em situação ainda mais vulnerável além da condição juvenil, pois encontram-se em abrigos e sofrem os impactos que essa situação temporária de distanciamento familiar pode causar.

Em especial, as políticas públicas têm fundamental importância no sentido de ampliação do ensino para a juventude, criando meios de fazer com que aqueles que trabalham possam estar inseridos em trabalhos de qualidade, que os façam crescer profissionalmente, respeitando as suas particularidades. A relevância de compreendermos as especificidades das políticas públicas para a juventude, neste trabalho, se dá pelo fato de buscarmos aprofundar, no terceiro capítulo, as questões relacionadas à qualificação profissional dos jovens e sua relação com o cotidiano dos egressos.

CAPÍTULO II

ACOLHENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES: os significados do abrigamento

O abrigo que se revela ‘melhor’ que a família abala a própria ideia de transitoriedade da institucionalização. Pois, qual seria o sentido da partida se o local provisório fosse melhor do que o destino?

Andréia Baia Prestes¹⁸

Neste capítulo pretendemos aprofundar as questões sobre a realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa no contexto institucional, visto que será primordial para que possamos compreender a relevância do estudo. Acreditamos ser fundamental destacar algumas questões pertinentes à política de acolhimento institucional, para sua melhor compreensão: O que é o abrigo? As questões que permeiam o funcionamento dessa política serão desenvolvidas no corpo deste segundo capítulo dando sentido ao nosso principal objetivo: o de compreender como se constitui o processo de desabrigo, como as políticas de qualificação profissionais estão inseridas no contexto e qual a sua relevância no processo de reintegração social e familiar.

2.1 Aspectos sobre a evolução dos direitos da infância e juventude

Para compreendermos melhor o modo pelo qual se processa a política de acolhimento institucional no Brasil, é fundamental refletirmos como esse tipo de atenção que vem sendo, ao longo da história, empregada em nossa sociedade: “resgatar esse passado significa, dar voz aos documentos históricos [...] iluminando as lembranças mais apagadas [...]” (PRIORE, 2000, p. 15). Vale destacar que a construção dos direitos conquistados pelas crianças no Brasil perpassa várias épocas. Discorrer sobre como esses indivíduos foram tratados em determinados tempos é essencial para compreendermos e analisarmos a situação atual em que esses sujeitos estão inseridos e como são percebidos e amparados pela sociedade e pelo Estado.

¹⁸ Em sua obra “Ao abrigo da família” (2011, p. 72), Prestes faz alusão ao fato de o abrigo não poder se sobrepor à convivência com a família, estar ao lado da família deve ser melhor do que viver em uma instituição.

Convém apresentarmos brevemente a principal legislação referente aos direitos da infância e juventude: O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90). Essa legislação surgiu para substituir o antigo Código de Menores, legislação que até então disciplinava os procedimentos referentes aos chamados “menores”.

Colocar nossa atual legislação e seus princípios de proteção em prática não é uma missão fácil, visto que o Estatuto é considerado avançado, inclusive se comparado aos padrões internacionais. Desse modo, partimos do pressuposto de que o ECA é nosso principal documento para análise da política de acolhimento, no entanto sabemos que, infelizmente, dificilmente, nos depararemos com situações de plena aplicabilidade da Lei.

É a partir do século XIX que a criança passa a ser vista como ser que precisa de proteção dos adultos para que possa ter sanadas as suas necessidades básicas. Antes do século XVIII a criança não era vista como sujeito que merecia cuidados, diferente de hoje, não tinha direitos. Apenas com a criação do 1º Código de Menores, em 1927, as questões relacionadas à infância e juventude foram consolidadas legalmente. A partir desse documento começa-se a pensar as diferenças entre “delinquentes” e abandonados, além disso, cria-se a categoria “menor”, termo este que passa a estigmatizar as crianças, passando a ser sinônimo de infância pobre.

O referido Código baseava-se no direito do juiz em tutelar o menor em situação irregular, configurando-se como objeto de medidas [...] o controle social dos menores em situação irregular quase sempre era estabelecido através do internato provisório, medida aplicada pelo juiz justificada pela incapacidade dos pais em mantê-los financeiramente o que não tivesse tempo e condições de fazê-lo [...] (AZEVEDO, 2004, p.98).

Em 1979 foi constituído o Novo Código de Menores. Nele, o Estado é isento da responsabilidade de manter a subsistência de crianças e adolescentes, sendo esta repassada aos pais. Dessa maneira, a lei não levava em consideração as condições de vida precárias de grande parte das famílias brasileiras. Os pais que não cumprissem seu “dever” eram punidos, podendo até perder os filhos (AZEVEDO, 2004).

[...] O menor passou a ser definido como em situação irregular quando privado, ainda que temporariamente, de condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução. Essa nova lógica continuava atribuindo aos pais ou responsáveis o encargo pelas privações da minoridade (SANTOS, 2004, p.122).

O Novo Código de Menores substituiu as categorias de menor abandonado e menor infrator pela categoria de menor em situação irregular. O Código visava à proteção, assistência e vigilância aos menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular, tais como: privados de condições socioeconômicas favoráveis; vítimas de maus-tratos; privados dos cuidados dos pais ou responsáveis; e autores de infração penal. Além dessas questões, na visão da época, a família era tida como causa exclusiva geradora da situação irregular do menor, apenas corroborando para a confirmação da visão da discriminação da família já trazida no código anterior. Ainda em nossa atual conjuntura percebemos comumente a responsabilização da família pela situação enfrentada e pelos riscos aos quais seus dependentes estão sujeitos.

Como justificativa ideológicas, o recolhimento de crianças que perambulavam ou viviam nas ruas, passou a ser denominado de prevenção – por preservar o menor do “perigo que representa para si e para a sociedade” pelo seu “estado de carência afetiva e material” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 69).

Em suma, essa história das políticas para crianças em situação de vulnerabilidade nos mostra que a legislação, no que tange à criança e ao adolescente, penalizou-os e possibilitou o exercício do controle de determinadas situações que eram tidas como problemas. “A pena ou o controle passaram a ser dirigidos não apenas a quem infringiu a lei, mas a quem teve a vida permeada por diversas expressões particularizadas da questão social” (FÁVERO, 2007, p. 159).

No longo percurso histórico sobre os direitos da infância e juventude é, principalmente, a partir da década de 1980 que crianças e adolescentes passam a ser tratados como sujeitos que tem direito à proteção: “[...] a década de 80 consolidou um novo olhar sobre a criança e o adolescente [...]” (SANTOS, 2004, p. 126). Esses direitos estão representados, especialmente pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990. Nesse sentido, “quanto ao conteúdo, o ECA inova na perspectiva de promover às crianças aos/às adolescentes direitos no campo individual e coletivo” (AZEVEDO, 2004, p. 102).

A partir das questões apontadas podemos identificar claramente a indiferença, em especial do Estado, para com a infância até o início do século XIX. As crianças e adolescentes das classes populares eram tidas como sujeitos “merecedores” de ações caritativas, mas, ao mesmo tempo, estavam expostas a formas de exploração. De acordo com Rizzini (2011, p.

111), “durante o século XVIII e parte do século XIX, predominava a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas [...]”. Os olhares eram voltados ao fato de que a infância exposta ao vício e ao crime era uma ameaça à sociedade, por isso a necessidade de assistência a esses indivíduos. Esta ideia não foge muito do imaginário social que prevalece até hoje, até mesmo quando são pensadas as políticas para a infância e juventude.

Os estudos continuam mostrando que a intervenção institucional do Estado, com relação ao perfil atendido, historicamente, é voltada para as famílias pobres. Essa realidade permanece nos dias atuais, as instituições são vistas ainda como um meio de “varrer” a miséria e as demais expressões da questão social. Os motivos que acarretavam a entrada e a permanência dos jovens nas instituições antes do ECA não são tão distintos das motivações de agora: abandono, ausência dos pais, alcoolismo, entre outras, que estão fortemente relacionados com a situação de pobreza.

Vale, por fim, destacar que, até pouco tempo, só se pensava em direito da juventude como aquele direito que contempla apenas os adolescentes, especialmente por estes possuírem uma legislação própria, que os protege (ECA). No entanto, atualmente, existe uma preocupação com a proteção daqueles que estão em situação de vulnerabilidade, mas não são protegidos através de uma legislação própria, por isso está em trânsito a aprovação do Estatuto da Juventude que deverá abranger os que estão entre 15 e 29 anos.

É desse modo que queremos iniciar as discussões e aprofundamento das temáticas referentes aos abrigos. Felizmente, pelo menos no âmbito legal, a visão de abrigo como “solução” para a pobreza foi superada, além disso, não existe mais a utilização do termo “menor”, apenas crianças e/ou adolescentes, independentemente de suas atitudes ou condições.

2.2 A medida de acolhimento como proteção

O acolhimento institucional é um atendimento voltado às crianças e adolescentes que, de alguma maneira, tiveram seus direitos ameaçados ou violados, por isso necessitaram ser afastados do convívio familiar de modo temporário. Essa medida está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que o termo “abrigamento”, que antes definia a situação, foi substituído (com a Lei 12.010/09 – “Lei da adoção”) pela terminologia “acolhimento

institucional”. Apesar disso, ainda nos utilizamos da nomenclatura antiga, visto que é largamente empregada em todos os setores da vida social e institucional. Sendo assim, em alguns momentos poderá ser percebido tanto a utilização do termo abrigo quanto acolhimento, pois são considerados sinônimos.

De acordo com Rizzini (2006), o abrigo é um lugar que deve oferecer proteção, sendo uma moradia provisória, com atendimento em pequenas unidades, com características de um lar, para um grupo de crianças ou adolescentes. Além disso, é preciso que a unidade de acolhimento propicie a oportunidade de participar na vida da comunidade através da utilização de recursos públicos como escolas, área de lazer, centros médicos e demais equipamentos. Um aspecto relevante com relação ao serviço de acolhimento é que ele pode se dar de diversas maneiras, podendo ser nas seguintes modalidades: serviço de família acolhedora, casas-lar, casa de passagem e república¹⁹. As casas-lar podem ser na comunidade ou em aldeia²⁰. A Casa do Menor São Miguel Arcanjo, nosso espaço de estudo, é constituída na modalidade de casas-lar em aldeia. Isso significa que existem várias casas-lar em um terreno comum. No caso da Instituição investigada são cinco casas em um terreno. A Unidade está situada dentro de uma fazenda – Condomínio Espiritual Uirapuru - CEU²¹ - administrada pela Igreja Católica. Das cinco casas-lar que compõem a referida Unidade de Acolhimento, apenas três estão atendendo ao público da Instituição; isso se deve à escassez de recursos, segundo os funcionários do local.

¹⁹ O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) estipula que: a modalidade de Serviço de família acolhedora é a denominação dada à família que faz parte de programas de famílias acolhedoras e recebem, assim, a guarda de crianças e adolescentes temporariamente até que sejam reintegradas em sua família de origem ou encaminhadas para família substituta; as Casas-lar são estabelecimentos que tem como proposta reproduzir o modelo familiar nuclear, tendo um casal cuidando, em cada casa, de cerca de 10 educandos; a casa de passagem é uma forma de acolhimento, mas com uma duração bastante curta que visa a rápida reintegração familiar ou o encaminhamento para outra instituição; por fim, a República é uma modalidade de acolhimento voltada para os jovens que estão em transição entre uma vida em instituição e a autonomia ao atingir a maioridade.

²⁰ Define-se por aldeia o modelo de instituição que agrega várias casas-lar em um mesmo terreno. As casas-lar em comunidade são inseridas em meio à comunidade, separadas.

²¹ O CEU fica situado na Avenida Alberto Craveiro, nº 2222, Castelão. Trata-se de uma grande fazenda que tem em seu interior 18 entidades que atendem a diferentes expressões da questão social.

Figura 1: Casa do Menor São Miguel Arcanjo – Fortaleza (CE)



Fonte: http://casadomenor.org.br/cmsma/index.php?option=com_qgallery&view=default&Itemid=100

Na figura acima observamos quase toda a estrutura da Casa do Menor São Miguel Arcanjo. À esquerda as casas-lar; ao lado direito, na parte superior, podemos ver um prédio onde funcionam os cursos profissionalizantes e outro onde trabalha a equipe técnica e gestores; abaixo, no lado direito, essa estrutura circular, é um prédio onde alguns profissionais que trabalham na Instituição, mas em unidades de outros estados, ficam hospedados ou visitar a unidade de Fortaleza.

Nas casas-lar do referido Abrigo, atualmente, trabalham dez educadores (“pais sociais”²²). As três casas-lar que estão em pleno funcionamento são intituladas de: Santa Clara, que acolhe crianças de 0 a 07 anos; São Francisco, que abriga meninos de 07 a 13 anos e a São Thiago, onde encontramos os adolescentes de 13 a 18 anos incompletos; e é neste grupo que estão os que buscam ser inseridos no processo de profissionalização promovido pela instituição. Duas casas estão com 10 acolhidos, cada, e uma com 11 abrigados, totalizando 31 educandos atualmente em toda a Unidade de Acolhimento. Cada casa-lar possui a seguinte estrutura: uma varanda ampla na entrada, duas salas grandes (estar e jantar), cozinha, 04 suítes (sendo uma para os educadores), banheiro social e área de serviço. Elas são equipadas com sofás, mesa grande para alimentação e estudos, televisão, camas, máquina de lavar roupa, fogão, geladeira, armários, dentre outros.

²² Compreenderemos melhor a utilização dessa terminologia nos tópicos subsequentes.

Dentre as principais características do abrigo, e, nesse contexto, da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, temos que: o público alvo é fundamentalmente composto por crianças e adolescentes que se encontravam em situação de risco ou abandono, muitas vezes em situação de rua e com os laços familiares fragilizados ou rompidos; permite um período de permanência mais extenso, podendo prolongar-se até dois anos, segundo o ECA (art. 19, § 2º); a forma de atendimento é realizada em regime aberto, dentro de unidades residenciais; há o encaminhamento de todos os acolhidos à escola e dos adolescentes a cursos profissionalizantes, e é possível desenvolver atividades culturais e pedagógicas, acompanhadas por profissionais (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

As crianças e adolescentes que encontramos nas unidades de acolhimento são vítimas de “uma das expressões mais concretas da exclusão e marginalização social [...]” (GRACIANI, 2005, p. 101). Muitos já vivenciavam a separação da família através da experiência de moradia de rua, outros, mesmo residindo com a família, sustentavam uma situação de negligência, abuso e maus tratos, motivos que levam ao abrigamento. Os jovens que vivem ou viveram nas ruas, assim como os que passaram por instituições, para Graciani (2005, p. 102), “parecem ser o caso extremo de muitos graus de discriminação de que padece a maioria dos jovens brasileiros”, visto que são marcados pelo sofrimento e pela privação dos seus direitos. O público encontrado nas unidades de acolhimento e, desse modo, também na instituição investigada, são vítimas desse abandono social. Essas são características dos sujeitos que necessitam de proteção através de políticas públicas nos diversos setores e de acolhimento institucional como medida de transição, temporária.

Como já mencionado, no ECA, o acolhimento é definido como uma medida de proteção. Historicamente, crianças e adolescentes recebiam o mesmo tipo de atendimento, independente da situação em que se encontrassem. A legislação já não permite mais essa prática, visto que, dividiu as formas de proteção em modalidades diversas. O que mais nos chama atenção é a distinção entre medida protetiva e medida socioeducativa. Não nos cabe aqui o aprofundamento desta, visto que o foco seria aquela, mas explicar sobre essa diferenciação é fundamental para que o leitor não se confunda quanto a aplicabilidade de ambas.

As medidas socioeducativas não são aplicáveis às crianças, mas apenas aos adolescentes, ou seja, aqueles entre doze e dezoito anos de idade²³. Para aqueles que possuem idade inferior, apenas as medidas de proteção lhe são encaminhadas, qualquer que seja sua ação. “[...] a criança também pratica ato infracional, mas a ela não são aplicáveis medidas socioeducativas, apenas medidas de proteção [...] ao adolescente, podem ser aplicadas medidas sócio-educativas ou medidas de proteção” (BARROS, 2010, p. 143). A aplicação das sócio-educativas são modos de responsabilizar o adolescente “infrator”, sendo que as características da infração são consideradas, assim como a situação do delito e a capacidade do adolescente em cumprir a medida. Vale destacar neste contexto, que a “condição peculiar da criança e do adolescente”²⁴ não anula a responsabilidade de seus atos, mas não há para eles a possibilidade de punição da mesma forma que para um adulto.

Não excluimos a noção de que muitos adolescentes que estão em acolhimento já praticaram atos infracionais, visto que os jovens egressos confirmam que nas ruas praticavam infrações diversas, no entanto, ao serem encaminhados para o abrigo, foram-no devido à situação de vulnerabilidade. E ao tratarmos do abrigo como proteção da criança que comete ato infracional, verificamos em nossa investigação que poucos são os casos de crianças que passaram pelo Abrigo devido a essa prática, a maioria vai por ser vítima de ataques aos seus direitos. Conseguiremos visualizar melhor mais a frente quando colocaremos dados referentes aos motivos para o acolhimento na Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

Diferente das medidas socioeducativas, as de proteção abrangem crianças e adolescentes. Seu foco é a proteção dos sujeitos que tiveram ameaçados ou violados seus direitos (por ação ou omissão do estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta – artigo 98 do ECA) previstos na legislação protetiva, tais como vida, saúde, educação, lazer, entre outros, e, desse modo, precisam afastar-se da convivência com a família. As medidas socioeducativas também são para proteção, entretanto são aplicadas devido ao comportamento do adolescente, mas em termos legais não são vistas como punição.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o abrigo em entidade é definido como uma medida de proteção. A interpretação estrita dessa definição conduz ao raciocínio de que as instituições que oferecem

²³ Destaca-se que o Estatuto adota um critério puramente cronológico para definir que indivíduo é considerado criança e qual seria o adolescente, sem adentrar em distinções biológicas ou psicológicas (Barros, 2010).

²⁴Essa condição peculiar advém da ideia de que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, segundo o artigo 6º do ECA.

programas de abrigo atendem crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados e que, em razão disso e pela especificidade do caso, necessitem ser temporariamente afastados da convivência com suas famílias (IPEA; CONANDA, 2004, p.36).

Desse modo, as unidades de acolhimento são como uma moradia alternativa, onde os acolhidos ali permanecem até o retorno para sua família ou a colocação em família substituta. Vale destacar, ainda com relação aqueles que vão para o abrigo, que nem todos foram diretamente da convivência da família para a instituição. Muitos possuem histórico de vivência de rua ou passagem por diversas outras instituições. Esta característica pode ser inclusive percebida na fala do Gestor da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, ao afirmar, com relação aos jovens que se encontram acolhidos na Instituição, que:

Atualmente uma boa parte, a maioria, dos meninos que estão em situação de acolhimento institucional já tiveram outras experiências de abrigo, em outras instituições. Raros são os casos de primeira acolhida. Como os adolescentes passaram por várias casas o trabalho que a gente faz é mais de inserção no novo grupo, para que não se sintam deslocados, isolados.

Diante dessa fala percebemos que os sujeitos que estão na Unidade de Acolhimento investigada possuem histórias semelhantes referentes à violação de seus direitos, visto que grande parcela viveu experiência de rua ou já haviam tido seus direitos violentados anteriormente, e por isso necessitou ser acolhida em outros abrigos. Na Casa do Menor São Miguel Arcanjo existe, de acordo com a Assistente Social, dentre os 31 acolhidos, 21 crianças e adolescentes que já enfrentaram passagem por outras unidades e/ou vivência de rua antes de estarem ali. A situação de rua é a principal causa do acolhimento nessa Instituição. Veremos ainda neste capítulo as principais causas que demandam o acolhimento no referido Abrigo.

O Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, revela a hipótese de que muitas crianças e adolescentes possuem trajetória de rua. Vale destacar que os dados da referida pesquisa mostram que uma porcentagem dos abrigados vivenciou essa experiência em algum período da sua vida. No Brasil essa realidade é de 19,2% e no Nordeste passa a ser de 26,4%, sendo esta a porcentagem mais elevada dentre todas as regiões brasileiras.

“[...] O ECA estabelece que essas crianças e esses adolescentes serão encaminhados ao abrigo por decisão da Justiça da Infância e da Juventude ou dos Conselhos Tutelares, sendo, neste caso, necessário o conhecimento do Judiciário” (IPEA; CONANDA,

2004, p.37). De acordo com a Assistente Social da instituição investigada, todos os que chegam à unidade já possuem guia de acolhimento²⁵ aberta pela Vara da Infância e da Juventude. Se ocorrer um caso de abrigamento de outro modo, por trabalho de abordagem de rua²⁶ ou solicitação do próprio educando, a instituição comunica ao juizado e este investiga a necessidade de permanência desse sujeito no abrigo.

Essa preocupação em relatar todas as informações referentes à situação dos acolhidos para o Juizado da Infância e da Juventude se dá pelo fato de que, quando a criança ou adolescente entra no abrigo, do ponto de vista legal, seu guardião passa a ser o dirigente da entidade. Desse modo, o que ocorrer com o educando terá que ser esclarecido ao juizado. Segundo a Assistente Social da Unidade de Acolhimento, “quando os meninos saem, vão embora sem autorização, isso se caracteriza como uma fuga, então comunicamos o fato ao juizado e, a partir daí, ele não está mais sob nossa responsabilidade”.

Compreender os problemas que estão envoltos na temática de acolhimento institucional e dentre eles os que se referem ao contexto daqueles que estão em situação de rua requer um olhar mais amplo, que abranja os contextos social e econômico ao qual está condicionada nossa sociedade. A problemática dos abrigados e dos jovens que estão vivendo nas ruas pode ser atribuída, em grande parte, como resultado da situação de extrema pobreza e suas consequências. Não é sua única causa, mas se configura como um forte potencializador dessas situações de quebra dos vínculos familiares. Os que se encontram nessas situações são os oprimidos pelo sistema social. Para Graciani (2005, p. 94) “a problemática de meninos (as) de rua tem a sua gênese na estrutura social e nos mecanismos do sistema sócio-econômico-político do Brasil”. A relevância de fazer referência sobre a situação das crianças e adolescentes que estão nas ruas é para atentarmos para quem são os sujeitos que estão em abrigos, visto que alguns antes de serem acolhidos estavam junto às famílias, no entanto outros estavam vivendo essa experiência de moradia de rua.

Para fins de pesquisa consideramos a categoria abrigo como uma instituição que oferece acolhimento integral a crianças e adolescentes que não estão vivendo com suas

²⁵ O 3º parágrafo do artigo 101 do ECA detalha o que deve conter na Guia de Acolhimento. Nela deve constar identificação dos pais ou responsáveis; o endereço com ponto de referência; os nomes de parentes ou terceiros interessados em ter a guarda do abrigado e, por fim, os motivos para a retirada ou não reintegração ao convívio familiar.

²⁶ Algumas instituições, inclusive de acolhimento, realizam um trabalho de abordagem de rua com vistas a conseguir inserir os jovens, que estão vivenciando essa experiência, na medida de proteção.

famílias, sendo o dirigente da unidade de acolhimento o guardião desses sujeitos. Essas instituições possuem seu funcionamento e prestação de serviços disciplinados pelo ECA.

2.3 O direito à convivência familiar e comunitária e a rede de proteção integral

O abrigo, vale lembrar, visa ao desabrigo. Nesse sentido o direito à convivência familiar e comunitária é peça chave nesse processo, pois os jovens acolhidos vão sair para conviver em meio à família e/ou comunidade. Dessa forma, fica inviável falar de acolhimento institucional e não fazer referência ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (2006)²⁷. Este Plano visa romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, tão forte em nosso país, e fortalecer a concepção de proteção integral e preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O referido documento ressalta que:

A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a este reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida (BRASIL, 2006, p. 29).

Já discorremos no capítulo anterior sobre a importância da categoria família para o entendimento das questões exploradas neste estudo. Vimos também que as famílias são as principais geradoras de violação direta de direitos das crianças e adolescentes. Essa violação justifica o acolhimento institucional, todavia, o acolhimento não gera um isolamento familiar, somente quando a convivência for prejudicial ao jovem. O incentivo que o abrigo dá é o de fortalecimento dos laços entre o educando e sua família, por isso a convivência familiar é essencial e é direito de todos.

Dentro do contexto de aplicação da medida, o ideal é que o abrigo não se constitua como um fator de isolamento ou exclusão, pelo contrário, a família e a comunidade são tidos como peças fundamentais para o sucesso da medida, para que esta possa atingir seus reais objetivos (de reintegração familiar e social). Nesse sentido, muitos abrigos, em todo

²⁷ Documento disponível no site: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>

país, assim como a Instituição pesquisada, oferecerem outros serviços além do acolhimento, ou seja, outras demandas da comunidade buscam ser atendidas pelas instituições. São atividades tais como apoio psicológico e/ou social a famílias de crianças ou adolescentes carentes; cursos profissionalizantes; creche; atividades de cultura, lazer e esporte; dentre outras. A Casa do Menor São Miguel Arcanjo oferece cursos de profissionalização e atividades de cultura, lazer e esporte para os que estão abrigados e para os jovens da comunidade. Tais atividades culturais, de esporte e lazer são desenvolvidas no denominado Centro de Esporte, Arte e Cultura-Uirapuru - CEARC.

Figura 2: Centro de Esporte, Arte e Cultura-Uirapuru - CEARC.



Fonte:http://casadomenor.org.br/cmsma/index.php?option=com_qgallery&view=default&Itemid=100

Essa estrutura fica próximo às casas, é uma quadra coberta. No mesmo local encontramos também uma estrutura de teatro, com salas, camarins, banheiros e uma grande cozinha, local bastante apropriado para realização de eventos artísticos. Os cursos também são ofertados na instituição, em uma estrutura com salas, como já foi dito no capítulo anterior. Vale ressaltar que as crianças não participam dos cursos profissionalizantes, apenas os adolescentes a partir dos 14 anos e jovens. Quanto às atividades de esporte e lazer, todos os educandos praticam no Abrigo, juntamente com outros jovens da comunidade, futebol, vôlei, capoeira, atividades de serigrafia e reforço. Além disso, o ensino básico é ofertado para os educandos através da rede pública, nas escolas do bairro. Desse modo, os que estão acolhidos podem sentir-se membros de uma sociedade, descaracterizando uma característica historicamente criada de “seres isolados”, pois estão interagindo cotidianamente com outros indivíduos da comunidade, além dos que estão na Instituição.

Sabe-se que o acolhimento como política pública não está voltado para o enfrentamento da pobreza, não se configura uma alternativa para esse problema. No entanto, não é uma tarefa fácil apresentar, em nosso contexto social, outras alternativas para o atendimento a crianças e adolescentes com tantos problemas. Apesar de muitas questões que já citamos com relação aos desafios enfrentados por inúmeras famílias, ainda assim a família, normalmente, é pensada como o melhor caminho para os jovens. Por isso, ao se pensar o processo de desabrigamento, em primeiro lugar, é mister que a política pública pense em todos os meios possíveis ao retorno familiar do educando.

Com relação ao direito à convivência familiar e comunitária, é importante destacar que as Nações Unidas adotaram, em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança. No preâmbulo da referida Convenção é reconhecido que “a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da sua família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão”. Isso justifica o porquê da relevância de destacar-se sempre o papel da família na vida dos abrigados. Corroborando com essa ideia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais e, em seu artigo XXV dita que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Não é possível falar da atuação dos abrigos sem destacar que a família é peça fundamental no trabalho de proteção integral a crianças e adolescentes. Quando há necessidade de afastamento do lar, os esforços voltam-se para que a reintegração se dê no menor tempo possível e, especialmente, para que as referências familiares não sejam perdidas. Para isso, buscar o fortalecimento e a manutenção dos vínculos afetivos entre os educandos e suas famílias é essencial nesse contexto.

Ao que tudo indica, as causas predominantes da institucionalização não se alteram muito ao longo do tempo; estas continuam ligadas à falta de condições por parte dos pais para cuidar, proteger e disciplinar os filhos. As formas de aplicação das medidas de abrigamento e internação, no entanto, modificaram-se significativamente [...] (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 74).

Manter e fortalecer os vínculos familiares dessas crianças e adolescentes é fundamental também pelo motivo de que a unidade de acolhimento tem caráter provisório, ou

seja, o ideal seria que as famílias sofressem mudanças positivas para acolher novamente seus filhos. Porém há uma grande dificuldade de por em prática essa reintegração familiar. A situação de pobreza apresentada pela família é tão alarmante que dificulta bastante o processo, visto que, por vezes ela é o motivo pelo qual a criança deu entrada no abrigo. Essa situação em que as famílias estão postas dificulta inclusive a convivência com seus filhos acolhidos, pois possuem pouco tempo e recursos para a realização de visitas à instituição.

No interior de um quadro de extrema pobreza vivida pela família, muitas crianças acabam indo para um abrigo, são abandonadas ou entregues em adoção. São crianças que têm a violência social como cenário de circulação mesmo antes do seu nascimento, período em que as mães não tiveram acesso a serviços apropriados para o atendimento pré e perinatal [...] (FÁVERO, 2007, p. 16).

É nessa conjuntura de pobreza que se encontra a maioria das famílias desses jovens que estão em instituições devido à exclusão do mercado de trabalho, à falta de renda e de apoio de políticas públicas eficientes. Essa condição impossibilita o mantimento de boas condições de sobrevivência. Ainda nesse contexto, a baixa escolaridade das pessoas de referência familiar pode ser um fator de impedimento da mobilidade social dos membros dessas famílias. Grande parte deixa cedo de estudar para trabalhar, atrapalhando ainda mais a possibilidade de mobilidade social. As consequências são a pobreza extrema, desemprego, falta de habitação digna, dentre outras. Tais fatores levam a um círculo de pobreza podendo refletir em ameaças aos direitos das crianças e adolescentes.

A proteção social no Brasil tem suas ações divididas por níveis de complexidade, podendo ser definida como Proteção Básica ou Especial, sendo esta última dividida em Média e Alta Complexidade. A Básica, visa à prevenção dos riscos, já a Especial atendem os que já estão em situação de risco. A Proteção Social de Média Complexidade atende, através da orientação e acompanhamentos, segmentos que foram violados. Já a de Alta Complexidade garante proteção integral para aqueles que precisam ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário. É nesta última espécie de proteção que as unidades de acolhimento institucional estão inseridas. Desse modo, a atuação da medida, apesar de integral, tem caráter de brevidade e excepcionalidade, necessitando também ser articulada a outras políticas setoriais.

Apesar de o atendimento nos abrigos estar inserido no âmbito da Assistência Social, não é a LOAS, mas sim o ECA que elenca os princípios e formas de implementação da medida. O desafio em implementar a lei na prática é constante, pois corriqueiramente nos

deparamos com formas de violações aos direitos estabelecidos, especialmente para os segmentos menos favorecidos, que muitas vezes nem conhecem seus direitos. Apenas através de uma forte atuação do Estado a política de assistência social vai conseguir atingir seus objetivos.

Para que a família esteja pronta para receber seus filhos novamente, o trabalho procura ser fornecido através dos recursos da rede sócio-assistencial. O abrigo não consegue sozinho atender todas as demandas dos educandos e de suas famílias. É certo que diversos fatores condicionam a situação de acolhimento, não apenas as condições socioeconômicas, no entanto é fundamental evidenciarmos a carência da rede de apoio. Na percepção do gestor e demais profissionais da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, diante de um fortalecimento do trabalho em rede, a atuação do abrigo poderia ser mais significativa na vida dos que necessitam.

Aprofundando a discussão a respeito do acolhimento institucional e do direito à convivência familiar e comunitária, é necessário destacar que ao prestar abrigamento à crianças e/ou adolescentes, a instituição tem que visar o fortalecimento da manutenção dos vínculos afetivos entre os abrigados e seus familiares. Nesse contexto é fundamental a busca pelo fortalecimento socioeconômico da família. O ideal seria que pais, mães e responsáveis pudessem desenvolver condições para receber seus filhos de volta, superando as dificuldades que determinaram o afastamento, sendo este trabalho desenvolvido não apenas pelos abrigos. No entanto, estas entidades podem realizar ações de resgate da família como pertencente à história dos abrigados, bem como estabelecer a conexão com outras políticas e com a rede de proteção social integral. Para Rizzini (2004), os trabalhos em rede são:

[...] linhas de ações ou trabalhos conjuntos para melhor atender às necessidades da vida social, cultural, material e afetiva. As redes são formações dinâmicas e flexíveis, com continuada renovação dos participantes, o que requer certos cuidados para a sua continuidade. As redes devem estar atentas ao movimento dos grupos e das organizações sociais (p. 112).

A garantia de direitos efetiva-se através da interação, instrumentos e espaços institucionais, ou seja, os serviços precisam se complementar. Essa interação entre os mais variados serviços (interorganizacionais) é que concretizam as redes de proteção integral. Essa teia é formada por órgãos governamentais e não governamentais.

[...] Nessas conexões interagem atores tão variados quanto os órgãos executores das políticas públicas (nas áreas da educação, saúde, assistência social, alimentação, cultura, esporte, etc.), os conselhos paritários de deliberação sobre as diretrizes dessas políticas, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades públicas e privadas de prestação de serviços (IPEA; CONANDA, 2004, p. 330).

O abrigo, por vezes, acaba servindo de solução para os problemas de ausência e insuficiência de políticas sociais públicas e de uma rede de proteção precária no Município, com um financiamento reduzido em comparação à outras políticas públicas. Dessa forma, proteger e fortalecer os vínculos familiares e comunitários tem sido desafios constantes diante do cenário atual de desigualdades sociais, visto a fragilidade do poder público na implementação de políticas sociais para esses indivíduos.

Ampla é a gama de direitos assegurados: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. É digno de nota o fato de ser atribuída absoluta prioridade à garantia dos direitos e à proteção à criança e ao adolescente (PINHEIRO, 2006, p. 354).

Frente às questões relacionadas a condição socioeconômica das famílias que possuem filhos nos abrigos, percebe-se que muitas delas creem que a institucionalização é mais saudável até mesmo que a convivência no lar. O filho pode representar despesas a mais, preocupações a mais, além disso, elas acreditam que a instituição pode proporcionar oportunidades que seus dependentes não teriam se não estivessem ali. Por esse motivo os pais acabam se distanciando dos filhos, acreditando ser o melhor para eles e para a dinâmica familiar. Ao saírem do abrigo então os jovens são vistos como “uma pessoa a mais” que pode ajudar nas despesas da casa. Segundo depoimento do Gestor da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, essa percepção retrata a importância de ofertar cursos profissionalizantes no sentido da reintegração familiar:

Os cursos podem colaborar muito com a reinserção familiar dos jovens. Quando se trata dos jovens, a família só os aceita se eles colaborarem em casa, se o jovem sai daqui e não trabalha, ele fica morando em casa num período muito curto e depois vai morar na casa de um vizinho, de um amigo, porque ele se torna mais uma boca em casa. Quando está trabalhando se torna mais alguém para ajudar em casa, a permanência na casa dele, na casa em que foi reintegrado, é maior. Eu faço uma relação de dependência, se o jovem tem condições de colaborar com a família, a família o aceita, se não rápido está arranjando outra moradia.

Essas questões colocadas neste capítulo visam a compreensão de que a permanência nos abrigos necessita ser, de fato, breve e excepcional. O ideal seria que nenhum

indivíduo necessitasse desse tipo de atendimento, caso existisse acesso igualitário a bens e serviços para todos. Como a aplicação da medida protetiva em questão é tida como uma decisão extrema, o desafio para a rede de proteção é o de promover uma intervenção eficaz com os abrigados e suas famílias visando ao retorno com segurança ao lar o mais breve possível. Pensando dessa forma, percebemos que esse não é um desafio fácil. Uma reinserção familiar rápida e de qualidade ou a colocação, do mesmo modo, em família substituta exige um trabalho de grande dedicação daqueles que atuam com essas questões. De modo generalizado, os abrigos enfrentam grandes dificuldades para cumprir os princípios de brevidade da medida. Não podemos responsabilizar apenas a unidade de acolhimento, mas questionar a dinâmica da rede de proteção integral na garantia desse direito.

Finalizando, podemos dizer que o pleno funcionamento da rede de proteção integral é fundamental para proteger aqueles que tiveram violados os seus direitos, colaborando com o retorno ao convívio de sua família e comunidade o mais rápido possível e com maior qualidade, no caso dos que estão em abrigos. Isso se dá porque uma segurança física e emocional foi reestabelecida no lar através do fortalecimento dos laços. No entanto, mesmo que a importância do trabalho da rede seja reconhecida por todos para o fortalecimento da família e segurança dos direitos da infância e juventude, esbarra-se na dificuldade de atendimento ofertado aos segmentos sociais que dela necessitam.

2.4 A realidade sobre o acolhimento institucional

Importante quantificarmos um pouco o perfil desses indivíduos que estão relacionados com o abrigamento, assim como o universo geral das unidades de acolhimento para chegarmos aos sujeitos da Casa do Menor São Miguel Arcanjo. Para isso, nos basearemos no Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Segundo o referido Levantamento, o Sudeste é a região que atende mais crianças e adolescentes em acolhimento institucional, o Nordeste fica em terceiro lugar, atrás também do Sul. O número de crianças e adolescentes aqui atendidos chega a 3.710 em 264 instituições de um total de 36.920 abrigados, e 2.624 unidades de acolhimento em todo Brasil. Com relação à natureza dos abrigos foi verificado que a região Nordeste possui, em porcentagem, o índice

mais elevados de instituições privadas frente às públicas. Elas representam 84,8% do total, enquanto a realidade nacional é de 65,3%.

Vale ressaltar que, apesar da grande responsabilidade em conduzir as políticas públicas pelo Estado, os serviços de acolhimento são prestados, em sua maioria, pelas entidades não governamentais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em nossa sociedade predominam as instituições não governamentais, como é o caso da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, correspondendo a 65,3%. Das 26 unidades apresentadas pela relação fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comdica, apenas três são públicas e cinco são ONGs com gestão compartilhada com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS do Ceará. Todas as outras são privadas. Esse aspecto revela a importância que as entidades não governamentais de atendimento têm na implementação da política de proteção especial à infância e juventude.

Para o Estado, essas instituições o favorecem, visto que não as sustentam, pelo menos não em sua totalidade. Algumas unidades de acolhimento possuem parcerias com o governo, mas os valores que recebem de recurso, normalmente, não se aproximam do montante necessário para arcar com todas as despesas. No caso da Instituição investigada, verificamos que ela é mantida, segundo a fala do gestor, por “diversas doações e parcerias, convênios com a Prefeitura de Fortaleza através da Funci²⁸, parcerias com empresas privadas, captação direta de recursos através do telemarketing e venda de produtos”.

Em sua maioria, os abrigos são também ligados à Igreja Católica. Isso, no entanto, é um fator histórico, pois o abrigo esteve historicamente colocado sob responsabilidade de instituições filantrópicas católicas, como no caso da Unidade que estamos realizando a investigação. Retomando o que já foi citado anteriormente, na realidade esse aspecto não nos choca tanto devido à história da atenção à criança no Brasil. Os cuidados com os abandonados foram assumidos pelas Santas Casas de Misericórdia desde o final do século XVIII. O atendimento permaneceu sem a legitimação do Estado até o início do século XX, onde então,

²⁸ “A Coordenadoria da Criança e do Adolescente – Funci, da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH), tem como missão promover e garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes em Fortaleza. Criada como Fundação da Cidade, em 1993, através da Lei nº 7.488, passou a ser denominada Fundação da Criança e da Família Cidadã, através da Lei nº 8.389, de 1999” (http://www.fortaleza.ce.gov.br/sdh/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=66).

a partir desse momento passa a se preocupar com esse público carente. Mesmo assim, os relatos históricos nos mostram que a ação estatal estava mais voltada para os infratores e não tanto para os carentes e abandonados. Nesse contexto, as entidades religiosas permaneceram com sua ação de intervenção, especialmente em atividades voluntárias. As consequências desse processo histórico são sentidas ainda em nossa atual conjuntura.

Ainda aprofundando as diferentes questões relativas a realidade das unidades de acolhimento no Brasil e da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, devemos lembrar que a condição econômica da família, em parâmetros legais, não permite nem justifica o abrigo. No entanto, a prática nos mostra que essa ainda é uma realidade vista em nosso país.

A carência de recursos materiais, por si só, não explica com profundidade o fenômeno aqui apresentado de violação de direitos. Contrariando a legislação, percebemos, em nosso estudo, que a pobreza, na prática, se configura como motivação para o acolhimento, no entanto inúmeras outras causas foram percebidas também no decorrer da investigação. O Estatuto abrange todas as crianças e adolescentes, independente de renda, sendo assim, aquelas de classes sociais mais elevadas também podem estar sujeitas a violações por seus familiares. Dessa maneira não nos deteremos em justificar a violação de direitos apenas alicerçada na situação econômica em que esses sujeitos estão inseridos, mas levantamos outras questões que podem motivar o acolhimento institucional. Desse modo, o Ipea; Conanda (2004, p. 45) nos apresenta fatores relevantes a serem destacados:

História familiar passado ou presente de violência doméstica; família cujos membros sofrem perturbações psicológicas [...], dependência de álcool e/ou drogas [...] e problemas de saúde; despreparo para maternidade e/ou paternidade de pais jovens, inexperientes ou sujeitos a uma gravidez indesejada; famílias que adotam práticas de educação muito rígidas e autoritárias [...]; famílias *fechadas*, que evitam desenvolver intimidade com pessoas de fora do pequeno círculo familiar; famílias que desenvolvem práticas hostis, desprotetoras ou negligentes em relação a criança, que considera a criança irritável [...]; fatores situacionais como: parto difícil, separação da criança após o parto, expectativas distorcidas e irreais em relação à criança, criança do sexo indesejado, criança portadora de alguma doença, estresse em função de alguma crise econômica, no trabalho ou conjugal.

Algum leitor, ao se deparar com todas as questões aqui explanadas sobre a situação dos educandos e suas respectivas famílias, pode se perguntar pelos motivos de algumas famílias pobres se utilizarem do abrigo, enquanto outras, que estão na mesma

situação não abrirem mão de conviver com eles, ou seja, continuam a se responsabilizar por seus dependentes. Sabe-se que para tentar responder a essa questão é necessário um trabalho forte sobre a subjetividade desses sujeitos, uma vez que a pobreza, vale a pena destacar, não justifica todos os atos, apenas nos ajuda a compreender algumas questões, mas não a totalidade de levantamentos que fazemos ao longo da nossa investigação. A carência de recursos materiais nunca vai ser motivo suficiente para justificar atitudes tão distintas em famílias com condições materiais tão semelhantes, haja vista que há condicionantes de ordem moral de indivíduos que pensam e agem de diferentes formas.

Não queremos esgotar aqui os possíveis motivos que propiciam a violação dos direitos da criança e do adolescente, muito menos pretendemos desvincular o aspecto da pobreza dessas tantas questões. Pretendemos apenas demonstrar que a pobreza não basta para explicar todas as formas de manifestação da violência no âmbito familiar. As questões citadas pelo Ipea; Conanda (2004), dentre outras, também pode vir a fortalecer a experiência de rua em que muitos se encontram, pois uma parte daqueles que são atingidos por estes fatores acabam por abandonar seus lares antes mesmo de virem a ser atendidos por alguma medida de proteção prevista no ECA, dentre elas o acolhimento institucional.

Continuamos a destacar que a pobreza, apesar de não justificar, não está completamente desvinculada de outras expressões da questão social, visto que ela colabora com o aumento da vulnerabilidade social das famílias como uma espécie de agente potencializador de fatores de risco diversos. Desse modo, crianças e adolescentes mais pobres acabam tendo mais chances de serem abandonados ou sofrerem violência, sendo, assim, o principal perfil atendido pelos abrigos.

O MDS catalogou em sua pesquisa algumas causas que motivaram o ingresso da criança e do adolescente nas unidades de acolhimento. Acreditamos ser válido citá-los para que possamos abrir ainda mais o leque de possibilidades reais de abrigamento. As três principais, apontadas pelo referido Ministério, por ordem de maior frequência são: negligência da família; pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas; e abandono pelos pais ou responsáveis. Outras razões são apontadas tais como situação de rua, carência de recursos materiais, violência doméstica, ameaça de morte, situação de mendicância, dentre outros. Esses dados fortalecem a ideia que já destacamos de que a carência de recursos materiais, por si só, não contempla toda causa de vitimização, não é à toa que ela não está entre os três principais motivos, outros aspectos estão relacionados. Para a Assistente Social

da Instituição lócus dessa investigação, a “violação dos direitos não acontece apenas em famílias pobres, mas todas as famílias dos que estão acolhidos atualmente são pobres ou extremamente pobres”. Percebemos concretamente algo que já vínhamos discutindo: o fato da pobreza ser peça presente na vida dos que estão em abrigos, mesmo não sendo o motivo do abrigamento. Essa condição socioeconômica precária da família estabelece maiores dificuldades para a consolidação dos direitos da criança e do adolescente.

De acordo com dados do MDS, “apenas” 9,7% dos que se encontram acolhidos o estão devido à carência de recursos materiais da família ou responsável. No entanto, é relevante refletirmos que muitos outros fatores que motivam o abrigamento podem estar relacionados à escassez de recursos financeiros, como, por exemplo, a violência doméstica, a negligência da família, a mendicância e outros. As motivações para o acolhimento nas instituições de abrigamento têm sido relacionadas à pobreza, embora se saiba que não é o único fator motivador. Com efeito, muitos casos têm relação real com as condições de vulnerabilidade social, porém há que se destacar a representação construída sobre este fato, pela associação limitada entre pobreza e violência, geralmente acometendo crianças e adolescentes que, mais que explicar o fenômeno, reproduz estereótipos e desprotegem ainda mais tais indivíduos. Desta forma, é fato também verificarmos situações de pobreza em comunidades e famílias que protegem suas crianças das mazelas da violência e suas várias modalidades. Além disso, a violência é também simbólica, constituída por representações sociais que distinguem e estereotipam alguns sujeitos, também acometendo diferentes sujeitos em posições socioeconômica diferentes, porém, bem mais entre os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Assim, é relevante dizer que nem sempre a carência de recursos materiais é motivo de violência das famílias nesta situação contra suas crianças e adolescentes, assim como algumas famílias podem negligenciar os filhos por outros motivos de ordem simbólica e moral, independente da condição econômica. Apesar disso, as políticas de acolhimento não costumam ser direcionadas para os jovens que possuem boas condições financeiras, mas sim para aqueles que são pobres.

Apesar de tudo, esta pesquisa se direciona também para a percepção de que os vários motivos abordados acima tem relação com a pobreza familiar dos jovens em situação de acolhimento, tendo em vista ser este o público alvo desta política. A mendicância, a situação de rua, a exploração do trabalho, a negligência etc, se tratadas com um olhar um pouco mais aprofundado, podem ser vistas, muitas vezes, como consequências da pobreza.

Mesmo sem possuímos informações quanto à renda familiar, pelos motivos todos que já citamos aqui, é possível supor que grande parcela das crianças e adolescentes que vivem em abrigos espalhados por todo país é oriunda de famílias pobres. Com toda carência sofrida por essas famílias fica praticamente inviável uma sobrevivência digna e a garantia dos direitos fundamentais, visto que se encontram sujeitos à falta de moradia, e saneamento, à alimentação insuficiente, à baixa qualidade no acesso à saúde e educação, dentre outros fatores. Os resultados da investigação nos dados dos egressos da Casa do Menor São Miguel Arcanjo mostra-nos que a principal causa para o acolhimento na Unidade é a situação de moradia de rua²⁹.

Tabela 1: Motivos que levaram ao acolhimento de crianças de adolescentes na Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012

Motivos	Número de acolhidos
Pais ou responsáveis dependentes de álcool/ drogas	26
Situação de mendicância da criança/ adolescente	19
Vítima de negligência familiar	31
Situação de moradia de rua	136
Destituição do poder familiar	01
Criança/ adolescente vítima de violência doméstica	21
Criança/ adolescente vítima de abandono	19
Criança/ adolescente vítima de ameaça	40
Criança/ adolescente dependente de drogas	63
Pais ou responsáveis com problemas de saúde	07
Morte dos pais ou responsáveis	06
Encaminhado por outra instituição	20
Situação de pobreza da família	34
Vítima de exploração do trabalho	01
Pais ou responsáveis presos	01
Mal comportamento da criança/ adolescente	08
Criança autora de ato infracional	03
Exploração sexual	01
Não consta informação	67
TOTAL	504

Fonte própria

Vale inicialmente voltarmos nosso olhar para o grande número de acolhidos que não têm registro na Instituição sobre os motivos dos acolhimentos. Esse dado pode suscitar questionamentos sobre motivos diversos de acolhimento ou mesmo falta de cuidado no ato do

²⁹ Vale destacar que muitos sofrem diversos tipos de agressão a seus direitos, ou seja, muitos possuem mais de uma motivação para o acolhimento, no entanto destacamos apenas um motivo para cada jovem, aquele que percebemos ter sido o principal motivo para o acolhimento.

registro para futuras ações. Assim, é também fundamental para que se possa trabalhar as questões que acarretam a necessidade dos jovens em serem atendidos nas instituições de abrigo.

Os motivos que levam à institucionalização de crianças e adolescentes são os mais diversos e repletos de subjetividades, não se limitam apenas ao fato da negligência sofrida ou da situação de pobreza. Acontecem casos de abrigo até mesmo pela necessidade dos responsáveis em trabalhar e os filhos acabarem ficando sem amparo. Neste, assim como em outros diversos casos, percebemos a relação existente entre a potencialização das políticas públicas de proteção à família e o processo de abrigo. Para os casos daqueles que se encontram nas ruas, muitos sem referência familiar, percebemos que alguns veem o abrigo como um ponto de apoio, de proteção, local onde podem dormir, tomar banho e se alimentar. Nem sempre, principalmente com relação aos que possuem histórico de rua e passagem em outras instituições, os educandos permanecem na instituição tempo suficiente para que possa ser realizado um trabalho de fortalecimento dos vínculos com a família e a comunidade.

Tinha um local assim no centro, uma instituição, que quando a gente aprontava alguma coisa na rua aí a gente corria pra lá. Uma vez a gente tava tentando fazer um assalto, mas a gente tava muito doido, aí um amigo nosso caiu e desmaiou, quase morre, aí a gente levou ele pra lá, deixou ele lá e saiu correndo. Outra vez fui eu que quebrei a perna e a galera me deixou lá e foi embora (DIRCEU, 23 anos).

Ainda com referência a aspectos relacionados a medida de acolhimento institucional é importante destacarmos que o tempo de acolhimento a que são submetidas crianças e adolescentes é peça essencial para a compreensão de como a política de acolhimento institucional está sendo veiculada. O ECA estabelece que não é permitido a permanência deles na instituição por um período superior a dois anos, salvo se for estritamente necessário, baseado no princípio de melhor interesse da criança que é o fato de: “[...] o aplicador do direito [...] buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que dê maior concretude aos direitos fundamentais [...]” (BARROS, 2010, p. 22). Essa determinação de tempo máximo de acolhimento foi definida pela Lei 12.010/09 (“Lei da adoção”) pelo fato de que existia uma delimitação de tempo para aqueles que se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas, no entanto os que estavam em abrigos poderiam ali permanecer por tempo indeterminado. Apesar das

prerrogativas legais, percebemos um grande contingente de acolhidos que permanecem nessa condição por muitos anos.

O tempo de permanência nos abrigos é um tópico importante a ser destacado para uma melhor compreensão sobre os trabalhos que estão sendo realizados com os jovens e suas famílias. Desse modo podemos nos indagar de que maneira as políticas estão cumprindo seu papel na promoção do direito à convivência familiar e comunitária, assim como a breve e excepcional permanência em abrigos. O fato de muitos ainda permanecerem longos períodos abrigados nos faz questionar como as políticas de proteção integral à criança e ao adolescente e sua família estão sendo encaminhadas.

Segundo a Assistente Social da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, existem nesta instituição 11 educandos, num universo de 31, em situação de acolhimento há mais de dois anos, sendo este um número alto. Os dados do MDS mostram que a média nacional de permanência em abrigos (por acolhido) é de 24,2 meses. Essa realidade no Nordeste é de, em média, 28 meses. Isso mostra o descumprimento real da normatividade. Dentre todos os que já foram acolhidos na Instituição, a maior parte passou menos de dois anos em acolhimento.

Tabela 2: Tempo de permanência na Unidade de Acolhimento Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012

Tempo	Número de acolhidos
Mais de 02 anos	73
Menos de 02 anos	304
Não consta	127
TOTAL	504

Fonte própria

Mais uma vez nos deparamos aqui com um elevado número de crianças e adolescentes acolhidos que não possuem em sua ficha o tempo de permanência na Instituição ou dados que nos ajudem a identificar se esse período foi extenso ou não, portanto, falta de registros para futuros acompanhamentos. Mesmo se tratando de informações sobre os egressos, são fundamentais para o entendimento de importantes questões sobre a política de acolhimento e as atividades relacionadas a ela. Com isso conseguimos perceber até que ponto os jovens estão passando mais tempo do que o necessário em acolhimento, se a família está sendo trabalhada com vistas ao retorno dos seus filhos ao lar, se os educando estão sendo reinseridos em seus lares ou se estão sujeitos à outras situações de risco depois do acolhimento, enfim, é importante para análise das políticas e sua melhoria.

De início os dados da tabela 2 nos deixam otimista, no entanto durante a investigação percebemos que nem todos os que passam menor tempo retornam para o convívio da família; uma grande porcentagem desses passou pouco tempo porque evadiu do Abrigo. Além disso, a quantidade de acolhidos que permaneceram por mais de dois anos é alta, podendo ser ainda maior, já que 127 egressos não tinham essa informação em sua ficha.

Diversos fatores facilitam esse prolongamento no abrigo. Alguns deles já puderam ser percebidos no decorrer deste estudo, mas as questões estão longe de se esgotarem. Cada caso, de cada criança e adolescente, possui suas peculiaridades, por isso o trabalho dos abrigos e juizados volta-se para conhecer cada caso em suas particularidades, agindo assim nas causas do acolhimento, ou seja, na privação dos direitos dos educandos. Devido a essas questões que permeiam cada caso é que o Estatuto prevê a necessidade de existir um plano individual de atendimento. De acordo com a Assistente Social da unidade, existe uma fiscalização realizada pelo Juizado da Infância e Juventude e, recentemente, profissionais do órgão estiveram na Casa do Menor realizando esse trabalho e, dentre outras verificações, requisitou ver se os jovens possuíam o referido plano individual de atendimento. Ao ser indagada se o setor de serviço social da Instituição possuía um plano para todos os educandos, a resposta foi afirmativa, ou seja, todos as crianças e adolescentes acolhidos na Casa do Menor São Miguel Arcanjo, atualmente, possuem um plano individual de atendimento previsto pelo ECA.

Assim que a criança ou adolescente chegar ao serviço de acolhimento, a equipe técnica do serviço, que, onde houver, poderá contar com a contribuição da equipe responsável pela supervisão dos serviços de acolhimento (ligada ao órgão gestor da Assistência Social) para elaborar um Plano de Atendimento Individual e Familiar, no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação [...]. Tal Plano deverá partir das situações identificadas no estudo diagnóstico inicial que embasou o afastamento do convívio familiar (BRASIL, 2009, p. 33).

Outro ponto que merece destaque dentro do contexto de atuação das unidades de acolhimento está relacionado aos envios de relatórios sobre a situação dos educandos e de suas famílias. O ideal, segundo a normatividade, é que o abrigo envie relatório contendo tais informações a cada dois meses, podendo chegar ao prazo máximo de seis meses. Ainda com relação aos dados apontados pela MDS, a maioria dos abrigados possui relatório atualizado dentro de seis meses, garantindo, dessa maneira, um direito preconizado pelo Estatuto. No Brasil, 11,7% dos que estão em acolhimento não possuem nenhum relatório no juizado por

parte do abrigo. No entanto refletimos a possibilidade de boa parte desses jovens abrigados, no momento da pesquisa, não possuírem seis meses de acolhimento; isso então não se configuraria como uma extirpação de direitos, mesmo compreendendo que quanto mais ágil for o acompanhamento e o envio de relatório, possivelmente menos tempo irão passar nessa situação de abrigamento. Ao investigar com a Assistente Social da Casa do Menor, verificou-se que todas as crianças e adolescentes da Instituição estão com os relatórios atualizados, dentro do prazo legal, frente ao Juizado da Infância e da Juventude. No entanto, poucos são os que estão atualizados em até dois meses.

No sentido de conhecer a medida de acolhimento e o desacolhimento, consideramos que, de acordo com Barros (2010, p. 135) “o objetivo das medidas de proteção, naturalmente, é sanar a violação do direito ou impedir que tal ocorra”. A legislação é clara ao estabelecer que a condição de pobreza não justifica o abrigamento, ou seja, a separação da criança de sua família de origem. No entanto, na prática, o que vem se observando é que a implementação da lei está longe de se tornar realidade. O serviço de acolhimento institucional está voltado para os pobres que, não tendo como garantir os direitos de seus dependentes, buscam, através das Varas da Infância e Juventude, abrigo para seus filhos. Cabe ao Estado criar e implementar políticas para evitar essas separações.

Mesmo que o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha universalizado o discurso legal, dispondo sobre a proteção integral a todas as crianças e adolescentes (art. 1º), portanto, a não-discriminação pelas condições de pobreza, como sugeriam o Código de Menores (de 1927 e de 1979), a quase totalidade do contingente populacional que demanda os serviços judiciário na área da infância e da juventude é aquela de baixa ou, por vezes, nenhuma renda, e que sobrevive cotidianamente com problemas no que se refere ao atendimento de necessidades básicas [...] (FÁVERO, 2007, p. 35).

Ainda com relação ao perfil dessas crianças e adolescentes e suas famílias, o Levantamento Nacional realizado pela MDS aponta que a maioria dos que estão em abrigos possuem família e vínculo com as mesmas. Em seguida estão os que tem família, mas não vínculo com ela. Uma menor parcela não apresenta informações familiares. Essa realidade nacional e regional está de acordo com a realidade do nosso campo de investigação.

Os jovens que saem do abrigo costumam voltar para a família, porque a maioria aqui tem família. São raros os casos, aqui em Fortaleza, dos que não possuem família. Temos experiências em outra casa do menor, no RJ, de uma vila, que chamamos de casas apoio, onde o menino que não tinha família, nós emprestavamos uma casa para ele por um período de até dois anos. Aqui a experiência não foi necessária porque não pegamos muitos

casos de meninos que não tinham referência familiar, todos que vieram para cá tinham referência familiar (Gestor da Casa do Menor São Miguel Arcanjo).

Percebe-se, em um contexto geral brasileiro, que boa parte do quadro de trabalhadores dos abrigos é composto por voluntários. Isso pode ser considerado como reflexo de uma história que mostra uma entrada tardia do Estado no atendimento ao segmento em questão. A atenção foi, durante muito tempo, desenvolvida predominantemente por voluntários, especialmente os religiosos. Poucos eram os remunerados. A centralidade do atendimento era a formação religiosa, sem grandes preocupações com as questões pedagógicas e educacionais. Ainda hoje esse viés religioso é presença forte nas instituições de acolhimento, resultado dessa herança histórica. No entanto, percebe-se que a preocupação não está mais voltada apenas para a formação cristã, mas também para o desenvolvimento dos potenciais de educação e cultura de modo geral desses sujeitos acolhidos. Isso se deve ao fato de existirem determinações legais, não só no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mas também em documentos como, por exemplo, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária que retratam a necessidade e o direito do jovem desenvolver, mesmo estando em acolhimento, uma vivência, uma constante relação com a comunidade e a família. Além do direito em conviver com o seu meio social, os documentos determinam a obrigatoriedade de prestação de educação, cultura e lazer.

Na Casa do Menor São Miguel Arcanjo a religiosidade (religião católica) é fortemente praticada, visto que, ao falar sobre a rotina dos abrigados, todos os profissionais entrevistados falam que a primeira atividade do dia dos educandos é a oração, funcionando como uma norma da instituição. No decorrer do dia esse aspecto está sempre presente, inclusive antes das refeições como em uma visita pôde-se presenciar. Não nos aprofundaremos nesse aspecto religioso; todavia, em uma conversa com uma das educadoras recebemos a informação de que o fundador da instituição determina que todas as crianças que ainda não são batizadas o sejam, pela igreja católica, durante o acolhimento. Desse modo, já chegou a acontecer caso em que a família da criança fazia parte de outra religião, mas os filhos não foram batizados nela e sim na religião predominante na Unidade de Acolhimento. Percebemos nesse relato que pode ocorrer violência simbólica³⁰ até mesmo dentro da unidade

³⁰ De acordo com Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2009) (documento disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/rosendo_ana_paula_a_reproducao_elementos_teorica_do_sistema_ensino.pdf), a violência simbólica é concebida como uma imposição, uma arbitrariedade, como por exemplo, a ação

(fora a violência contra o direito de viver com a família), como o direito à liberdade de consciência e de crença prevista no 5º artigo na Carta Magna.

Essas implicações religiosas são importantes para conhecermos melhor o perfil das instituições no Brasil e apresentar o abrigo pesquisado para que o leitor possa visualizar o funcionamento desta e como ela presta seu atendimento. São questões a serem melhor trabalhadas pelas pesquisas sobre a temática.

Outro aspecto histórico importante na compreensão da nossa realidade, no entanto não mais em sentido de semelhança, mas de oposição, é o fato de que antes os abrigos eram caracterizados pelo isolamento da criança e do adolescente, ou seja, as atividades em sua quase totalidade eram desempenhadas dentro da instituição. Atualmente, esse modelo de “instituições totais”, que segregava os indivíduos, caiu em decadência, visto que os abrigos utilizam-se dos equipamentos instalados na comunidade, tais como escolas, postos de saúde, ou até mesmo exercendo atividade remunerada em forma de trabalho educativo³¹. Para Goffman (1974, p. 11):

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Em contraposição às “instituições totais”, as unidades de acolhimento, atualmente, exercem atividades dentro do abrigo, no entanto não costumam ser de modo isolado, pois são abertas à comunidade, como é o caso dos cursos profissionalizantes da Casa do Menor São Miguel Arcanjo. A ideia de que quanto mais serviços estiverem disponíveis dentro da instituição, melhor, vem da concepção de “instituições totais”. Dessa forma, tem-se a concepção de que é mais prático atendê-los dentro da própria unidade de acolhimento do que buscar os serviços externos.

Esse momento de apresentação de informações sobre a situação dos educandos, num contexto geral, é relevante para que o leitor possa visualizar melhor a realidade que

pedagógica que impõe padrões culturais. Nesse sentido, é como um processo de dominação, de imposição de cultura para os que estão sendo dominados. A violência simbólica pode ser exercida por diversas instituições da sociedade.

³¹ Esse aspecto pode ser percebido na atuação da instituição instrumento de nossa pesquisa, nela os jovens são encaminhadas para o trabalho em empresas visando a qualificação profissional.

estamos investigando. “Conhecer” esses sujeitos é fundamental para compreensão de todos os aspectos que aqui discutimos.

2.5 Pais sociais ou educadores?

As crianças e adolescentes do abrigo necessitam, além das atividades (dentro ou fora da unidade), de cuidadores. Os profissionais que atuam com eles têm o papel de educadores, sendo que estes necessitam de capacitação permanente. Conhecer esses sujeitos é importante, visto que são eles que se responsabilizam por grande parte do trabalho voltado aos abrigados.

Como o abrigo é uma medida de proteção em forma de moradia alternativa, as unidades precisam possuir um quadro de funcionários para o atendimento das necessidades cotidianas das crianças e adolescentes, para que a moradia seja organizada e para que nunca se perca de vista as peculiaridades da situação em que se encontram. O atendimento nessas instituições é complexo e depende que exista um quadro diversificado de recursos humanos, como: equipe multidisciplinar técnica composta por profissionais aptos a trabalhar com infância e juventude e profissionais responsáveis pelos cuidados diretos no cotidiano dos abrigados. Estes últimos são os principais agentes na construção da afetividade, visto que, ocupam um papel que passa a ser referência pelos educandos, pois acaba sendo semelhante ao de pai e mãe. Mesmo sendo eles funcionários, as atividades de cuidados que realizam são bastante semelhantes às que os pais exercem no lar.

Pais sociais são os cuidadores dos educandos que moram junto com os mesmos, constituindo, assim, um ambiente semelhante ao familiar. É um casal que se dedica aos cuidados das crianças e adolescentes que vivem em sistema de casas-lar. Esses profissionais atuam com a rotina de cuidados diretos dos jovens em acolhimento³². Na Instituição investigada, esses profissionais são encarregados de cumprir com as atividades que são, normalmente, desenvolvidas pelos pais, como por exemplo: matricular na escola e acompanhar os estudos, fazer a alimentação da casa, mediar os conflitos entre os jovens, organizar a rotina, acompanhar nas horas de lazer, dentre outras atribuições.

³² Para aprofundar o assunto ver o artigo de Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré e Andressa Sperancetta, *Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes*, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf> e a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 que dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social.

Apesar de atualmente a nomenclatura “pai e mãe sociais” está sendo posta em cheque, muitas instituições ainda aderem a essa maneira de trabalhar. Inclusive na Casa do Menor São Miguel Arcanjo, os educadores são chamados por todos dessa maneira, visto que o gestor da instituição acredita ser o termo mais adequado. Percebemos, desse modo, que inclusive os profissionais técnicos da unidade de acolhimento utilizam a terminologia, mesmo tendo conhecimento das disposições formais previstas pela normatividade. Segundo a Pedagoga da Instituição: “na visão do padre³³, os meninos que estavam nas ruas precisavam de um referencial, a visão do padre é essa. E dentro das casas-lar, os pais sociais dão esse sentido de família”.

Em um contexto onde profissionais são chamados de “pai e mãe”, fica bastante difícil desvinculá-los da ideia de que o abrigo não é sua casa, pois essa relação pode ser forte fonte de afeto. No entanto, alguns profissionais não acreditam que a relação dos educandos com os pais sociais possa interferir no papel que a família ocupa.

Não acho que essa visão de família afaste o jovem da família de origem, porque tem o trabalho com as famílias, entendeu? O menino que está dentro da Casa do Menor, ele não está institucionalizado, entendeu? O serviço social precisa fazer o acompanhamento dessa família, não é pretensão nossa o menino estar aqui por quatro ou cinco anos. O menino que está aqui está sendo trabalhado e a família também, porque tem as visitas (Pedagoga da Casa do Menor São Miguel Arcanjo).

No livro escrito pelo fundador da Casa do Menor São Miguel Arcanjo há a ideia de que a pedagogia da Instituição é baseada em dar amor àqueles que estão abandonados através da presença de pessoas que se assemelham à família, pelo período que estão lá acolhidos, além disso ressalta a importância dessa relação para o desenvolvimento dos sujeitos em formação:

A criança e o adolescente estão em formação e vão descobrindo gradativamente quem são como base no relacionamento estabelecido com as pessoas ao seu redor. Eles dependem muito de nós (pais, mães e educadores) pensamos e falamos a seu respeito. A criança procura ser aquilo que os outros esperam ou não dela. Sua segurança é exterior e depende daquilo que os outros falam e esperam dela. A rocha que lhe dá segurança ainda está fora dela, como uma balsa sobre a qual se apoia (CHIERA, 2008, p. 122).

Em contradição à percepção da referida Pedagoga e do fundador da Instituição, algumas falas dos jovens egressos mostram que os vínculos familiares podem sim ser ainda mais fragilizados diante da presença dos pais sociais, tonando os pais biológicos mais

³³ Refere-se ao Padre Renato Cheira, fundador da Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

distantes do seu papel. Por isso o cuidado com esse trabalho de afetividade que nem pode ser anulado nem fortalecido ao ponto que os jovens percam a verdadeira referência familiar. Segundo os jovens egressos “você não fica com o mesmo afeto que você tinha antes [...]” (TARCILIO, 18 anos):

No início é muita solidão, a pessoa começa logo a chorar. Assim quando a pessoa entra lá, a pessoa não conhece ninguém entendeu? Aí pronto, a pessoa pensa que perdeu pai, perdeu mãe. Até que chega aquela pessoa assim que você vai chegando nela, chegando nela, até que você passa a não sentir falta da sua mãe, mesmo sabendo que ela ainda é sua mãe entendeu? Mas assim, eu não senti tanta falta não [...] (ALCEU, 19 anos).

Na Casa do Menor é que nem uma família, tem pai e mãe social né? Aí tem aquela coisa de família, assim, senta na mesa, janta junto, toma café junto, faz tudo junto. Aí quem tem colégio vai pro colégio, quem tem curso vai pro curso. Eu passei bastante tempo [...] e eu não sinto falta dos meus pais biológicos mesmo. Até porque a Casa do Menor é ainda um pai e uma mãe pra mim (CLEANTO, 18 anos).

Um aspecto interessante e visto constantemente em estudos é a ideia de que no abrigo os filhos vão ter uma vida melhor do que em casa. Isso permeia o imaginário das famílias que não têm como prover os mínimos necessários para a sobrevivência dos seus. Acreditam então que na instituição não lhes faltará comida, estudos, atenção, entre outras coisas. Essa percepção passa inclusive a permear o imaginário dos jovens acolhidos, pois, durante uma visita à instituição pesquisada, numa conversa informal com um jovem adolescente, ouvi a seguinte fala que, até então, não saiu da mente: “tia, eu queria ficar aqui, é muito bom o cara se formar aqui, não falta nada, tem curso”. Essa fala veio de um garoto que, segundo as educadoras, está prestes a ser reintegrado à casa de sua tia materna, visto que os pais não podem garantir seus direitos. Então veio-nos forte a reflexão que Prestes (2011, p. 72) faz e que citamos no início do capítulo: “O abrigo que se revela ‘melhor’ que a família abala a própria ideia de transitoriedade da institucionalização”.

Na unidade de acolhimento que estamos investigando, o acompanhamento de toda a rotina dos educandos é realizado pelos chamados “pais sociais”, como já foi refletido. Esse termo está sendo fortemente criticado atualmente pelos documentos que regem o acolhimento institucional. A justificativa é que, grande parte dos que estão ali possuem família, e o sentido do abrigo é que retornem para ela. Os educadores cuidam dia e noite de todas as atividades referentes aos abrigados, desse modo, constituem-se como uma referência, criam assim vínculos fortes. O termo “pai e mãe social” pode fortalecer a concepção de que aqueles são as principais referências do educando, tendo assim papel de substituir a família. O papel

da família e a presença dela na vida dos filhos, como sendo melhor que o cotidiano no abrigo, poderia ser mais intensa, para que não se voltasse mais a ouvir falas de garotos afirmando que é melhor estar no abrigo do que estar junto da família.

Por fim, é necessário destacar que as Orientações Técnicas para Acolhimento Institucional, com relação às questões referentes ao estabelecimento de relações afetivas, estabelece que o ideal é que elas tragam segurança e estabilidade aos acolhidos com os cuidadores/educadores. Nesse sentido, educandos e educadores vinculam-se afetivamente construindo um ambiente familiar; entretanto, evitando construir uma relação de posse para com a criança e o adolescente, pois isso pode acarretar em uma disputa com a família e a desvalorização desta.

Especial atenção deve ser dada à clarificação do papel a ser exercido por este profissional, de modo a que não se pretenda substituir o lugar e a função dos pais ou da família de origem [...]. Assim recomenda-se a substituição do termo largamente utilizado mãe/ pai social por educador/cuidador residente, de modo a evitar a ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem, ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida da criança/adolescente no serviço e o investimento insuficiente na reintegração familiar (BRASIL, 2009, p. 70).

Mesmo diante das orientações técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, na Instituição lócus da nossa pesquisa há uma preferência pela nomenclatura “pai e mãe social”, pois remetem a uma ideia de maior cuidado para com os acolhidos, dando-os um ambiente mais semelhante à família. Apesar dessa denominação, o gestor relata que os referidos profissionais são orientados a não terem o interesse de substituírem a família.

Sintetizando, podemos considerar que muitos dos que são acolhidos passam bastante tempo em instituições, seja porque não possuem referência familiar, seja porque a família ainda não se reorganizou social e psicologicamente para recebê-los. Percebemos que os educadores podem vir a ser forte referência para aqueles que estão com os vínculos familiares e comunitários bastante comprometidos. Não queremos afirmar que não seja importante existir uma relação em que os abrigados se sintam protegidos, essa relação só não pode fragilizar ainda mais os vínculos com a família de origem. Desse modo, o importante é que os educadores mantenham-se em constante reflexão sobre o propósito de suas ações. No caso da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, o estabelecimento de fortes vínculos parece

inevitável, visto que os educandos são acompanhados diariamente em todas as suas atividades cotidianas por “pais sociais” que moram com eles na casa.

Após essa apresentação sobre a realidade do acolhimento institucional, suas características e problemáticas, fica mais fácil compreender como as políticas públicas estão inseridas nesse contexto, e qual a influência das ações socioassistenciais para o desabrigoamento e a prevenção da utilização da medida. As questões que permeiam essa discussão sobre o acolhimento são repletas de expressões, nosso desafio é fazer com que o leitor compreenda boa parte delas.

CAPÍTULO III

O RETORNO PARA O LAR E A COMUNIDADE: a realidade dos jovens egressos

O que eu já vivi não quero mais viver e hoje vejo que o mundo tanto é meu quanto seu (...). No mundo que a gente vive, se você baixar a cabeça diante das dificuldades, vai ficar pra trás³⁴.

Esse capítulo é fruto da necessidade de voltarmos nosso olhar para a compreensão dos reflexos do recebimento da medida de acolhimento institucional e, nesse contexto, de qualificação profissional. Neste momento buscamos realizar, principalmente através dos depoimentos dos jovens egressos durante o grupo focal, como está a vida dos mesmos após a saída do abrigo. Ou seja, aprofundamos nosso olhar neste capítulo para os egressos, como se constitui seu cotidiano fora da unidade de acolhimento e quais as repercussões do recebimento da medida protetiva em sua atual conjuntura. Nesse momento tentamos visualizar alguns impactos do atendimento das políticas que receberam durante o tempo de acolhimento e sua influência para a vida em sociedade, com ou sem a presença da família, em especial às políticas ligadas à qualificação profissional. Conseguimos perceber esses impactos através da realização de um grupo focal com egressos da medida de acolhimento da Casa do Menor São Miguel Arcanjo. Além das conclusões feitas através da realização do grupo focal, utilizamos dados coletados durante as tentativas de contatar os jovens egressos para participação da pesquisa. Ainda neste capítulo refletimos sobre o processo de saída do abrigo, de desligamento institucional do jovem.

Durante o primeiro capítulo percebemos algumas considerações sobre juventude e as políticas públicas voltadas para os mesmos. Esses aspectos foram discutidos de modo geral, amplo, tentando fazer com que percebêssemos quem são os sujeitos que estamos investigando e em que contexto estão inseridos. O segundo capítulo também nos forneceu informações, no entanto recortando o público. Não mais estávamos tratando dos jovens como um todo, mas sim da situação de acolhimento a que uma parcela desses sujeitos é submetida. Além disso, foi nesse momento que passamos a conhecer melhor a instituição lócus dessa investigação. Neste último capítulo vamos tentar fazer com que o leitor perceba como os egressos se situam no mundo social após o acolhimento. Em outras palavras, como estão

³⁴ Fala de um egresso ao relatar suas conquistas após o desligamento.

inseridos no mercado de trabalho, como a sociedade os vê, quais suas expectativas, seus sonhos, ou seja, vamos adentrar ao mundo dos jovens egressos, mediante as narrativas de alguns jovens que estiveram na situação de abrigamento. Nesse contexto de inserção laboral fazemos uma explanação a respeito das políticas de qualificação profissional dos jovens.

3.1 Políticas de qualificação profissional para os jovens

Foi um desafio investigar e conseguir teorizar a distinção entre “educação profissional” e “qualificação profissional”, visto que por diversas vezes as literaturas nos fazem acreditar que são sinônimos. O clareamento das ideias se deu através da compreensão de Yannoulas e Soares (2009) que corroboram com a concepção de que a qualificação se diferencia da educação profissional, porque é concebida através de ações desenvolvidas em curto prazo de tempo e sem exigências quanto à titulação. Desse modo, confiando nessa perspectiva, é que determinamos que o mais apropriado seria o desenvolvimento da categoria qualificação profissional em nossa investigação, visto que os jovens que estão acolhidos no Abrigo investigado recebem apenas qualificação. No entanto, não desconsideramos o fato dos mesmos permanecerem, durante o acolhimento, estudando nas escolas da comunidade, ou seja, buscando elevar sua escolaridade.

A qualificação profissional que a maioria dos trabalhadores consegue obter, em sua busca por recursos que facilitem a inserção no mercado de trabalho, caracteriza-se como cursos básicos, de duração variável, sem regulamentação curricular e sem pré-requisito de escolaridade, em geral pagos (BULHÕES, 2004, p. 41).

Em nosso contexto econômico, a qualificação e a experiência profissional acabam servindo de “[...] credencial para o acesso ao mercado de trabalho [...]” (LEITE, 2008, p. 158).

Existe uma ideia que vem sendo construída no imaginário da sociedade: o de que o problema do desemprego é causado pela desqualificação dos trabalhadores. Isso cria uma ilusão de que existe uma enorme oferta de emprego, e que se o sujeito se qualificar terá sua vaga garantida. Fora isso, essa concepção passa uma imagem de que a culpa do desemprego está na pessoa, pois ela não se qualificou adequadamente. Uma das consequências dessa perspectiva é a elevação do investimento em programas de qualificação profissional.

Tomando como gancho a temática de políticas públicas para a juventude, convém destacar que o desenvolvimento das questões relacionadas à qualificação profissional será efetivado especialmente através do pensamento de Pedro Demo (1999), que trata das dificuldades de inserção no mercado de trabalho através da competitividade e da não adequação ao trabalho por falta de qualificação. Aponta que ser qualificado profissionalmente é imprescindível como mecanismo de competição, no entanto, só prova que o sujeito tem preparação, não garante o “pleno emprego”.

Sousa (2011) nos traz à tona a reflexão de que as políticas públicas de qualificação profissional são respostas às necessidades de valorização do capital. As iniciativas tem o pressuposto de garantir maior produtividade e qualidade no mercado competitivo e globalizado.

Atualmente, no Brasil, trabalhadores, empresários e governo têm atribuído à educação o papel de formação e qualificação da força de trabalho diante da exigência de novas competências técnico-operacionais e sociais demandadas pelo atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e sua aplicação cada vez mais intensa nos processos de trabalho e de produção na vida urbano-industrial (SOUZA, 2011, p. 30).

A realidade é que a qualificação, muitas vezes, acaba servindo de capacitação superficial para sanar as emergências, ou seja, “[...] oferecimento de cursos curtos, descolados de uma formação mais crítica, com vistas a uma suposta especialização [...]” (BAPTISTA, 2010, p. 133)

Pensar, em nosso contexto, a noção de qualificação nos remete à ideia de empregabilidade. Essa concepção de qualificação é tida como um condicionante para a inserção do jovem no trabalho, em especial no primeiro emprego. Portanto, quando se investe em políticas de qualificação e de educação, o sujeito espera que, através disso, possa ter bons resultados na busca por emprego.

O discurso que justifica o desemprego pela desqualificação da mão-de-obra, em função das mudanças impostas pelo processo de globalização e reestruturação produtiva, está, em certa medida, colocando na qualificação uma promessa de *reinclusão* social [...] (BAPTISTA, 2010, p. 137).

Os programas de qualificação e formação profissional são voltados especialmente para os jovens pobres, o que é uma característica das políticas focalizadas (VELASCO, 2008, p. 194). Vale ressaltar que não adianta muito qualificar os jovens se não houver uma

preocupação em inseri-los no mercado de trabalho, principalmente de modo a haver uma qualidade nessa inserção.

Dados de avaliação têm revelado como na pós-qualificação o jovem é deixado à própria sorte, já que a entrada e permanência no mercado de trabalho ainda se encontra débeis. Constituem inserções precárias, temporárias e insuficientes do ponto de vista do combate ao desemprego, demonstrando uma ineficácia para dar uma resposta isoladamente à integração das juventudes brasileiras ao mundo do trabalho (VELASCO, 2008, p. 197).

O aumento da escolaridade e da qualificação da juventude não gera obrigatoriamente a redução do desemprego. Precisa haver um crescimento econômico que promova uma elevação das formas decentes de trabalho. Para Dias (2012, p. 27), “[...] as transformações em curso, impactaram, profundamente, o cenário econômico, político e social do mundo contemporâneo e são grandes responsáveis pelas mutações no mundo do trabalho [...] e na demanda de novos perfis profissionais”.

Os perfis que assumem as qualificações profissionais dependem de diversos fatores que são interligados, tais como: mudanças no sistema escolar, desenvolvimento da ciência e tecnologia, acúmulo de experiências profissionais, vontade política e pressões sociais (DIAS, 2012). Ainda segundo a autora, as instituições estão investindo mais nas qualificações dos seus trabalhadores, fato esse fundamental para assegurar a competitividade e a produtividade. Talvez por isso a preocupação das empresas em financiar cursos de qualificação em instituições como a Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

Na ótica do capital, maior qualificação e novas competências dos trabalhadores se justificam, sob o ponto de vista da empresa, pela necessidade de garantir melhor desempenho e maior segurança com o manuseio dos equipamentos (DIAS, 2012, p. 41).

No Brasil existe o Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Ele deve contribuir com a promoção da integração das políticas e ações de qualificação social e profissional no Brasil. Consiste na promoção – em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação – gradativa da universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para: “A formação integral [...]; o aumento da possibilidade de obtenção de trabalho decente [...]; elevação da escolaridade dos trabalhadores [...]; inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade [...]; aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho [...]; elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade

e das possibilidades de elevação do salário [...]; e efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação” (BRASIL, 2003, p. 26). No PNQ a qualificação profissional é vista como uma Política Pública. De acordo com essas informações percebemos que a qualificação profissional não substitui a escolarização; a juventude precisa ter um acesso adequado às duas, visto que elas devem andar lado a lado.

O PNQ prioriza alguns grupos, no entanto com relação aos jovens, dá prioridade para as políticas que atendam aos egressos de medida socioeducativa, não citando em seu documento aqueles que passam períodos em unidades de acolhimento institucional. No entanto destaca que os que estão mais vulneráveis socioeconomicamente têm prioridade.

[...] terão preferência de acesso aos programas do PNQ pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente os/as trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregados de longa duração, afrodescendentes, indígenes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, pessoas com mais de quarenta anos etc) (MTE, 2003, p. 04).

Segundo o referido Plano, as ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos. Apesar do PNQ definir como prioridade os grupos mais afetados pelas vulnerabilidades sociais e estipular a possibilidade de parcerias com instituições não governamentais, os jovens em medida de acolhimento na Instituição investigada não contam com o apoio financeiro do Governo para a qualificação de seus jovens, segundo o relato do gestor do Abrigo e da coordenado dos cursos de qualificação profissional.

Com relação aos programas de qualificação profissional ofertados no Ceará, constatamos através dos dados fornecidos no sítio eletrônico oficial do Governo do Estado a existência do Programa Criando Oportunidades – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense, que busca promover uma formação contínua e estratégias que viabilizem a inclusão social e produtiva daqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Um dos segmentos que tem prioridade é o de jovens de 16 a 24 anos, além de pessoas com deficiências, quilombolas, afrodescendentes, indígenes, apenados e egressos do sistema penal

e de medidas socioeducativas, trabalhadores sem ocupação e desempregados³⁵. A priorização desses grupos está de acordo com o que o PNQ recomenda. Além disso, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS possui projetos de intermediação de profissionais para o mercado de trabalho, além do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR que também busca colaborar com a intermediação, mas, além disso, com o seguro-desemprego; a qualificação; a certificação profissional; o estímulo às atividades empreendedoras e auxílio com informações referentes ao mercado de trabalho. Vale ressaltar que o público-alvo são os segmentos mais afetados pelas desigualdades sociais³⁶.

A Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, da STDS, possui diversos projetos em execução que são voltados para a juventude, são eles: Núcleo de Iniciação Profissional Primeiro Passo; Escola de Vida Sabor e Arte; Projeto Transformando Vidas; Juventude Empreendedora; e Projovem Urbano – Juventude Cidadã. O Núcleo de Iniciação Profissional Primeiro Passo tem por objetivo qualificar e inserir no mercado de trabalho e na vida social os jovens de 16 a 24 anos que tenham estudado em escola pública e em situação de vulnerabilidade. A Escola de Vida, Sabor e Arte busca profissionalizar os jovens de 16 a 24 anos, vindos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para a especialização na produção e comercialização de lanches. O Projeto Transformando Vidas tem como foco os egressos de medidas socioeducativas, buscando sua reinserção na sociedade e no mercado. O Juventude Empreendedora tem por objetivos capacitar para o empreendedorismo e apoiar a implementação; estimular a participação em comunidade; prestar orientação aos jovens com relação à profissão; capacitar para o ingresso no mercado de trabalho; e estimular a escolarização. Por fim, o Projovem Urbano objetiva a formação cidadã, profissional, voluntária, o estímulo à elevação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho³⁷.

Vale ressaltar que todos esses projetos focam os jovens que estão em situação socioeconômica desfavorável, ou seja, são políticas feitas para os mais pobres, acessada pelos mais necessitados. Esses projetos não atingem os que estão em acolhimento na Unidade de

³⁵ Informações coletadas em <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/coordenadoria-de-promocao-do-trabalho-emprego-e-renda/trabalho1/125-criando-oportunidades> acessado em 08 de fevereiro de 2013.

³⁶ Essas e outras informações sobre os projetos do Governo podem ser acessados na página: <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/coordenadoria-de-promocao-do-trabalho-emprego-e-renda/trabalho1>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2013.

³⁷ As informações relacionadas aos projetos desenvolvidos pela STDS para os jovens podem ser visualizadas no link: <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/coordenadoria-de-promocao-do-trabalho-emprego-e-renda/politicas-juventude>

Acolhimento pesquisada, tampouco aqueles que saíram dela, segundo os egressos que participaram do grupo focal. Apesar da política pública estar disponível para esses sujeitos, os mesmos não estão tendo acesso, desconhecem a existência delas, visto que não conseguiram falar sobre os programas oferecidos pelo governo por desconhecimento e por não acessá-los. A pedagoga responsável pela qualificação profissional dos jovens na Unidade de Acolhimento confirmou que os mesmos não participam de projetos governamentais na área de qualificação, apenas acessam a profissionalização ofertada no Abrigo.

Importante destacar que a Casa do Menor São Miguel Arcanjo possui uma estrutura para os cursos profissionalizantes, é um prédio com cinco salas de aula, dois banheiros, uma coordenação, uma lanchonete e um depósito.

Figura 3: Prédio dos cursos profissionalizantes.



Fonte própria

Atualmente ofertam cursos de cabeleireiro, turismo e hotelaria, assistente administrativo e informática básica. Cada um dos cursos tem duração de um ano e é ministrado duas vezes por semana durante duas horas por encontro. O perfil do curso abrange pessoas a partir de 14 anos e que estejam estudando ou tenham terminado o ensino médio. Para a Pedagoga, os cursos auxiliam no amadurecimento dos jovens e são uma forte ferramenta para o ingresso no mercado de trabalho: “A questão da qualificação é muito importante para o mercado de trabalho que é competitivo, essa oportunidade de se qualificar é uma oportunidade única para esses jovens”.

Falou ainda sobre a preocupação que a Instituição tem em inserir profissionalmente os jovens que estão próximos de completar a maioridade, tentando

encaminhá-los para estágios. No entanto, explicou que apenas um dos cursos ofertados (assistente administrativo) está validado no Ministério do Trabalho e assim pode encaminhar para as empresas como jovem aprendiz. Nesse sentido, muitas vezes o jovem acolhido sente desejo de realizar outro curso, no entanto é recomendado que faça o de assistente administrativo pela necessidade de inseri-los no mundo do trabalho.

O que a gente queria mesmo era que os meninos que estão com 16, 17 anos, que já estão próximos de serem desligados já tivessem no estágio, pra sair daqui já com emprego garantido. [...] Tem menino que diz que se interessa mais pelo outro curso, mas a gente quer mais que ele faça o de assistente administrativo, por causa da chance de ser inserido no estágio, mas acontece de eles acabarem gostando do curso de assistente [...]. Muitos educandos já estão no estágio, trabalhando. (Pedagoga da Casa do Menor São Miguel Arcanjo)

A referida Coordenadora disse que os cursos são pensados a partir de uma demanda da comunidade, visto que eles realizam uma pesquisa com os jovens através de formulários distribuídos pelos equipamentos locais que visam saber qual o curso de preferência dos interessados. Desse modo é planejada a oferta de qualificação.

Percebemos vontade e empenho por parte da coordenadora dos cursos em ajudar na conquista da autonomia dos jovens acolhidos, apesar das limitações, principalmente de verba. A mesma se mostra preocupada com o futuro profissional dos jovens, visto que alguns não possuem meios de permanecer com a família depois do desligamento institucional; ela gostaria de “encaminhar todos os jovens para o mercado de trabalho”. Ainda segundo a Pedagoga, alguns jovens que não podem retornar para suas famílias são convidados a fazer, em suas palavras, “uma caminhada na Casa do Menor”. Isso significa que eles têm a possibilidade de continuarem no abrigo, podendo ser até em outra unidade, em outra cidade, mas como educadores. Segundo ela, muitos já viveram essa experiência e alguns hoje são até mesmo gestores da Instituição.

As experiências dentro da unidade de acolhimento, não só as de qualificação, mas também de socialização, geram consequências para a vida dos jovens em seu contexto pós-desabrigamento. Para uma melhor compreensão de como se dá o desligamento e como está o cotidiano dos jovens após a saída do abrigo, assim como compreender as consequências do acolhimento e da qualificação profissional na vida dos egressos, é que damos seguimento dissertando sobre o processo de desabrigamento. A qualificação profissional está fortemente

interligada com o processo de desacolhimento e pode ser fator de influência dos contextos socioeconômicos dos jovens egressos.

3.2 O processo de desabrigamento

Dentro do contexto de acolhimento institucional, os adolescentes, via de regra, são mais trabalhados para deixarem a instituição, pois ao completarem 18 anos terão seu caminho a percorrer fora do abrigo, com ou sem o apoio da família. Não que a criança não receba o acompanhamento necessário, não é isso, o fato é que existe uma preocupação maior em preparar o adolescente para uma vida em família e sociedade, visto que este está mais próximo do limite etário para a permanência no abrigo. Buscar a autonomia do jovem é importante para que, principalmente no caso daqueles que não possuem possibilidades de retornar ao convívio familiar, o jovem possa seguir com dignidade seu caminho fora da instituição. Queremos aqui ampliar nossa percepção para as questões relacionadas à saída do abrigo. Muitas discussões anteriores nos remete a isso, no entanto observar o egresso desde sua saída é importante neste momento, já que todo o processo de abrigamento já foi discutido anteriormente.

Com relação à convivência familiar, que já foi discutida no capítulo anterior, podemos refletir que a mesma é um dos fatores determinantes para facilitar o desabrigamento. Os jovens em medida de acolhimento na Instituição investigada recebem visitas dos responsáveis uma vez por semana, e seus familiares são convidados para as festas comemorativas no local. Essas visitas são permitidas às sextas-feiras, visto que assim podem ser acompanhadas pelos profissionais técnicos da Instituição tais como assistente social, psicóloga e pedagoga. Questionamos, aqui, até que ponto uma só visita por semana é suficiente para atingir o objetivo de fortalecimento dos vínculos, visto que a convivência com a família, após a reintegração, é diária. Pode ocorrer de a família perder um pouco de sua centralidade, de sua autonomia frente aos jovens devido ao distanciamento. Além das visitas ao abrigo, existe, segundo a Assistente Social, possibilidade dos acolhidos visitarem a família em sua casa e passar alguns finais de semana no lar. Esses casos são possíveis quando verificada, em visitas pelos profissionais, uma mudança no quadro que gerou o acolhimento. Se os profissionais do abrigo acreditam que é possível essa conduta, então enviam solicitação para que o Juizado da Infância e Juventude autorize essas visitas do educando às suas casas. Esse procedimento objetiva fortalecer os vínculos e serve como um “estágio” onde será observada como está a relação entre os responsáveis e seus filhos, e se essa relação é saudável

para estes, visto que a fragilidade e o rompimento dos vínculos acarretam diversas consequências nessa relação.

Apesar da pausa na convivência nem sempre se dar devido à medida de proteção, visto que uma parte já havia rompido os vínculos (como por exemplo, os que estavam nas ruas), o abrigo é considerado uma transição para a família (de origem ou substituta). Dessa maneira, o essencial é que a instituição tenha regimes mais flexíveis, ampliando os encontros com as famílias. A flexibilidade pode ser forte colaborador para o retorno e o aprimoramento dos vínculos. Mesmo que a convivência com a família natural seja nociva ao educando, outras formas de convivência podem ser incentivadas, tais como programas de famílias acolhedoras e incentivo à inserção na família extensa³⁸ (IPEA; CONANDA, 2004).

O trabalho em rede, considerado tão importante para aqueles que necessitam suprir suas necessidades fundamentais, também é peça forte para o desabrigo, mas se constitui um desafio. Acredita-se que essa maneira de trabalhar pode colaborar com a garantia de direitos. Esse trabalho pode então ajudar no processo de desinstitucionalização de crianças e adolescentes, uma vez que os serviços mais diversos chegando a estes sujeitos e a suas famílias fortalecem a possibilidade de retorno familiar, visto que muitos estão nessa situação por não conseguirem (devido às situações adversas) manter os mínimos para a sobrevivência. A contribuição que as redes de proteção oferecem às crianças e adolescentes que estão no abrigo é fator de grande relevância.

Um dado interessante, fornecido pelo Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (já apresentado anteriormente), com relação ao que estamos discutindo, é o fato de que a principal razão de desligamento das unidades de acolhimento no Brasil é o retorno para a família de origem, seguido da adoção nacional, maioridade, evasão e mudança de serviço de acolhimento. Esses dados são interessantes, pois nos permite pensar em diversas hipóteses quanto à situação de desabrigo dos jovens.

Na Casa do Menor São Miguel Arcanjo a realidade não é completamente diferente da realidade nacional, a maior parcela daqueles que atravessam a medida de acolhimento retorna para a família natural: “Os jovens que saem do abrigo costumam voltar para a família,

³⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 25, determina que a família extensa (ou família ampliada) é aquela formada por parentes próximos (que não sejam os pais, pois são família natural) e que possuem vínculos com a criança ou o adolescente.

porque a maioria aqui tem família. São raros os casos, aqui em Fortaleza, dos que não possuem família” (Gestor da Instituição). A evasão ocupa um forte espaço, todavia, fica inviável saber, ao certo, os índices dos motivos de desligamento, pois existe uma quantidade significativa de jovens que não possui registros quanto ao seu desligamento. Em outras palavras, a parcela de “não consta” é superior aos arquivos que registram a evasão. Talvez a maior parte dos que não possui informação tenha sido reintegrado à família ou evadido, visto que são os índices mais elevados, sem contar com a quantidade de “não consta”. Infelizmente, a falta de informações importantes nos registros dos jovens que já passaram pela Unidade de Acolhimento acaba atrapalhando os resultados de uma investigação. É importante saber o encaminhamento que dado aos jovens, principalmente para a formulação de políticas públicas e para o acompanhamento dos mesmos após o desligamento.

Tabela 3: Motivos pelos quais as jovens foram desligadas da Casa do Menor São Miguel Arcanjo de 2001 a 2012

Motivo	Número de acolhidos
Reinserção familiar	189
Evasão	137
Maioridade	11
Encaminhamento para outra instituição	19
Falecimento do jovem durante o período de acolhimento	01
Família adotiva	02
Não consta	145
TOTAL	504

Fonte própria

Vimos, durante a coleta de dados referentes a todos os egressos da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, que, de fato, é uma realidade que o principal encaminhamento para as crianças e adolescentes é o retorno para a família de origem. Diante desse quadro, pode-se refletir que uma parcela consegue fortalecer os vínculos familiares e/ou sua família consegue de algum modo superar a situação de vulnerabilidade; outros voltam para seu lar ao completarem a maioridade ou simplesmente tornam-se independentes, indo viver em comunidade de alguma forma; poucos são os que vão para o abrigo, passam por um processo de destituição do poder familiar³⁹ e são adotados (isso normalmente acontece com as crianças

³⁹ Processo obrigatório para que a criança ou adolescente seja disponibilizada para adoção. Com ele os pais perdem definitivamente a guarda dos filhos; isso se dá através de um processo cuidadoso, com direito de defesa dos pais.

mais novas). Um dado interessante que precisa ser destacado é o número alto referente àqueles que evadem da instituição, seja para as ruas ou suas casas, podendo ter como consequência um futuro abrigo em outra unidade de acolhimento.

Estudos a respeito da evasão em unidades de acolhimento institucional são ainda raros. Nesse sentido, as motivações que levam à evasão são pouco discutidas e investigadas. Para Rosa; et al (2012, p. 367): “[...] a busca por uma situação de liberdade e autonomia em contraposição à rotina e às regras da instituição, principalmente considerando adolescentes que já estiveram nas ruas [...]”. Durante o grupo focal conseguimos perceber o modo empolgante como os jovens relatavam suas “aventuras” nas ruas. Ao discorrerem sobre suas histórias de rua, observamos a empolgação com as histórias de roubos, furtos, fuga da polícia e uso de drogas. Relatam que, quando estavam praticando essas atividades nas ruas, pareciam encantados com aquele mundo de liberdades, onde não tinham limites.

O desabrigo não está desvinculado de todas as outras questões anteriormente expostas sobre família, acolhimento e políticas públicas. Cabe a nós aqui apontar também algumas características que são peculiares a esse processo que já se inicia no próprio ato de acolher. Um grande ponto de aflição quanto ao processo de desabrigo, sentida inclusive pelo gestor da unidade investigada, assim como por outros profissionais, é a demora nas respostas do poder judiciário com relação aos casos em que se pede a reinserção familiar.

Já no que se trata do desacolhimento é um trabalho mais demorado, porque depende de outras instâncias do direito, não depende só da gente fazer a desinstitucionalização. Às vezes a família tá preparada, o menino tá preparado e não saiu a ordem do juiz de reintegração. Acontece do menino evadir, com a própria família, porque a autorização do juiz demorou a chegar (Gestor da Casa do Menor São Miguel Arcanjo).

Em muitos casos existe a condição de resolução em um tempo bem menor, e acredito que por ter esse tempo todo, os processos no judiciário acabam por desejar. Existem inúmeros desafios, tem crianças que tem condições de voltar para a família num prazo bem mais curto, só que o que ocorre é uma burocratização muito exagerada do poder judiciário (Assistente Social da Casa do Menor São Miguel Arcanjo).

A aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional está atrelada à suspensão do poder familiar sobre os filhos em situação de risco e esta suspensão se dá por determinação judicial. Sendo assim, durante o período em que estão acolhidos, esses jovens ficam legalmente sob a guarda do responsável pela unidade de acolhimento, devendo seu

atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, focando na garantia de todos os direitos que lhes são assegurados pela legislação (Artigo 92 do ECA).

O Código de Menores, o qual já fizemos referência nesse trabalho, esculpiu a “Doutrina da Situação Irregular”, o que dava ao juiz poderes para determinar, quase exclusivamente, o destino das crianças que estavam em situação de abandono, de negação de seus direitos fundamentais ou daqueles que estavam em desacordo com as normas penais. Dessa maneira, teriam que ser retirados do convívio social com vistas a proteger a si e à sociedade, podendo a medida ser tida como proteção ou punição. O juiz definia a inclusão dos programas e, ainda hoje, percebemos que essa figura detém grandes poderes sobre a aplicação ou não dessas medidas para crianças e adolescentes. É ele quem determina a necessidade de acolhimento, visto que os abrigos já recebem os jovens que são encaminhados pelo Juizado. Da mesma forma, para sair da situação de acolhimento é necessário que se tenha a autorização judicial. Devido a esse aspecto, muitas crianças e adolescentes aptos a retornar para suas famílias podem muitas vezes aguardar um grande período pela autorização do juiz. Esse aspecto, como foi citado pelos profissionais do abrigo pesquisado, pode ocasionar prejuízos aos educandos e suas famílias. Para a tomada das decisões, o juiz conta, obrigatoriamente, com o apoio de uma equipe técnica composta por profissionais como assistente social e psicólogo, contudo, o ECA atribui maior autoridade à figura do juiz quanto às decisões.

O desligamento do jovem e sua reinserção familiar, do mesmo modo que a entrada no abrigo, necessita ser autorizado pelo juiz da infância e juventude. Não apenas os profissionais do abrigo determinam o retorno para o lar. Quando os profissionais do abrigo e do Juizado da Infância e da Juventude percebem que a criança ou o adolescente já podem ser encaminhados para a família de origem, extensa ou substituta, comunicam ao juiz seus laudos para que a decisão judicial seja, desse modo, guiada. Através dos relatórios encaminhados à autoridade judicial é que as decisões com relação aos acolhidos são tomadas. As informações contidas nos relatórios técnicos são, geralmente, relacionadas à situação socioeconômica da família, com vistas a uma reintegração familiar. As visitas são realizadas às famílias, mas o acompanhamento das mesmas costuma não ser o mais adequado devido à fragilidade e descontinuidade das políticas públicas. Do mesmo modo, ao completarem a maioridade, o juizado precisa ser avisado, assim como as situações de evasão.

Muitos são os entraves quando pensamos no processo de reintegração familiar. Outro grande desafio é a inclusão social dessas crianças e adolescentes. Levando em

consideração que o compromisso dos abrigos é com o processo de desabrigamento, muitos obstáculos são postos nesse percurso para aqueles que atuam com essa política. As determinações do ECA são peças-chave nesse sentido, pois se os abrigos e, não só eles, mas toda a rede buscar a aplicabilidade das normas expressas em lei, com certeza a desinstitucionalização seria um procedimento bem menos difícil de ocorrer, e a reorganização familiar mais rapidamente aconteceria.

Outros problemas importantes a serem relatados, que atrapalham o trabalho de reintegração familiar, ou seja, que dificultam a atuação da Instituição, foram destacados pela Psicóloga como sendo os problemas físicos e de profissionais. Essas questões estão vinculadas ao fato dos abrigos, de modo geral, trabalharem com verba bastante reduzida.

A quantidade reduzida de profissionais (assistente social e psicóloga) para o número grande de famílias que precisam ser acompanhadas; a disponibilidade do transporte para a realização de visitas, pois existe apenas um transporte que é dividido para todas as necessidades da instituição; a morosidade e burocratização do poder judiciário; o não fornecimento de vale-transporte para que as famílias que possuem menor condição financeira possam visitar os educandos na instituição com maior frequência (Psicóloga da Casa do Menor São Miguel Arcanjo).

Para a referida profissional, essas são algumas questões que podem desacelerar e/ou diminuir a qualidade do processo de desacolhimento. Juntamente às questões de estrutura do abrigo, a Psicóloga destacou também a burocratização do Poder Judiciário, sendo assim uma assistência tida como debilitada na opinião de todos os profissionais entrevistados.

Para um salto qualitativo no atendimento e no desligamento, a atuação da equipe técnica necessita ser dinâmica e interdisciplinar, buscando sempre desenvolver a autonomia dos sujeitos. O ideal é que os atendimentos sejam pensados levando em consideração aspectos sobre os arranjos familiares, pois o respeito a esses arranjos pode evitar drásticos rompimentos entre seus membros. Infelizmente, a questão da quebra dos vínculos é um aspecto histórico, visto que as políticas públicas sempre priorizaram a institucionalização frente às ações de fortalecimento dos vínculos. A visão antiga era a de que os pobres não tinham capacidade de proteger seus filhos.

As mudanças acarretadas pelo ECA não foram suficientes para que as práticas prolongadas de abrigamento fossem extintas. Muitos permanecem longos períodos e acabam completando a maioria na instituição.

Existem inúmeros desafios a serem superados; referentes ao abrigo, à reintegração familiar, à manutenção dos vínculos, à prevenção, dentre outros. Essas problemáticas são somadas à ausência ou insuficiência de outras políticas públicas e serviços. Desse modo, o desligamento por motivo de maioridade é algo que desafia a todos que atuam com os jovens. Pensando nesse desafio, o ECA estabelece a “preparação gradativa para o desligamento”, medida esta voltada para todos, mas especialmente aos adolescentes que estão próximo a completar 18 anos.

Na Casa do Menor São Miguel Arcanjo as ações voltadas para o momento de desligamento do jovem da instituição tanto são em busca do fortalecimento dos vínculos familiares quanto voltadas para a autonomia dos jovens. Com relação às ações desenvolvidas para o fortalecimento da autonomia da família, a psicóloga disse que elas são fortalecidas “por meio das visitas domiciliares e atendimentos, são orientadas e órgãos da rede (como CRAS, CREAS, CAPS e Conselho Tutelar) são acionados para o acompanhamento em conjunto desta família a fim de proporcionar condições para que o retorno familiar seja possível”. Com vistas ao fortalecimento dos vínculos, os responsáveis são convidados a participarem de reuniões com os profissionais da instituição e das festas comemorativas, além das visitas que podem fazer aos filhos uma vez por semana. É possível perceber que a busca pelo desenvolvimento da autonomia dos educandos na instituição pesquisada ainda se configura um desafio na visão dos profissionais. Para a psicóloga, “a compreensão sobre a importância ao estímulo da autonomia dos adolescentes precisa ser aprimorada pelos profissionais que lidam diretamente com os acolhidos, como por exemplo, os pais sociais”. A Assistente Social corrobora com essa perspectiva afirmando que:

A equipe técnica precisa investir mais esforços neste sentido e estabelecer parcerias, por exemplo, com cursos profissionalizantes que aconteçam fora da instituição com o intuito de desenvolver outras habilidades relacionadas à construção da autonomia como conviver com outros grupos sociais, capacidade de localização na cidade, dentre outras coisas.

Tomamos por base a ideia de que o abrigo não é uma família, mas sim uma possibilidade para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Pensando desse modo, os que atendem esses jovens podem desenvolver um trabalho focado no real objetivo do abrigo: o desabrigo.

O abrigo vive muitas contradições, pusemos nesse estudo apenas algumas, visto que as questões mostram-se inesgotáveis. Nesse contexto, é importante percebermos que existem diferenças entre o abrigo e a família; também entre ser pai, mãe e educador social. As semelhanças e diferenças entre o papel do abrigo e da família existem e se chocam constantemente na prática. Quanto às semelhanças com a família, percebe-se diversas vezes o desejo de garantir o afeto, a intimidade existente, a segurança que os indivíduos sentem no ambiente familiar. Já com relação às diferenças, está a necessidade de manter o distanciamento adequado, o foco no sentido educacional e a qualidade profissional dos educadores. Essa relação, dessa maneira, é bastante contraditória e é difícil de ser trabalhada, visto que, ao mesmo tempo em que precisa ser um espaço de afetividade, não pode estimular a dependência, mas sim fomentar a autonomia.

A condição peculiar de “pessoa em desenvolvimento” da criança e do adolescente coloca para os sujeitos envolvidos na aplicabilidade da medida de abrigamento a missão de proteger, visando garantir os direitos e educar buscando oportunidade de inserção do adolescente na vida social, fortalecendo os mecanismos de proteção, estimulando o protagonismo juvenil e buscando de fato a brevidade no acolhimento. No sentido de reintegração familiar e social, e brevidade no acolhimento, a investigação a respeito do encaminhamento de qualificação profissional foi fundamental para entendimento do processo de saída do abrigo, visto que a transitoriedade abrange a valorização da busca pelo fortalecimento da identidade e inclusão.

Sabe-se que crescer no interior de uma instituição não é a maneira mais adequada para um indivíduo, a medida deve ser apenas paliativa. “Um incontável número de estudos [...] revelou as consequências desastrosas desta prática para o desenvolvimento humano [...]” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 77). No entanto, ainda encontramos parcela significativa de crianças que passam toda sua fase de desenvolvimento em abrigos. Refletir sobre o desligamento institucional é fundamental nesse sentido.

O momento da saída pode ser compreendido como um dos mais relevantes da experiência do abrigamento, pois é o momento de total independência do apoio institucional. É um pouco contraditória a relação abrigar/desabrigar, pois o abrigo é um lugar de acolhida, de proteção, no entanto, ao mesmo tempo, essas instituições são tidas como “perigosas”, de onde os indivíduos devem ser “tirados” o mais rápido possível. “Ao mesmo tempo em que são

entes que salvam, eles são também lugares de onde, ao que parece, seus internos precisam ser salvos” (PRESTES, 2011, p. 27).

Ao nos remetermos à ideia de saída do abrigo, refletimos que isso significa enfrentar uma nova situação, sair do mundo que foi posto para os jovens (muitos estão ali desde a infância) rumo ao “desconhecido”. Não havendo possibilidade da criança ser inserida na família de origem ou em família substituta, o abrigo precisa desenvolver projetos que favoreçam a sua inclusão na comunidade. Sendo que esse trabalho não é função apenas da instituição, mas de toda uma rede de proteção integral à infância, juventude e família, que tem um papel fundamental já debatido no capítulo anterior.

O desabrigamento pode causar temor aos jovens que estão próximos do momento de partir da instituição para sua autonomia. Não é mais um adolescente, mas um adulto que poderá sofrer com preconceitos (inclusive por ter passado pela instituição), com o medo de se sentir sozinho, de se manter financeiramente, dentre outros. Segundo o relato dos participantes do grupo focal, existe sim um medo de sair da situação de acolhimento, principalmente pelo fato de que eles criam vínculos fortes na Instituição.

É difícil a saída, porque no começo, quando você chega lá, é estranho, você vê todo mundo comendo junto, rezando junto, eu estranhei né? [...] eu ficava fazendo chacota, achando aquilo uma palhaçada, só que aí, com o passar do tempo, você vai se apegando, vai gostando daquilo ali. Aí vai criando vínculos [...] (CLEANTO, 18 anos).

O trabalho daqueles que atuam com tais jovens será mais eficiente quando conseguir fazer com que o desabrigamento seja percebido de forma mais esperançosa e encorajada. Nessa perspectiva, a busca pela autonomia e favorecimento da formação de um projeto de vida onde o jovem é o protagonista, é essencial no sentido de gerar confiança nessa nova fase.

Sendo assim, o processo de saída do abrigo exige maturidade e necessita de condição para a conquista de recursos pessoais. É, na verdade, a conquista de uma nova percepção de mundo. Diversos fatores estão presentes no que concerne ao processo de não permanência no abrigo, dentre eles está o incentivo à autonomia e profissionalização. Para que possam “guiar suas vidas” é necessário que o mercado de trabalho seja um possibilitador

também, por isso a importância da qualificação profissional e do trabalho educativo. Desse modo poderão ter mais possibilidades de se emancipar.

A saída da condição de abrigado não tem hora marcada, mesmo sendo uma medida provisória, precisa ser maturada. O “aterrorizante prazo de 18 anos” está presente em todas as instituições que acolhem adolescentes. “Fica evidente que, para algumas crianças e, sobretudo, para os adolescentes, a porta de saída do abrigo é a maioridade civil” (PRESTES, 2011, p. 56). Os jovens que estão nessa situação de fragilidade necessitam conquistar condições concretas para sua saída, e isso demanda um grande esforço e tempo deles e dos profissionais que lhes acompanham. Este é um dos pontos mais desafiantes para quem atua na proteção a esses indivíduos: a maioridade.

De maneira resumida, pode-se afirmar que o processo de desabrigamento se inicia já na acolhida, na chegada ao abrigo. No dia-a-dia, no convívio, as relações estabelecidas buscam favorecer à autonomia e à construção de um projeto de vida, em especial dos adolescentes e daqueles que se encontram completamente desvinculados da família, com possibilidade remota de retorno familiar, seja ela a de origem ou substituta. Para estes, é visto como uma preparação para uma vida autônoma. No entanto, o acompanhamento, através de uma equipe qualificada, depois da saída, é fundamental para um bom desenvolvimento desses jovens egressos, trabalho este dificilmente desempenhado pelas unidades de acolhimento. Devido ao quadro reduzido de funcionários e verbas limitadas, normalmente não é possível desenvolver um trabalho de acompanhamento dos egressos pelos abrigos, sendo esta também uma realidade da Instituição investigada. Não existe um projeto envolvendo esses sujeitos. Na prática, a atuação está voltada para os jovens que estão acolhidos e não para os que já foram desligados.

Em relação à família, as ações serão pensadas como serviços que possibilitem meios de superação das situações de vulnerabilidade, além de possibilitar o acesso a programas socioassistenciais dos mais diversos setores, como: habitação, educação, saúde, transferência de renda, entre outros. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 101, § 4º que:

Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá

contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei.

Uma prática interessante para o processo de desabrigamento é o estímulo pelo conhecimento, pela aprendizagem. Esse aspecto acaba por incentivar a projeção de uma vida fora da instituição. Isto se dá mediante o fortalecimento de vínculos afetivos com amigos e família (quando houver), além da promoção e acompanhamento em escola e cursos.

No decorrer da sua formação, o ser humano vai criando autonomia; no entanto, na infância continuam dependendo de seus responsáveis em diversos sentidos, dentre eles financeiramente e emocionalmente. Para Freire (1996, p. 59), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Com relação ao desenvolvimento da autonomia do educando, o autor diz que: “saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com esse saber” (p. 61).

Fica claro nessa explanação que não é possível falar em “sair” da situação de acolhimento sem considerar o “entrar” e o “permanecer”. Quanto mais bem desenvolvida for a experiência dentro e fora do abrigo, em um trabalho em rede, e respeitando a convivência familiar e comunitária, maior a chance de o jovem continuar sua vida de forma autônoma e responsável, dando um salto qualitativo.

Identificamos no decorrer da investigação que alguns jovens permanecem morando na Instituição após completarem a maioridade, visto que não possuem meios de retornar para a família e não conseguem sozinhos ainda viver uma vida independente. A Casa do Menor São Miguel Arcanjo oferece moradia no local para esses sujeitos. Dos que estavam no grupo focal, dois estão nessa situação. Um relatou que trabalha na Instituição e gosta do que faz, o segundo diz que conseguiu um emprego fora da Unidade de Acolhimento, mas que as atividades que precisa desenvolver na Instituição atrapalha seu desempenho no emprego. Relatou que a Instituição limita o desenvolvimento de sua autonomia, visto que mostra querer proteger até mesmo tendo atingido a maioridade, ou seja, seu desejo é de ter uma vida além dos muros institucionais; entretanto, o Abrigo está querendo que o mesmo permaneça mais voltado às atividades de lá, como se fosse ainda um sujeito sem independência, sem autonomia. Esse aspecto pode dificultar ao jovem o desenvolvimento de sua autonomia para uma vida longe dos muros institucionais. Podemos considerar até que esse aspecto se dá devido ao extenso tempo que alguns jovens passam acolhidos na Instituição. Quando isso

acontece, os laços de dependência e afeto podem ficar ainda maiores e colaborar com a não emancipação dos sujeitos.

Eu comecei a trabalhar fora da Casa do Menor como garçom, porque eu tinha o pensamento de sair de lá, de alugar uma casa pra mim. Mas muitas vezes precisavam de mim no trabalho e eu não podia sair da Casa do Menor por algum motivo. Aí a educadora disse assim: meu filho você vai sair? Vai abandonar a Casa do Menor? Sendo que o pessoal no trabalho gosta de mim. aí eu fico pensando assim que eu quero sair, trabalhar, ter minha independência, até mesmo pra conseguir ajudar a Casa do Menor. Até o próprio Padre fala que a gente tem que ser protagonista da própria história. Eu quero trabalhar fora, mas quero ta em aliança com a Casa do Menor, ajudando por fora o que tiver ao meu alcance (TARCILIO, 18 anos).

No processo de saída da situação de acolhimento institucional, algumas características podem ajudar a equipe e o jovem a transformar esse momento em oportunidade de uma nova fase de vida, diferente da que o fez adentrar à instituição. Uma das atividades mais importantes é investir no conhecimento e na profissionalização permanente dos educandos, e gerar, através de um forte empenho das políticas públicas, uma vida mais digna e repleta de oportunidades para os jovens e as suas famílias.

3.3 A realidade dos jovens como egressos

Para começar a dissertar sobre a realidade dos jovens depois de passar pelo acolhimento, consideramos ser fundamental apresentar um perfil desses sujeitos, como modo de enxergarmos as atividades que desempenham e como estão vivendo após o desligamento institucional.

O grupo focal contou com a participação de seis jovens de 18 à 24 anos; os mesmos falaram de suas experiências e suas ambições com bastante entrosamento e desinibição. Vale ressaltar que os jovens, após se desembaraçarem das preocupações iniciais sobre o que seria a pesquisa, mostraram muito interesse em repassar suas perspectivas de vida, relatando suas experiências de aprendizagem nas diferentes situações vividas na e após a passagem pela Casa São Miguel Arcanjo. Apresentamos na tabela 4 um breve perfil sobre os egressos que participaram do grupo focal para conseguirmos perceber suas situações após o acolhimento, principalmente no que se refere à qualificação recebida no Abrigo e à inserção no mercado de trabalho. Além disso, conseguimos identificar para onde os jovens foram encaminhados após o desligamento.

Tabela 4: Perfil dos jovens egressos que participaram do grupo focal

	Nome	Tempo de acolhimento	Curso que realizou	Trabalha/Na área do curso	Moradia atual
1	Abadir	3 anos	Assistente administrativo	Nunca trabalhou	Família de origem
2	Alceu	10 anos	Assistente administrativo	Trabalha na área que realizou curso	Família de origem
3	Aglaio	10 anos	Informática e marcenaria	Trabalha na área que realizou curso	Mora no Abrigo
4	Cleanto	3 anos	Assistente administrativo e informática	Não trabalha/ Já trabalhou em outra área.	Constituiu família
5	Dirceu	3 anos	Assistente administrativo e informática	Trabalha em outra área.	Mora com amigo
6	Tarsilio	4 anos	Assistente administrativo	Trabalha em outra área.	Mora no Abrigo

Fonte própria

Primeiramente, algo que nos chama atenção logo ao olhar para o quadro demonstrativo do perfil do jovem é o tempo de acolhimento. Nenhum dos que participaram do grupo focal passou dois anos ou menos em situação de acolhimento, o que contradiz o quadro geral da Instituição, já referido no cap. 2, que expõe 304 jovens com menos de dois anos de permanência contra 73 jovens com mais de dois anos e 127 sem informação, dos 504 acolhidos. Este dado serve para nos lembrar que os números não asseguram exatamente uma estatística real do que ocorre efetivamente, mas servem como parâmetro para a pesquisa. Aqui, se trata de um estudo de caso que apresentou uma situação específica de jovens que foram acolhidos e alguns ainda moram na Instituição, portanto formam uma parte ínfima da realidade social destes sujeitos. Portanto, mais que atentar para a quantidade, trabalhamos com o qualitativo no sentido de mostrar as possibilidades de experiências de jovens abrigados e egressos como experiências individuais, trajetórias de vida desses sujeitos específicos que apresentaram seus modos de viver, algumas vezes ainda atravessados pela Instituição, outras vezes, mais independentes e outras, ainda, na corda bamba entre está e não está na Instituição. O fato é que, os entrevistados possuem mais de três anos, sendo que dois passaram 10 anos de suas vidas acolhidos na Instituição, o que é um tempo extenso ao extremo para um jovem viver em uma instituição. É um dado a ser observado porque contradiz também com o que é cobrado legalmente, ou seja, que os abrigados não passem mais que dois anos em Instituição de Acolhimento.

Interessante visualizarmos que quase todos realizaram curso de assistente administrativo, exatamente pelo fato de que, como disse a Pedagoga da Instituição, realizando esse curso eles têm a possibilidade de serem encaminhados para estágios e assim serem inserido com mais facilidade no mercado de trabalho. Apenas um dos jovens não participou do referido curso; no entanto, dos cinco que fizeram o curso, apenas um conseguiu trabalhar em área compatível à qualificação recebida. Esse aspecto nos faz refletir sobre a eficácia do encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho. Estão acreditando ser importante inserir em um curso que talvez os jovens gostem menos, mas participam com maior esperança de serem inseridos no mercado de trabalho, todavia não estão de fato atingindo o objetivo de conseguir com que eles trabalhem na área. Ou seja, o jovem faz um curso pensando em ser inserido com mais facilidade no mercado, deixando às vezes de realizar outros de que tenham mais interesse; entretanto, o resultado por vezes não é o esperado. Dos seis egressos, apenas um não realizou curso de assistente administrativo, mesmo assim, este conseguiu atuar e permanecer atuando na área em que realizou o curso, e esta era de seu interesse. Ou seja, aquele que não se importou de realizar uma qualificação em uma área onde não conseguiria estágio encaminhado pela instituição foi o que conseguiu se realizar, principalmente, pelo fato de gostar do que faz e querer se aperfeiçoar na área.

Fora e muito além das nossas análises, interpretações e tabelas, conseguimos descobrir, na fala dos sujeitos, essências que fogem do que imaginamos antes de adentrarmos na pesquisa empírica, antes de adentrarmos ao “mundo” desses sujeitos, em especial o que os mesmos pensam sobre a qualificação profissional. Em algum momento, durante o grupo, colocamos a discussão a respeito das vontades dos mesmos com relação aos cursos de qualificação profissional; perguntamos se os cursos atendiam suas expectativas e nunca imaginamos ouvir as seguintes respostas:

Foi importante, porque antes mesmo eu não tinha vontade de estudar, de fazer faculdade, de querer ser alguém na vida. O curso ajudou a pensar mais no futuro, porque depois que você passa pelos cursos você aprende a lidar com as dificuldades da vida e até agradecer pelas dificuldades (CLEANTO, 18 anos).

Na verdade a gente nunca quis curso. O curso assim num me interessava muito não. Quando você vê que os outros tão ali, querem vencer com aquilo é que você pensa: não, eu quero fazer faculdade, eu quero vencer na vida, eu quero fazer um curso. Antes eu não queria fazer o curso, achava aquilo mó paia entendeu? Dizia: nam, negócio de curso! Aí você vê que aquilo é bom pra você. Daí é que você pensa mais no futuro (AGLAIO, 24 anos).

Os cursos significaram para esses jovens muito mais do que a qualificação profissional, eles não viam a importância da capacitação; no entanto, após a experiência compreenderam que os cursos não eram importantes apenas para elevar suas chances frente ao mercado de trabalho, mas também como elemento que auxiliou seu amadurecimento pessoal. Não sentimos, diante das falas, nenhuma negação sobre a qualidade ou a importância que eles atribuem à qualificação profissional recebida no Abrigo, pelo contrário, é unânime a satisfação em terem sido estimulados a participar dos cursos.

Mesmo diante da satisfação dos jovens egressos com relação aos cursos profissionalizantes ofertados pela Instituição, percebemos, principalmente ao observarmos a tabela 4, que os cursos não estão completamente adequados à realidade dos jovens, pois apenas dois dos seis jovens trabalharam ou estão trabalhando na área em que foram qualificados durante o acolhimento. Lembramos também que se trata de uma pequena realidade dentro do universo de abrigados.

Ainda com relação à inserção no mercado de trabalho, indagamos aos jovens se existia algum preconceito com relação ao fato dos mesmos serem egressos da medida de acolhimento, tanto no dia a dia, como na busca por trabalho. Os mesmos relataram que não sentiam tanto preconceito, mas que isso acontecia algumas vezes. Afirmaram que muitas vezes o preconceito estava “na cabeça deles” e não das outras pessoas. No entanto, percebemos nos relatos que o preconceito existe sim. Um dos jovens relatou inclusive que sofreu preconceito em uma entrevista de emprego por ser egresso da medida de acolhimento institucional.

Quando eu fazia o curso eu trabalhava numa empresa, aí eu faltei muito o curso e quem falta muito o curso perde o estágio, aí eu tive que sair, aí meu chefe me ligou perguntando se eu não ia mais pro trabalho, aí eu disse que como tinha faltado as aulas tinham me tirado da empresa. Aí no dia seguinte ele disse pra mim que eu fosse pro trabalho, que eu não ia sair. Aí eu pensei: diabo é isso, eu mesmo sou um pivete e eles tão brigando por mim! Mesmo assim eu saí, aí quando foi com um mês eles me chamaram mais uma vez, mas eu já tava em outro trabalho. Aí ele disse que quando eu fizesse 18 anos procurasse ele, mas aí foi quando eu consegui o trabalho que eu to agora, um emprego melhor. Aí eu pensei: eu, pivete, mas consegui a confiança do chefe. Aí pensei assim, que se eu posso fazer isso, acho que todos os meninos podem fazer isso também. Não teve preconceito, às vezes quando a gente fala que passou pela Casa do Menor as pessoas ficam bestinhas (ALCEU, 19 anos).

Assim, hoje quando acontece alguma coisa do tipo eu só falo assim: vá lá na Casa do Menor fazer uma visita vá. Uma vez eu tava tentando um emprego e

a pessoa ficou perguntando se eu tinha morado na Casa do Menor, ficou todo meio assim. Aí eu disse que ele não falasse o que não sabia, se ele ia falar mal da Casa do Menor era melhor ele ir fazer o trabalho dele. Ele ficou julgando de longe, sem saber de nada, aí eu falei assim: eu sou bandido por acaso? Eu tentei te roubar? Vai lá conhecer o trabalho da Casa do Menor (CLEANTO, 18 anos).

Além desses depoimentos, eles afirmaram que algumas vezes tinham receio de falar que eram acolhidos na Instituição, principalmente para as garotas com quem tinham interesse de se relacionar, pois acreditavam que os outros sentiriam preconceito, no entanto, por vezes ouviam pessoas não acreditarem que os mesmos faziam parte da Instituição, pois associavam o Abrigo a jovens “problemáticos”. Ou seja, o preconceito está também internalizado em suas concepções, os próprios jovens acabam por “aceitar” o preconceito sofrido e não enxergar que, por vezes, os mesmos se deparam com situações de discriminação. Por mais que eles algumas vezes afirmem que não existe muito preconceito, em suas falas percebemos que isso é ainda latente em nossa sociedade, no entanto é negado por eles. As pessoas não atingiram a percepção de que os jovens não estão na unidade de acolhimento por terem violado o direito de alguém, mas sim por terem sofrido diversos tipos de abuso e negação de seus direitos fundamentais.

Até hoje certas pessoas falam assim: da Casa do Menor! Dá onde! Eu nunca neguei, no início você fica meio assim, porque as pessoas pensam que quem tá lá dentro não presta. Mas nunca neguei não, tem gente que pergunta, mas chega um tempo que as pessoas não ligam mais se você é ou não da Casa do Menor [...] (ABADIR, 18 anos).

Assim, pras meninas eu já neguei, porque assim, as meninas perguntam. Ela pode estar apaixonada por você, assim, com olhos de coraçõezinhos, mas se você disser que é da Casa do Menor os coraçõezinhos viram um monte de caveira (CLEANTO, 18 anos).

No meu caso eu não sinto muito preconceito não, acho que o preconceito tá na minha cabeça. Não é um preconceito por ser da Casa do Menor, mas de você dizer assim que mora num abrigo. A gente tem medo de ser julgado, mas o medo parte da gente mesmo. Também tem o fato de confundirem a Casa do Menor São Miguel Arcanjo com o Centro Educacional que é o São Miguel (DIRCEU, 23 anos).

Lá na escola tinha uma menina que eu gostava, até que um dia ela perguntou assim: Tu é da casa do Menor? Aí eu fiquei pensando no que falar, fiquei pensando assim que será que ela ia pensar que eu sou um menino jogado, abandonado pela família. Aí ela perguntou: Tu tem pai e mãe? As pessoas pensam que a gente não tem mãe, sendo que muitas vezes a gente só vai pra lá por causa das condições financeiras da família (TARCILIO, 18 anos).

Apesar dos preconceitos sofridos tantas vezes apenas devido ao fato de necessitarem de acolhimento, apenas pelo fato de estarem temporariamente em instituição, eles ainda veem o preconceito como algo que não existe, mesmo tendo passado por tantas experiências que provam a sua existência. Percebemos, diante das falas, também, a preocupação com as relações amorosas, o medo que os mesmos possuem de sofrerem rejeição diante das tentativas de construir uma relação com alguma jovem da comunidade. Acreditam que, pelo fato de não viverem em meio à família podem ser rejeitados pelas pessoas que gostam e querem se relacionar. Percebemos, mais uma vez, o preconceito internalizado neles e na sociedade.

Além dessa questão, é interessante destacar o carinho e o respeito com que eles retratam a Instituição onde permaneceram acolhidos. Eles relatam que esse carinho se deve ao fato de que a Casa do Menor São Miguel Arcanjo foi quem os ajudou quando eles estavam precisando e se sentem gratos pela ajuda e com vontade de retribuir o que foi feito por eles. Às vezes o sentimento de gratidão chega ser confundido com o de obrigação, visto que todos relataram sobre a vontade de colaborar com a instituição e alguns já colaboram com trabalho voluntário ou remunerado: “É como se você tivesse não a obrigação, mas o dever de ajudar, de retribuir, porque a gente sabe que o trabalho que foi feito com a gente foi com muito sacrifício, muita gente tem que se doar ali dentro” (TARCILIO, 18 anos).

Quanto a essa discussão, compreendemos ser interessante destacar a concepção de Mauss (2003) sobre a obrigação de retribuir presentes. O autor introduz o que chama de “sistema de prestações totais”. Inicialmente, o referido lança um questionamento sobre qual é a regra presente no direito que dita que o presente que recebemos precisa ser obrigatoriamente retribuído e, ainda mais, pergunta-se qual é a força que a coisa dada possui que faz com que aquele que recebeu retribua. Ele discorre que as trocas entre as pessoas são voluntárias, mas ao mesmo tempo são obrigatórias. Ou seja, ao receber algo, sentimos uma obrigação em retribuir, como se o que foi recebido não fosse de graça, desvinculado de “troco”. Nesse sentido, cria-se um vínculo entre as partes. Mauss (2003) concebe que: “[...] a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro” (p. 201). O autor demonstra uma compreensão de que na vida social vivemos um constante dar e receber em troca. Mauss (2003, p. 193) exemplifica que até mesmo em “[...] nossos brindes de fim de ano, nossos festins, bodas, em nossos simples convites para jantar [...]” nos sentimos

obrigados a retribuir, a “dar de volta”. Ora, se até mesmo um jantar sentimos a necessidade de retribuir, podemos imaginar então como é o sentimento dos jovens egressos em relação a uma instituição que, de acordo com os mesmos, foi fundamental para mudanças significativas em suas vidas. Eles sentem uma grande gratidão pelo teto, pela comida, pelos cuidados, pelos cursos, pelos ensinamentos, enfim, por tudo que receberam no local, por isso sentem que precisam “prestar contas”, utilizando os termos mais adequados na concepção de Mauss (2003).

A contribuição de Mauss nos ajuda a compreender a percepção positiva dos jovens em relação a Instituição, no sentido da dádiva, que faz suas histórias de vida permanecerem de algum modo imbricadas à Instituição, podendo ser um aspecto motivador de alguns permanecerem morando ou quase morando na Casa. A subjetividade da história de vida de onde se construiu a gratidão parece superar a objetividade das condições reais da lei e do mundo que os impulsiona a sair, afinal são egressos, deveriam estar livremente em outros espaços além da Instituição. Questão a se aprofundar do ponto de vista das perspectivas, sonhos e futuros destes jovens para alcançar a independência objetiva (econômica, cultural) e subjetiva (campo dos desejos individuais, das percepções ideológicas).

Ao falar sobre seus sonhos e planos para o futuro, percebemos que os jovens demonstram perseverança para enfrentar os desafios que lhes são postos no dia a dia. Segundo eles: “No nosso caso, cada coisa que conseguimos com nosso esforço é pra comemorar” (DIRCEU, 23 anos). Isso se deve ao fato de que todos passaram por inúmeras dificuldades durante a infância e juventude, são históricos de rua, de abandono, de negligência, de uso de drogas, dentre outros.

Quanto aos sonhos, todos relataram o desejo de cursar uma faculdade, de estudar e de constituir família. Percebemos nesse momento também a presença do desejo em ajudar a Instituição. Dois dos seis sonham em ser jogador de futebol, mas admitem a importância do estudo para a vida deles. Um disse já trabalhar na área que gosta e quer apenas seguir com um curso superior compatível com o seu trabalho. Os outros também pretendem fazer curso superior.

Eu pretendo estudar, fazer nível superior, trabalhar bastante, ganhar um bom salário como qualquer pessoa quer. Ainda não sei é o que fazer, penso em engenharia, mas não sei. Quero ter uma família, dar tudo aquilo que não tive pros meus filhos. E de alguma forma tentar ajudar a Casa do Menor em

especial, porque foi quem me ajudou, quem mudou o que eu era (...) (CLEANTO, 18 anos).

Eu já trabalho naquilo que eu gosto, só que eu pretendo fazer faculdade nessa área. Eu queria também ajudar outros meninos que já passaram pelo que eu passei, porque eu conheço a dor deles. Então eu queria ajudar de alguma forma. Eu já trabalho naquilo que eu gosto, eu quero estudar um pouco mais e depois formar uma família. Mas levando, vivendo, devagarzinho eu chego lá (AGLAIO, 24 anos).

Os desafios enfrentados pelos que já estiveram em medida de acolhimento institucional colaboram com maior dificuldade em conseguir se inserir tanto na vida em comunidade como no mercado de trabalho. Os que aqui apresentaram sua história deram seus depoimentos, nos ajudaram a compreender que existem grandes desafios na vida desses sujeitos que podem ser superados se receberem acompanhamento e orientação adequados.

No entanto, devemos destacar que nem todos os que passam pelo abrigo conseguem concretizar seus sonhos e planos, muitos pelo fato de não conseguirem se adaptar a uma vida onde as dificuldades são inúmeras e acabam por optar pelas drogas ou pelo crime. Outros não conseguem por muito tempo viver e são levados ainda jovens pelo tráfico. Outros se rendem à falta de perspectivas, de oportunidades e tem seus sonhos destruídos diante de estruturas sociais desiguais que engolem oportunidades para alguns, para a maioria, os vulneráveis social e culturalmente. Apesar dos indivíduos terem responsabilidade sobre seus atos e escolhas, eles não são os únicos responsáveis. As estruturas sociais refletem nas decisões individuais, visto que somos, muitas vezes, condicionados pela sociedade e suas instituições sociais. Elias (1993, p. 229) confirma essa ideia ao afirmar que “[...] a figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social, de sua dependência simples dos demais [...]”. Ainda seguindo essa linha, explicita que:

[...] a forma e a estrutura das funções psicológicas de direção de si mesmo mais conscientes e inconscientes jamais poderão ser compreendidas se forem imaginadas como alguma coisa que exista ou funcione, em qualquer sentido, isoladamente do resto [...] (ELIAS, 1993, p. 238).

Ao nascermos nós passamos a fazer parte de um todo, que é a sociedade, esse é o meio onde criamos relações e nos desenvolvemos como sujeitos. Se esse meio não oferece condições adequadas para que possamos construir uma vida digna, dificilmente conseguiremos escapar das consequências maléficas de crescermos em meio, por exemplo, à violência, ao tráfico, à carência de políticas públicas e à pobreza. Ou seja, as ações dos indivíduos são também determinadas pelo meio em que se desenvolve e convive. Uma parcela

das nossas ações é reflexo da sociedade, pois a formação da estrutura social independe de cada uma das pessoas, é feita sem contar com as vontades individuais, ou seja, existe independente da vontade de cada um. Apesar disso, a sociedade e o indivíduo dependem um do outro para sua existência. Sendo assim, como não existe um sem o outro, os impactos das estruturas sociais ofertadas para aqueles em condições socioeconômicas desfavoráveis colaboram para que os sujeitos se comportem de um modo e não de outro, mas, vale ressaltar, não excluimos as determinações individuais. Alguns conseguem obter um resultado positivo após a saída do abrigo mesmo estando inserido nos mesmos espaços de outro, assim como um jovem de classe alta, que possui mais oportunidades devido às condições econômicas, pode ser atingido pelos problemas de ordem social, como as drogas, por exemplo.

Na busca pelos egressos da medida de acolhimento, conseguimos perceber que aqueles que conseguimos contatar podem ser tidos como uma minoria “privilegiada”, visto que conseguiram traçar seu caminho de modo que suas vidas não continuassem a ser tão prejudicadas pela carência de políticas públicas. Outros tantos jovens, após a saída do Abrigo, não tiveram a mesma “sorte” e seguiram suas vidas sofrendo os mesmos riscos e sem a proteção da Unidade de Acolhimento, da família ou do Estado. Nessa perspectiva, a evasão dos jovens que estão em acolhimento é preocupante, pois quando o jovem sai do Abrigo sem autorização, a Instituição não consegue saber se esse jovem vai ficar em um local seguro. O discurso institucional é de que a maior parte acaba vivendo nas ruas, lançados à sorte. Os destinos mais temidos para esses jovens são os que se envolvem no tráfico de drogas e na criminalidade violenta das ruas e das prisões.

Percebemos, diante de tudo que foi explanado nesse estudo, que os jovens estão sujeitos às diversas expressões da questão social; todavia, os que estão acolhidos em abrigos estão ainda mais submersos a essas questões, visto à fragilidade de vida de suas famílias e à falta de acesso aos seus direitos. Com relação aos impactos da profissionalização, consideramos que a qualificação recebida pelos jovens não está, por vezes, atingindo a meta de inseri-los no mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao fato deles estarem exercendo atividade compatível com sua qualificação. No entanto, o que vemos de mais positivo com relação aos cursos profissionalizantes (tirando essas conclusões de acordo com os relatos dos jovens) é o fato de que os cursos auxiliam no seu amadurecimento como ser humano e criam no imaginário dos educando uma ideia positiva com relação à importância da

educação continuada, visto que muitos, antes de ingressarem nos cursos, não tinham desejo de estudar e ingressar no ensino superior.

Acreditamos que os desafios são inúmeros; no entanto, conseguir mudar a percepção dos jovens no que se refere à educação pode ser considerado um grande passo, principalmente para uma instituição que não conta com o apoio do Estado para fornecer qualificação profissional para seus adolescentes. Ou seja, trabalha com verba limitada.

Precisamos acreditar que, assim como os jovens que aqui relataram seus planos e experiências, outros tantos que estão precisando de ajuda possam seguir em frente, possam superar o preconceito e conseguir acesso a uma vida digna, onde possam usufruir pelo menos do direito de sonhar. Ao buscarmos os contatos dos egressos, percebemos o quanto esses jovens, mesmo após terem recebido apoio do Abrigo, não conseguiram ter acesso a uma vida digna, muitos acabaram mortos, outros presos, outros nas ruas, sem que a família conseguisse dar notícia de seu paradeiro, outros continuaram buscando ajuda contra a dependência química, enfim, diversos problemas assolam esses jovens. Cabe, principalmente ao Estado estar atento a essas demandas, cabe a ele e à sociedade assegurar o direito de todos os jovens, não apenas os que estão em instituições ou são egressos, mas a todos, a fim de que não precise mais existir essas medidas de proteção, a fim de que possa não mais existir a violação dos direitos de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo retratou questões bastante complexas. Dissertar sobre temas tão amplos de modo sintetizado não foi uma missão fácil. As questões relacionadas à juventude são as mais diversas e, do mesmo modo, refletir sobre o acolhimento institucional também implica no conhecimento de diversos fatores que estão profundamente relacionados a ele, como por exemplo, as relações familiares, a qualificação profissional e as políticas públicas.

Durante nosso percurso, percebemos que os jovens são sujeitos que demandam políticas públicas específicas que “pisem no chão” dos mesmos, em suas realidades e necessidades, ou seja, os jovens precisam ser escutados e terem seus direitos preservados. A falta de amparo que diversas famílias em nosso país sofrem, principalmente pelo Estado, com relação aos aspectos socioeconômicos, contribui de modo devastador para a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Estes, por sua vez, acabam necessitando de proteção institucional, tanto pelo fato de sofrerem violência no âmbito familiar como nas ruas, visto que muitos abandonam suas casas e passam a viver nas ruas antes mesmo de receber a medida de acolhimento institucional.

Já sabemos que a criança e/ou o adolescente é acolhido em unidades de acolhimento devido a uma “quebra” em seus direitos. O desligamento dos jovens do abrigo, em especial daqueles que completam a maioridade, é marcada por uma ampliação de suas responsabilidades. Aquele que era amparado pela instituição passa a depender de suas conquistas, da proteção da família e do Estado através de políticas públicas. Alguns, por receberem baixa atenção de todos os setores da vida social (principalmente no que se relaciona à educação), encaminham-se de alguma forma em trabalhos de subsistência, ou ficam à mercê da dependência de projetos sociais do Estado ou, ainda, terminam se envolvendo na criminalidade e dependência química. Não é por acaso o alto índice de jovens que, mesmo após o recebimento da medida de proteção e da qualificação profissional, acabam em meio às diversas situações de vulnerabilidade social e de violências. O alcance debilitado dos jovens às políticas públicas pode ser considerado um dos principais fatores para que isso ocorra. Em relação aos egressos verificamos, através do grupo focal, que os mesmos desconhecem as políticas públicas que são voltadas para os jovens, e isso colabora com o não acesso a elas.

O acolhimento institucional foi estipulado como uma medida de proteção que suspende o poder familiar; no entanto, não objetiva o afastamento do jovem de sua família e comunidade, pelo contrário, visa fortalecer esses vínculos até que possam ser reestabelecidos e que haja assim uma reintegração familiar. Na prática, essa determinação de brevidade e excepcionalidade da medida vem sendo, de certo modo, descumprida, pois um grande contingente de jovens permanece por muitos anos em situação de abrigo, e algumas vezes acabam não conseguindo fortalecer os vínculos familiares. Uma questão que essa situação implica é que ao completarem 18 anos precisam ser desligados do abrigo, então, se não existir a possibilidade de reintegração à família, o jovem pode acabar contando com ajuda da instituição para moradia ou saindo pra viver uma vida independente. Por vezes, o jovem de 18 anos não está preparado para seguir dessa maneira, por isso a qualificação profissional é importante durante o acolhimento, assim como as demais políticas públicas para juventude e acompanhamento após o desligamento institucional.

É oportuno, neste momento final, lembrarmos a importância do papel que a família exerce para com os jovens. Quando imaginamos um lar, projetamos um ideal de proteção, afeto, segurança, entre outros. Todavia, percebemos que muitas famílias estão longe de cumprir esse papel e, uma das principais causas desse fenômeno é o fato de que as mesmas não possuem um amparo suficiente para que possam, pelo menos, guiar a vida de seus membros com dignidade. Desse modo, pode haver uma violação dos direitos fundamentais. Essa condição socioeconômica precária colabora para que os vínculos familiares sejam cada dia mais fragilizados e acaba ocasionando o afastamento dos filhos do lar. Percebemos, durante a investigação, que por vezes, o abrigo distancia ainda mais os abrigados da família de origem ao invés de fortalecer essa relação.

Os jovens são considerados como mais vulneráveis devido à sua condição peculiar. Aqueles que vivem em situação de pobreza, desemprego, entre outras, estão ainda mais vulneráveis e propícios a vivenciar de modo permanente uma baixa qualidade de vida. A crescente violência entre os jovens e o alto índice de desemprego dos mesmos faz com que eles passem a ser vistos como um problema que causa uma desordem social. Pensando desse modo, o Estado começou a voltar suas políticas nessa perspectiva. A qualificação profissional é um ponto alto das políticas para a juventude no Brasil. Apesar disso, percebemos em nossa investigação que os que estão em unidades de acolhimento estão sendo “esquecidos” pelo governo, que não repassa verbas para fins de qualificação profissional dos que se encontram

em abrigo. Na instituição que pesquisamos, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo, os incentivos financeiros partem das empresas que estão interessadas na mão de obra dos jovens que são encaminhados pelo curso. Em suma, conseguimos compreender que não existe uma preocupação forte do Estado quanto às políticas voltadas ao acolhimento de crianças e adolescentes e à qualificação profissional destes e dos jovens nos abrigos, visto que a maioria dessas instituições são particulares e recebem baixos recursos públicos para sua manutenção. Além disso, os cursos podem vir a ser fomentados por empresários marcados pelas suas necessidades e não pelas especificidades e interesses também subjetivos dos jovens.

A Instituição de Acolhimento investigada oferece os cursos de qualificação profissional e procura inserir os jovens estudantes no mercado de trabalho. Essa medida é para que o adolescente que está acolhido na Instituição, ao completar a maioridade, possa ter autonomia para guiar sua vida. Observamos que existe, por parte do abrigo, preocupação com os adolescentes que estão em acolhimento, pois ao se aproximarem da maioridade precisam ser encaminhados ao mercado de trabalho para que possam colaborar com o sustento familiar ou possam ter autonomia para seguir sua vida independente financeiramente. Isso nos faz lembrar que esses jovens estão em situação desfavorável frente aos que podem investir unicamente nos estudos e na qualificação por possuírem situação econômica familiar superior. Sendo assim, os jovens pobres acabam tendo uma escolaridade mais baixa e, conseqüentemente, empregos mais precários.

No decorrer da investigação percebemos que o jovem sofre com o desemprego; entretanto, estudos apontam que quanto antes se entra no mercado de trabalho, menores as chances de uma boa inserção futura e maiores as possibilidades de que os mesmos sejam vítimas de uma colocação em ocupações precárias e informais. Essa relação é bastante paradoxal. Entretanto, políticas públicas sérias voltadas para a juventude podem amenizar os efeitos dessas questões e colaborar com uma inserção decente no mercado e uma contínua elevação da escolaridade. Os filhos de famílias de classes sociais menos favorecidas continuam em desvantagem quanto à precoce inserção no mercado e à baixa escolaridade, visto que aqueles com condições socioeconômicas mais elevadas podem retardar a entrada dos seus filhos no mercado e assim investir em sua qualificação e educação até que possam acessar os empregos que satisfaçam aos seus anseios.

Os jovens abrigados nas unidades de acolhimento são, quase sempre, pobres. Então, a família e a sociedade esperam que eles trabalhem ao saírem da medida protetiva.

Como são jovens e possuem baixa qualificação e experiência profissionais, acabam acessando oportunidades em trabalhos precários. Devido às condições socioeconômicas, as famílias esperam que seus filhos saiam da instituição podendo colaborar com o sustento do lar.

Uma consideração relevante a ser feita em relação a esta investigação é o fato de que os adolescentes em acolhimento recebem qualificação profissional junto à comunidade. O Abrigo Casa do Menor São Miguel Arcanjo oferta cursos para os abrigados e para a comunidade, nesse sentido os vínculos com a sociedade podem ser fortalecidos colaborando para que se sintam parte integrante desse meio e não sujeitos isolados, como algumas pessoas consideram. Apesar disso, conseguimos observar ainda, diante das falas dos egressos, aspectos referentes a preconceitos que os mesmos sofrem durante e após o recebimento da medida de acolhimento.

Verificamos que os jovens reconhecem que a profissionalização ofertada durante o acolhimento foi fundamental para o amadurecimento dos mesmos com relação às suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e estudo. Não percebemos um impacto da qualificação recebida na garantia de uma inserção no mercado de trabalho, visto que apenas uma minoria conseguiu atuar profissionalmente nas mesmas áreas em que realizaram os cursos. No entanto, vimos que os jovens consideraram essa política importante para o entendimento da importância da educação em seu contexto.

Durante o grupo focal, os egressos falaram com carinho e sentimentos de gratidão sobre a Casa do Menor São Miguel Arcanjo. O forte vínculo que muitos estabelecem com os chamados pais-sociais colaboram com esses sentimentos. Os jovens atribuem à Unidade de Acolhimento o fato dos mesmos estarem em melhor situação em comparação com suas condições sociais ao darem entrada na Instituição. Diante disso, muitas vezes as relações são confundidas e o próprio Abrigo não permite que o jovem se emancipe, pois, provavelmente, acredita que o educando faz parte de seu “domínio”, em outras palavras, crê que sabem qual o melhor encaminhamento dos jovens e então tomam suas decisões, passam por cima de sua autonomia. Isso acontece, em especial, com aqueles que, após completarem a maioridade, não possuem condições de se manter sozinhos fora da instituição ou não podem retornar para a família. Percebemos uma preocupação quanto ao bem-estar do jovem, no entanto as atitudes para a solução desse problema se mostram equivocadas, pois o desenvolvimento da autonomia é fundamental para que o sujeito não se torne institucionalizado por tempo ainda mais prolongado.

Uma percepção positiva sobre os egressos, ou pelo menos sobre aqueles que tivemos contato, é o fato de que eles possuem uma ideia positiva sobre os estudos. Todos que estavam presentes no grupo focal colocaram que desejam dar continuidade aos estudos por compreenderem que assim conseguirão concretizar suas metas profissionais e pessoais. A importância de dar continuidade aos estudos e ingressar em um curso superior, como foi visto, é compreendida pelos jovens e, segundo os mesmos, o que fez com que eles atingissem essa percepção foi o fato de terem participado dos cursos de qualificação profissional oferecidos na Instituição.

A realidade dos jovens egressos de acolhimento institucional se aproxima da dos outros tantos que estão em situação de vulnerabilidade social. Passar por dificuldades nas relações familiares, sofrer negligência, morar nas ruas, usar drogas, viver distante de uma convivência familiar saudável, dentre outros aspectos, dificulta uma boa evolução quanto aos estudos e ao aumento da qualificação, assim como trazem consequências diversas em seu desenvolvimento como ser humano. Por mais que os abrigos trabalhem na perspectiva de desenvolvimento dos jovens e das suas famílias, o trabalho ainda é bastante dificultado devido à escassez de investimento por parte do Estado, pela descontinuidade das políticas públicas e pela dificuldade em ser realizado um trabalho em rede, que é essencial para que os jovens possam ter um atendimento de qualidade durante sua permanência na unidade de acolhimento e saiam do abrigo com mais chances de uma boa inserção no mercado de trabalho, na família e na comunidade.

Por fim, percebemos que o Abrigo, assim como todas as outras instituições de defesa dos direitos da infância e juventude necessitam levar em consideração, durante o período de acolhimento, principalmente as necessidades socioeconômicas das famílias, para que estas possam assegurar a proteção aos seus filhos. O desenvolvimento do potencial dos jovens é um dos aspectos fundamentais para os que se encontram nos abrigos, principalmente para aqueles que não possuem referência familiar. Estes, por sua vez, precisam ainda mais de um atendimento de qualidade quanto ao desenvolvimento profissional, à qualificação profissional. Essas questões são fundamentais para uma reinserção familiar e social daqueles que estão em unidades de acolhimento. Essa atenção ao jovem necessita ser dada, principalmente, pelo Estado através de políticas públicas e incentivos a programas que visem à transformação na vida das pessoas, como é o caso das unidades de acolhimento institucional que neste estudo estiveram representadas através da Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a temática social da juventude no Brasil**. In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 2007.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães do. **Os jovens e as políticas públicas de trabalho no Brasil**. In: Revista Panorâmica Multidisciplinar, Cuiabá – MT: nº 8, p. 85 a 99, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. **A relação trabalho/educação no cenário contemporâneo**. In: SOUZA, José dos Santos (org.). Trabalho, qualificação e políticas públicas. Rio de Janeiro: 7Letras 2011.

AZEVEDO, Renata Custódio de. **Negligência familiar como manifestação das relações de gênero**. In: FROTA, M. H. de P., OSTERNE, M. do S. F (orgs.). Família, gênero e geração: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

BAJOIT, Guy; FRANSSSEN, Abraham. **O trabalho: busca de sentido**. In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 2007.

BAPTISTA, Tatiane Alves. **O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego**. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 6ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Coleção Lei Especiais para Concursos, 3ª edição, Salvador: Editora Jus Podivm, 2010.

BARROS, Mari Nilza Ferrari de; et al. **Crianças e adolescentes em busca de proteção: direitos violados e agentes violadores**. Disponível em:

http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/criancas_e_adolescentes_em_busca_de_protecao.pdf,
acessado em 06 de setembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**; 2003. Disponível em:
http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf. Acesso em: 09 de março de 2013.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. 2006. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (Lei 8069 de 1990). Fortaleza – CE: Edição especial UECE, 2011.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em 15 de junho de 2012.

_____. MDS. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília-DF: 2004.

_____. MDS. **Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2009.

_____. Ipea. **SIPS, Sistema de Indicadores de Percepção Social: trabalho e renda**. 2011. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/110216_sips_trabalhoerenda.pdf

BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Discutindo o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil** – curso da vida, sentidos da ação econômica e transmissão intergeracional. In:

Educação, trabalho e desigualdade social. NEVES, Jorge Alexandre; FERNANDES, Danielle Cireno e HELAL, Diogo Henrique (orgs.). Belo Horizonte – MG: Argumentvm, 2009.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalho – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul.** In: São Paulo em Perspectiva, 2004, p. 39-49.

CAMARANO, Ana Amélia; KANZO, Solange. **O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?** In: Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: Ano 17, Ipea, 2012.

CHIERA, Renato. **Presença: contribuições para uma educação de inclusão.** Rio de Janeiro: Cidade Nova, 2008.

CLEMENTINO, Josbertini Virginio. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas.** Fortaleza: EdMeta, 2011.

COHN, Amélia. **O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2011.

COSTA, Fabiana Maria da; OLIVEIRA, Luanne Alves e AMARAL, Angela Santana do. **As propostas de qualificação profissional frente aos novos empreendimentos produtivos de Pernambuco.** In: SOUSA, Antônia de Abreu; El al (orgs.). O mundo do trabalho e a formação crítica. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em www.cnj.jus.br/2fgc. Acesso em 29 de junho de 2012.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades.** Rio de Janeiro: 2009.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 1ª edição, 2009.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 2007.

DEMO, Pedro. **Educação profissional – mito e realidade**. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. De Serviço Social da UnB. Nº 5, Brasília: UnB, 1999.

DIAS, Ilzeni Silva. **As mutações na base da produção material e seus impactos no mundo do trabalho e na qualificação profissional**. In: SOUSA, Antonia de Abreu; et al (orgs). O mundo do trabalho e a formação crítica. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

DIÓGENES, Glória. **Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte**. In: Sinais sociais. Rio de Janeiro: nº 18, 2012.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Volume II. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina. Porto Alegre: Artmed, 4ª edição, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1974. Acesso no dia 23 de agosto de 2012, em < <http://pt.scribd.com/doc/59566264/Goffman-Erving-Manicomios-prisoas-e-conventos>>.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, 5ª edição.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HIRATA, Helena. **A divisão sexual do trabalho revisitada**. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HOLANDA, Ariosto. Prefácio. In: SOUSA, Antonia de Abreu; LIMA, Cláudio R. Gomes de e OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit3.pdf>>. Acesso em: 2 de maio de 2012.

IPEA; CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para as crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: 2004.

LARANJEIRA, Sônia M. Guimarães. **Realidade do trabalho ao final do século XX**. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. De Serviço Social da UnB, Nº 5. Brasília: UnB, 1999.

LEITE, Elenice Moreira. **Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.

LEÓN, Oscar Dávila. **Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.

LOSACCO, Silvia. **O jovem e o contexto familiar**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. Cortez editora, 5ª edição 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo; Cosac Naify, 2003. Disponível em:

<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/EnsaioSobreADadiva.pdf>, acesso em: 09 de março de 2013.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/encontro-nacional-de-monitoramento-do-suas-2011/arquivos/mesa-6/Levantamento%20Nacional%20das%20Crianças%20e%20Adolescentes%20em%20Serviços%20de%20Acolhimento.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 30 edição, 2011.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Orientações para Elaboração dos Projetos Especiais de Qualificação PROESQ**. Brasília, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Pesquisa e produção do conhecimento na área do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em Pauta. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.

OSTERNE, M. do S. F. Usos e abusos da categoria gênero. In: OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

_____. **A família em sua multiplicidade de formas e sentidos**. In: FROTA, M. H. de P., OSTERNE, M. do S. F (orgs.). Família, gênero e geração: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Sobre a política de assistência social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (orgs.). São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2002.

PIGOZZI, Valentina. **Celebre a autonomia do adolescente: entendendo o processo de iniciação à vida adulta**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

PINHEIRO, A. **Crianças e adolescentes no Brasil: porque o abismo entre a lei e realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

POCHMANN, Márcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2011.

PRESTES, Andréia Baia. **Ao Abrigo da Família: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2000.

ROSA, Edinete Maria; et al. **O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional**. In: Estudos de Psicologia, 17, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/03.pdf>, acesso em: 08 de março de 2013.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Editora PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O século perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Gênero e representação - uma contribuição para os estudos de representação à luz do conceito de gênero**. In: FROTA, M. H. de P., OSTERNE, M. do S. F (orgs.). Família, gênero e geração: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **Famílias Enredadas**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. Cortez editora, 2010, 5ª edição.

_____. **O jovem na família: o outro necessário.** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo.** *Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2011.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. **Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites.** In: Última década, nº 020. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas. Viña Del Mar, Chile, 2004.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional.** In: SOUZA, José dos Santos (org.). *Trabalho, qualificação e políticas públicas.* Rio de Janeiro: Letras, 2011.

SIMÃO, Angelo Guimarães; et al. **Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade.** In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.* Saraiva, 2010.

SPOSITO, Marília. **Trajetórias na constituição das políticas públicas de juventude no Brasil.** In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas: Juventude em Pauta.* 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade,** 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

VELASCO, Ervã Garcia. **Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* 2ª edição, São Paulo: Cortez; São Luís – MA, FAPEMA, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011**. Os jovens do Brasil. Instituto Sangari, 2011.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

YANNOULAS, Silvia Cristina; SOARES, Kelma Jaqueline. **Educação e qualificação para o trabalho - convergências e divergências entre as políticas de educação e as de trabalho**. FLASCO, Brasil, Série Estudos e Ensaio, 2009. Disponível em: http://www.flasco.org.br/novoportal/pdf/serie_estudos_ensaios/Silvia_Yannoulas.pdf

ANEXO

139

RELAÇÃO DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CADASTRADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA

ABRIGO	ENDEREÇO	PÚBLICO-ALVO	FONE	GESTÃO
ABRIGO TIA JULIA	Rua: Guilherme Perdigão, 305 Parangaba	Crianças de 0 a 6 anos de idade com atendimento de 24 horas	3101-6125	STDS
ABRIGO NOSSA CASA	Rua: Castro Alencar, 1280 Tancredo Neves	Adolescentes de 12 a 18 anos de ambos os sexos com vínculos familiares fragilizados ou desconhecidos	3279-6093 3279-3735	STDS/ONG
CASAS ABRIGO	Rua: Camélia, 450 Cristo Redentor	Crianças e adolescentes de ambos sexos de 0 a 12 anos ameaçadas e violadas em seus direitos	3101-2724 3101-2739	STDS
AÇAMP	Rua: Santa Inês, 1247 Pirambu	Adolescentes do sexo feminino com faixa etária de 12 a 18 anos vítimas de abuso e exploração sexual	3236-3448	ONG
ABRIGO DESEMBARGADOR OLIVIO CÂMARA - ADDOC	T.v. Costa Rica, s/nº Anto. Bezerra	Crianças e adolescentes de ambos os sexos com idade de 7 a 18 anos com deficiência mental	3101-5481	STDS
CASA DA CRIANÇA Projeto Minha Casa	Rua: Camélia, 450 Cristo Redentor	Crianças e adolescentes de 7 a 12 anos com vínculos familiares frágeis ou desconhecidos	3101-2725 3491-0437	STDS/ONG
CASA DE APOIO SOL NASCENTE	Av. Alberto Craveiro, 2222 Castelhão	Crianças portadoras de HIV	3469-4437 3295-1119	ONG
CASA DE BETÂNIA	Av. Presidente Castelo Branco, 855 Moura Brasil	Crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual	3212-3134 3212-1721	ONG
CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO	Av. Alberto Craveiro, 2222 Castelhão	Aterder e acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos com faixa etária entre 0 a 14 anos	3469-4657	ONG
CASA SANTA ELIZABETH	Rua: Víncius de Morais, 100 São Gerardo	Aterder e acolher crianças de ambos os sexos com faixa etária entre 0 e sete anos	3283-6090 3283-6030	ONG
INSTITUTO DR. ROCHA LIMA DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A INFANCIA	Rua: Erelides Martins, 977 - Monte Castelo	Atendimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 5 a 16 anos	3243-6120 3281-2436	ONG
COMUNIDADE EDUCACIONAL PADRE ANCHIETA	Rua: Aline Vieira Colares, 90 Anto. Bezerra	Dar condições de moradia e estudo em atendimento de abrigo preferencialmente as crianças e adolescentes do município do Trairi e da comunidades do Quintino Cunha, Pici, Autan Nunes, Nova Assunção, Anto. Bezerra, Álvaro Weyne, Jardim Iracema e Barra do	3235-5843 3235-8701	ONG

			Ceará			
ASSOCIAÇÃO VIDA EM FOCO	Rua: Prof. Vicente Silveira, 1057-Vila União	Atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 12 anos de ambos os sexos	3257-3408	ONG		
ASSOCIAÇÃO SHALOM DE PROMOÇÃO HUMANA- ASPH CASA SANTA GIANNNA BERETTA MOLLA	Rua Dep. Oswaldo Studart, 68- Bairro de Fátima	Atender crianças e adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 7 a 12 anos com vínculos familiares fragilizados	9614.1724	STDS/ONG		
SOCIEDADE DA REDEÇÃO	Nossa Senhora das Graças, 140 Pitaribu	Adolescentes gestantes na faixa etária de 12 a 18 anos	3214.4224	ONG		
BARRACA DA AMIZADE	Av. Presidente Costa e Silva, 2145 Mondubim	Adolescentes do sexo feminino vítimas de abuso e exploração sexual	3291-5187 3291-5329	ONG		
ASSOCIAÇÃO CURUMINS	Rua: Cel. Manoel Jesuino, 112 Mucuripe		3263-2172 3263-1093	ONG		
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO	Rua: Senador Alencar, 1324 Centro(sede)	Acolher crianças e adolescentes do sexo masculino com faixa etária de 6 a 12 anos que estejam morando nas ruas e nas praças de Fortaleza. O abrigo para 80 crianças e adolescentes funciona em um sítio no município de Maranguape	3212-5727 3212-2836	ONG		
CASA DO MENINO JESUS	Rua: Idelfonso Albano, 3050 Aldeota	Abrigo temporário para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com câncer	3253-4082	ONG		
NOVA ALIANÇA EM CRISTO Projeto Minha Casa	Rua: Anto. Augusto, 2460 Joaquim Távora	Adolescentes do sexo masculino com faixa etária de 12 a 15 anos com vínculos familiares fragilizados	3253-2324	STDS/ONG		
ABRIGO HUGO RUCHET Projeto Minha Casa	Rua: Olimpio Leite, 480 Alagadiço Novo Messejana	Adolescentes do sexo masculino com idade de 15 a 18 anos com vínculos familiares fragilizados	3276-6639	STDS/ONG		
ASSOCIAÇÃO GERAÇÃO ESPERANÇA	Rua Antero de Quental, 55 – Paupina	Crianças e adolescentes de ambos os sexos de 7 a 17 anos em situação de rua	3275.6016	ONG		
CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PE. JOÃO PIAMARTA	Av. Aguanambi, 2479 – Fátima	Crianças e adolescentes do sexo masculino em situação de rua	3272.6635 3272.7422	ONG		
INSTITUTO VOLTA VIDA	Rua Alzira Parente, 288 – Lagoa Redonda	Adolescentes de ambos os sexos para tratamento ao uso indevido de drogas.	3476.1988	ONG		
DESAFIO JOVEM DO CEARÁ	Av. Dede Brasil, 565 – Parangaba	Adolescentes para a prevenção ao uso indevido de drogas e a recuperação física mental e espiritual do dependente químico e alcoólista.	3052.7230	ONG		
ORFANATO CASA DE JEREMIAS	Rua Bento Albuquerque, 535 –	Abrigamento e proteção integral à criança de 0 a 3 anos.	3262.7220	ONG		

091

	Papicou							
--	---------	--	--	--	--	--	--	--

141